

SILVIA HELENA BARBI CARDOSO

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Silvia Helena
Barbi Cardoso

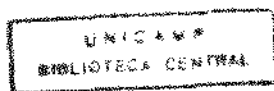
e aprovada pela Comissão Julgadora em
20, 12, 1994.

Sirio Possenti
PROF. DR. SIRIO POSSENTI

**DEMONSTRATIVO, DÊIXIS
E INTERDISCURSO**

Campinas

1994



SILVIA HELENA BARBI CARDOSO 179/m.c.

**DEMONSTRATIVO, DÊIXIS
E INTERDISCURSO**

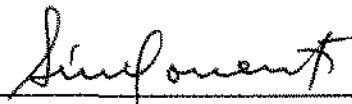
Tese apresentada ao Departamento de Linguística
do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti ✍

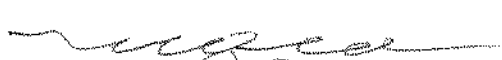
Campinas

1994

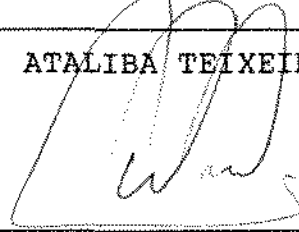
BANCA EXAMINADORA



ORIENTADOR: PROF. DR. SÍRIO POSSENTI



PROF. DR. ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO



PROF. DR. JOÃO WANDERLEY GERALDI



PROF. DR. KANAVILLIL RAJAGOPALAN



PROF. DR. LUÍS CARLOS TRAVAGLIA

Dedico este trabalho

ao meu esposo, Cesário.

aos meus filhos, Paulo, André e Bia

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Em especial ao Prof. Dr. Sírio Possenti, meu orientador;

Aos professores Dr. Kanavillil Rajagopalan e Dr. João Wanderley Geraldi pelas aulas e sugestões;

Às professoras Dra. Maria Irma Hadler Coudry e Dra. Tânia Maria Alkmim pelo estímulo;

Ao Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, em cujas aulas comecei esta pesquisa;

A todos meus professores e colegas;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou a bolsa de estudos que permitiu a realização deste trabalho.

RESUMO

A tradição lingüística e a tradição filosófica ignoram um nível pragmático-discursivo de interpretação, necessariamente ideológico, que preside ao fenômeno da dêixis, quer se trate da dêixis "ostensiva", quer da dêixis "anafórica". Esse olhar ideologicamente neutro, que a tradição endereça à dêixis, se deve, de acordo com a hipótese que aqui se defende, ao pressuposto segundo o qual uma das funções da linguagem é **mostrar** os referentes, devendo essa "mostração" (que se supõe tão bem desempenhada pelos demonstrativos, "os signos mais dêiticos que existem") ser pura, livre de qualquer avaliação ideológica.

A partir da análise dos pronomes demonstrativos do português falado, este trabalho propõe que não existe pura indicição de referentes quando aquilo que se utiliza para mostrar é um signo demonstrativo.

À assunção de que a referência é um **pressuposto** (existencial ou textual) contrapõe-se a hipótese discursiva da referência, segundo a qual a referência, necessariamente social, dialógica, é construída no e pelo discurso.

O discurso é aqui concebido como um acontecimento histórico, **histórico** em dois sentidos: num primeiro sentido porque é dependente do jogo de influências sociais que o condiciona e de outros discursos com os quais dialoga; num segundo sentido, pela sua singularidade situada e datada de acontecimento único, irrepetível, dependente da noção de ato.

O demonstrativos, quer como determinantes, quer como núcleos do sintagma nominal, constituem um lugar privilegiado de contato que o discurso que se constitui na interlocução (acontecimento discursivo), responsável pela construção dos objetos de referência, mantém com o seu exterior específico ou com o domínio do interdiscurso, que oferece os antecedentes ideológicos de tal construção.

ABSTRACT

Linguistic as well as philosophical tradition do not take into account a pragmatic discursive level of interpretation, necessarily ideological, that determines the 'ostensive' or 'anaphoric' deixis. This ideologically neutral posture that tradition addresses to deixis is due to, according to our hypothesis, the presupposition under which one of the functions of language is to show the referents. Tradition supposes that this demonstration is well performed by demonstrative pronouns, the most perfect deictical. According to this same tradition, this act of 'showing' is pure, free from any ideological evaluation.

From the analysis of the demonstrative pronouns of spoken Portuguese, this thesis proposes that pure presentation of referents do not exist when a demonstrative pronoun is used.

Instead of the assumption that reference is a presupposition (existential or textual), this work presents the discursive hypothesis, under which the reference, necessarily social and dialogical, is built up in and through discourse.

Discourse is conceived here as a historical event. It is historical in two senses. First because it depends on the game of social influences as well as the other discourses with which discourse dialogues. Second, it is historical through its singularity, situated and dated of a unique event, non-repeatable. In this sense, discourse is dependent of the notion of act.

The demonstrative pronouns, functioning either as determiners or as noun phrases as a whole, constitute a privileged place of contact that the discourse event, responsible for the construction of the referents, keeps with its specific exterior or with its interdiscursive domain. This historical domain provides the ideological antecedents so that discourse constructs reference.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - DÊIXIS, DEMONSTRATIVO E REFERENTE.....	6
1.1. O CORPUS.....	19
1.2. A DESCRIÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS DO PORTUGUÊS.....	26
1.2.1. A ANÁLISE DE RODRIGUES.....	35
1.3. A ANÁFORA DEMONSTRATIVA.....	43
1.3.1. A ANÁFORA NEUTRA.....	52
1.3.2. A ANÁFORA NÃO NEUTRA.....	56
1.4. A CATÁFORA.....	58
1.5. USO PRESSUPOSICIONAL SEM CLÁUSULA RELATIVA.....	64
1.6. ANTECEDENTE E REFERENTE.....	66
1.7. UM ELENCO DE QUESTÕES.....	71
CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO DA REFERÊNCIA.....	74
2.1. A VERTENTE "OCIDENTAL".....	81
2.1.1. A SEMÂNTICA LÓGICA DE FREGE E RUSSELL.....	85
2.1.2. A PRAGMÁTICA.....	116
2.1.3. A SEMÂNTICA DE KRIPKE.....	144
2.2. A VERTENTE "ORIENTAL".....	152
2.3. CONCLUSÕES.....	170

CAPÍTULO 3 - DEMONSTRATIVO, REFERÊNCIA E DISCURSO.....	173
3.1. IDEOLOGIA, DISCURSO E HISTÓRIA.....	174
3.2. O DOMÍNIO EPISTEMOLÓGICO.....	181
3.3. DIZER E COMPROMISSO.....	203
3.4. DISCURSO E REFERÊNCIA.....	211
3.5. HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA, DEMONSTRATIVO E O FIO DO DISCURSO.....	214
3.5.1. PRESSUPOSIÇÃO, POLIFONIA E HETEROGENEIDADE.....	222
3.5.2. O FUNCIONAMENTO "ENDOXAL" DA ANÁFORA DEMONSTRATIVA.....	227
3.5.3. O FUNCIONAMENTO "ENDOXAL" DA ANÁFORA EXOFÓRICA..	246
3.6. A APRECIÇÃO.....	258
CONCLUSÃO.....	268
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	272

INTRODUÇÃO

Três questões se cruzam neste trabalho: **discurso, dêixis e referência.**

Tradicionalmente, a questão da referência pertence tanto ao domínio filosófico quanto ao lingüístico. Todavia, durante muito tempo, neste século, a referência foi alijada do campo teórico da Lingüística, tendo sido aí reintroduzida somente a partir dos trabalhos da Lingüística da Enunciação. Mais do que reintroduzir na Lingüística a questão da referência, a Lingüística da Enunciação a subverte, pois o referente já não é "um objeto do mundo" e a referência não é mais considerada a relação entre a linguagem e os objetos. Necessariamente dialógica, construída na interação verbal, a referência é agora, nessa nova perspectiva teórica, um ato de discurso.

Nas últimas décadas, a questão tam bém passou a ser objeto de fecunda investigação no campo de pesquisa convencionalmente chamado de **Lingüística Textual**, principalmente depois do magistral trabalho de Halliday & Hasan, *Cohesion in English* (1976). No entanto, a referência sofreu aí um grande recorte: foi estudada mais exclusivamente com relação aos procedimentos de anaforização.

O conceito da referência, nascido da tradição filosófica, e homologado pela tradição lingüística, tem entrada garantida em dicionários lingüísticos especializados.

Em Greimas et Courtès (1979), pode-se encontrar tanto a acepção clássica de referência, a relação da língua com um referente, seu "objeto do mundo", como uma acepção mais "discursiva" de referência, segundo a qual a referência é dada pela correlação entre elementos lingüísticos no interior do enunciado ou na relação entre o enunciado e a enunciação:

Traditionnellement, le terme de référence dénomme la relation qui va d'une grandeur sémiotique vers une autre non sémiotique (= le référent), relevant, par exemple, du contexte extralinguistique. Dans cette perspective, la référence, qui unit le signe de la langue naturelle à son "référent" (objet du "monde"), est dite arbitraire dans le cadre de la théorie saussurienne, et motivée (par la ressemblance, la contigüité, etc.) dans la conception de Ch. S. Peirce. Si on définit le monde du sens commun comme une sémiotique naturelle, la référence prend la forme d'une corrélation entre éléments, préalablement définis, de deux sémiotiques. Dans le cadre de la seule sémiotique linguistique, les références s'établissent tout aussi bien à l'intérieur de l'énoncé (grâce en particulier aux procédures d'anaphorisation) qu'entre l'énoncé et l'énonciation (les déictiques, par exemple, ne renvoient pas à des éléments fixes du monde naturel, ils n'ont de sens que par rapport aux circonstances de l'énonciation) (1979: 310-311)

O eixo de minhas reflexões sobre a referência são os pronomes demonstrativos do português falado, mais especificamente, a função discursiva desses pronomes no processo da significação.

Comecei a interessar-me pelos demonstrativos num curso com o Prof. Dr. Ataliba T. de Castilho (UNICAMP, 1990), em que examinávamos esses ditos pronomes nos inquiridos do PROJETO NURC. Éramos três pesquisadores, quatro incluindo o

mestre Castilho, o qual valia, na verdade, por muitos de nós. Como eu estava menos interessada na sintaxe desses pronomes que nas questões discursivas, a mim coube examinar problemas ligados à sua referência, ou melhor, a questões de anaforização. O interesse pela anáfora vinha de alguns cursos feitos com a Profa. Dra. Ingedore G. Villaça Koch. O interesse pela questão filosófica veio logo a seguir nos cursos de Semântica e Pragmática, com o Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan. Mais tarde cheguei à conclusão de que um domínio privilegiado para se entender a questão da referência dos demonstrativos é o da Análise do Discurso.

A Análise do Discurso, área de pesquisa que visa sobretudo à ligação entre os sentidos que se produzem nos enunciados e suas condições sócio-históricas de produção, constitui, segundo o ponto de vista defendido neste trabalho, um domínio explicativo bastante atraente e adequado para levar adiante a questão da referência.

A tese se compõe de três capítulos. O primeiro se constitui do levantamento de um elenco de problemas, com os quais introduzo a questão da referência dos pronomes demonstrativos, do ponto de vista da tradição gramatical e o da Lingüística Estrutural. No segundo capítulo, examino a questão da referência à luz da Filosofia da Linguagem, considerada em duas vertentes européias: uma, que chamo de "ocidental", representada por Frege e pelos outros filósofos da moderna tradição analítica, tais como Russell, Strawson,

Donnellan, Austin e Searle; outra, a "oriental", representada por Bakhtin. Na vertente "ocidental", incluo ainda o trabalho de Kripke, que constitui a mais radical oposição à tradição analítica, inaugurada por Frege. No interior da filosofia analítica, examino dois movimentos: o "lógico", de Frege e Russell, e "pragmático", cujo expoente mais alto é Austin. Depois dessa incursão nos domínios da Filosofia da Linguagem, em busca de uma maior compreensão da relação das palavras com seus referentes, volto, no terceiro capítulo, à Lingüística, por entender que é a Análise do Discurso, um domínio da Lingüística, o campo privilegiado para a inscrição de um trabalho como este, que tem por objeto a referência dos demonstrativos no discurso. Nesse capítulo, defendo a possibilidade de uma análise do discurso não necessariamente comprometida com o materialismo histórico, embora defenda que o discurso é necessariamente ideológico. Examinos os elementos teóricos da Análise do Discurso Francesa, movimento que Michel Pêcheux e um grupo de pesquisadores inauguraram na França, no final da década de 60, em suas três épocas. O meu interesse é, no entanto, pela terceira época, ou, mais especificamente pelo momento atual, que propõe aos analistas de discurso reverem suas posições teóricas para conceberem o processo de uma análise do discurso, de modo que esse processo seja uma nova maneira de "ler" as materialidades escritas e orais, uma leitura "em espiral", que apreenda o encontro entre um espaço de interlocução, um espaço de memória e uma rede de entrecruzamentos, reuniões e dissociações de textos e

seqüências orais. Nesse terceiro capítulo, retomo a análise dos pronomes demonstrativos iniciada no primeiro capítulo, assim como os problemas aí levantados.

CAPÍTULO 1 - DÊIXIS, DEMONSTRATIVO E REFERENTE

"Quem pretende ter uma teoria do sentido e evidências empíricas para apoiá-la, precisa ser capaz de reconstruir o sentido dos demonstrativos."

(Parret)

Em sua origem, o demonstrativo não era visto como uma classe de pronomes. Confundia-se com a dêixis, cuja função primeira, ostensiva, era "demonstrar" ou "apontar" a coisa ou o referente. Demonstrativo e dêixis somente deixaram de se recobrir teoricamente após uma reformulação ocorrida entre os séculos XVII e XIX, quando os pronomes dêiticos de primeira e de segunda pessoa passaram a não ser mais considerados demonstrativos.

Na análise de Salum (1983), essa reformulação, que faz dos demonstrativos uma classe de pronomes tal como é entendida hoje, abrangendo somente os pronomes de "terceira pessoa", como *este, esse, aquele*, é fruto de uma confusão iniciada pelos estudiosos do século XVII e intensificada mais tarde pelos neo-gramáticos. A categoria do "demonstrativo", que abrangia todos os pronomes dêiticos, graças a essa confusão, desvinculou-se, então, dos pronomes pessoais, os de 1a. e 2a. pessoa, segundo Salum, "os mais dêiticos" ou "os mais demonstrativos" dos pronomes, e passou a vincular-se

exclusivamente a alguns dos pronomes de 3a. pessoa, que também podem ser "anafóricos". A partir de então, os "demonstrativos" passaram a constituir classe à parte, podendo ser "dêiticos", utilizados na indicação de referentes presentes na situação imediata, e "anafóricos", utilizados nas retomadas textuais de algum termo antecedente.

Essa reformulação é considerada um desvirtuamento por Salum, porque fere a tradição do pensamento grego e romano, assim como a tradição das línguas modernas românicas dos primeiros tempos, inclusive a tradição gramatical portuguesa. Para o gramático grego Apolônio Díscolo (século II d.C.) e para o gramático latino Prisciliano (início do século VI d.D.), o qual rastreia os passos de Apolônio Díscolo, demonstrativo significa "dêitico" (tradução perfeita do grego *deiktikós*, de verbal de *dêiknymi* - "indicar", "apontar", "determinar") e se opõe a relativo (tradução do grego *anaphorikós*). Na gramática de João de Barros, de 1540, *Gramática da língua portuguesa*, os pronomes demonstrativos, *eu, tu, nós, vós, este, estes*, devem ser entendidos como "dêiticos", por oposição aos pronomes relativos, *ele, esse*, que devem ser entendidos como "anafóricos".

O desvirtuamento já aparece na *Gramática de Port-Royal* (1612-1694), de Arnauld e Lancelot, que exhibe uma separação significativa entre os pronomes "de primeira e de segunda pessoa" e os de "terceira pessoa". A função designativa, de apontar "como que com o dedo a coisa de que se fala" (pág. 57), por isso "demonstrativa", já não se aplica

aí aos pronomes de primeira e segunda pessoa. Na classificação das palavras de uma língua, Port-Royal reservou aos demonstrativos um lugar à parte dos substantivos, dos adjetivos e dos pronomes, pois os demonstrativos, como "termos metafísicos", no quadro dessa gramática filosófica, ocupam o lugar de designadores ou indicadores, que "despertam apenas uma idéia de existência" (pág.206).

Como "termo metafísico", capaz de apontar para os objetos de nossa percepção, o demonstrativo parecia responder, assim, às pretensões que a linguagem sempre teve de ser uma instância mediadora entre nós e o fenomenal, investida de inegável autoridade: esse modo mais perfeito de alcance à realidade parecia realizar fidedignamente a função do VER-E-CONTAR da linguagem. Em outras palavras: a capacidade ostensiva ou indicatória dos demonstrativos outorgava-lhes o privilégio de serem o mais puro lugar da referencialidade, ou o lugar, como diz Godzich (1989), "onde a linguagem encontrava a resistência do que falava e tinha, dessa forma, valor cognitivo: apreendia o mundo"¹.

1. O termo "resistência" é empregado por Godzich na acepção que lhe dá De Man (1989):

"O termo resistência denomina uma propriedade da matéria reconhecida desde a Antigüidade: a sua perceptibilidade ao tacto e a oposição por inércia ao esforço muscular. Para Aristóteles, as *ta physika* caracterizam-se pela resistência que nos opõem e tornam-se assim objetos da nossa cognição: é em virtude desta resistência que sabemos que existem fora de nós e não constituem ilusões alimentadas em nós pelo nosso inexacto aparelho sensorial. A resistência é uma propriedade do referente, como diríamos hoje, que permite a este referente tornar-se o objecto de conhecimento do

A Gramática de Port-Royal, no entanto, não deixou de reconhecer, na "natureza" dos demonstrativos, o que viria a ser considerado mais tarde o próprio leito da anti-referencialidade, ou seja, a instabilidade referencial dessas palavras, que "despertam apenas uma idéia de existência tais como *celui, celle, ceci, cela* etc. ("este", "esta", "isso", "aquilo") que somente as circunstâncias determinam"² (pág. 206). Não foi, pois, totalmente ignorado por Port-Royal que "o único lugar metafísico da linguagem", "o lugar legítimo de apreensão do mundo", é, na verdade, um lugar condicionado pelas circunstâncias discursivas.

Apesar dessa observação de Port-Royal (muito breve, é verdade!) quanto à fragilidade referencial dos demonstrativos, observação que poderia ter posto em xeque o estatuto de "termo metafísico" desses pronomes, a concepção dos demonstrativos como o lugar da ostensão, filosoficamente muito arraigada, conservou seu forte prestígio. Tal concepção subsiste ainda hoje, podendo encontrada em nossas gramáticas:

"Pronomes demonstrativos são palavras que assinalam a posição de objetos designados, relativamente às pessoas do discurso". (Lima, 1983)

"Os pronomes demonstrativos situam a pessoa ou a coisa designada relativamente às pessoas gramaticais. Podem situá-la no espaço ou no tempo. (...) A capacidade de mostrar um objeto sem nomeá-

sujeito que somos. Sem essa resistência, nunca seríamos capazes de determinar se o fenomenal ou o sensível se encontra realmente "ali" e, conseqüentemente se temos qualquer conhecimento de semelhante "ali" ." (Godzich, 1989:13)

2. Ênfase acrescida.

lo, a chamada FUNÇÃO DEÍCTICA (do grego *deiktikós* = próprio para demonstrar, demonstrativo), é a que caracteriza fundamentalmente esta classe de pronomes." (Cunha & Cintra, 1985)

É possível mesmo encontrar essa concepção ostensiva em trabalhos inscritos no interior da Lingüística Estrutural, na qual o signo, conforme se verá no segundo capítulo deste trabalho, deve ser concebido diadicamente, à maneira saussuriana, como um elemento de um sistema semiótico, e não pela sua relação com a realidade ou "os objetos do mundo".

Ora, se a definição ostensiva dos dêiticos encontra-se integrada à questão da *referência*, ou seja, à problemática mais ampla da *função referencial* da linguagem, que não faz parte do projeto saussuriano, não é coerente sua permanência no estruturalismo. É ao preço de uma grande contradição que certos trabalhos de descrição dos demonstrativos, ditos "estruturalistas", dos quais se verá um neste capítulo, mantêm a função ostensiva como a função primeira dos demonstrativos.

Extraditada dos domínios da Lingüística Estrutural, a questão da referência somente foi reintroduzida com o advento neste século da Lingüística da Enunciação, a partir dos trabalhos de Jakobson e Benveniste, quando se colocou em relevo o papel da elocução ou da enunciação no funcionamento da dêixis. No quadro teórico da Lingüística da Enunciação, a dêixis não pode mais referir-se a nada de tangível, pois a única resistência que se lhe oferece é a da própria realidade do discurso, na verdade uma referência ao que não tem referente. No entanto, conforme se verá, a categoria dos

demonstrativos permanece nesse quadro como o lugar da designação ou da ostensão, apesar de a ostensão já ser aí considerada dependente de um mecanismo referencial mais amplo, enunciatório, discursivo.

A ostensão é todavia muito mais compatível com a concepção de signo peirciana, que leva em conta o referente, ou o "terceiro termo" (independente de um mecanismo referencial enunciatório, discursivo), do que com a concepção saussuriana de signo, que o exclui.

Peirce (1931-1935) inclui os demonstrativos numa categoria particular de signos a que chama de índices:

"Os pronomes demonstrativos "este" e "aquele" são índices. Pois levam o ouvinte a usar seus poderes de observação, estabelecendo dessa maneira uma conexão real entre sua mente e o objeto; e se o pronome demonstrativo o faz - sem o que seu significado não é compreendido - estabelece a conexão desejada; e, portanto, é um índice."
(Peirce, 1977:68)

O índice para Peirce é um signo que tem uma conexão física com o objeto que indica, opondo-se ao ícone, que remete para seu objeto em virtude de uma semelhança, e ao símbolo, que é um signo arbitrário, cuja ligação com o objeto é definida por uma lei.

Psicologicamente, a ação dos índices depende de uma associação por contigüidade (ostensão), e não de uma associação por semelhança (como no caso do ícone) ou de operações intelectuais (como no caso do símbolo). O índice

serve para a **referência concreta**, o que equivale a dizer que não **está** então por outra coisa, mas põe-se junto a essa outra coisa. Para Peirce, o demonstrativo é o único tipo de signo que não tem significado, mas só referente. Daí Peirce, afirmar que o índice *"é um signo que de repente perderia seu caráter que o torna um signo se seu objeto fosse removido, mas que não perderia esse caráter se não houvesse interpretante"* (Peirce, 1977:74).

Alguns autores, no entanto, não concordam com a redução dos demonstrativos a índices, ou seja, não aceitam que se negue aos demonstrativos uma função simbólica.

Segundo Parret (1988), os demonstrativos não devem ser considerados apenas índices, mas **símbolos indiciais**, isto é, **índices** e **símbolos** ao mesmo tempo. Participam da natureza de **símbolos** porque têm um sentido simbólico ou convencional fixo; participam da natureza de **índices** porque têm um sentido indicial variável, que corresponde às circunstâncias particulares do discurso.

Para Parret, a semântica de Frege, de que se tratará no segundo capítulo, com sua distinção entre **sentido** e **referência**, é candidata adequada para uma definição coerente dos "símbolos indiciais", para usar-se a terminologia peirceana. No entanto, por razões que se exporão, a Semântica Lógica de Frege não é um quadro teórico que dê conta da significação dos demonstrativos, sobretudo de sua **referência**.

Essa questão, a respeito da função simbólica ou apenas indicial dos demonstrativos, é uma das questões

centrais deste trabalho, que tem por objeto a significação dos demonstrativos no discurso.

Se de um lado a tradição valorizou em excesso a função ostensiva dos demonstrativos, de outro lado relegou a função anafórica à marginalidade. A anáfora somente conquistou um lugar de destaque com o advento, neste século, da *Linguística Textual*, que reconheceu como um modo privilegiado de referência o próprio contexto linguístico.

Se o elemento linguístico se refere a um elemento da situação, a referência será **exofórica**, mas se se refere a um elemento do próprio contexto linguístico a referência será **endofórica**.

O modo endofórico é dividido em outros dois: **anafórico** se a referência for retrospectiva, **catafórico** se a referência for prospectiva:

"First, the presupposed element may be located elsewhere, in the earlier sentence, perhaps, or in the following one; secondly, it may not be found in the text at all. (...) This form of presupposition, pointing BACK to some previous item, is known as A N A P H O R A. (...) But the presupposition may go in the opposite direction, with the presupposed element following. This we shall refer to as C A T A P H O R A. (...) But it is also possible that it refers to the environment in which the dialogue is taking place - to the 'context of situation', as it is called (...) This type of reference we shall call E X O P H O R A, since it takes us outside the text altogether."
(Halliday-Hasan, 1976: 14,17,18)

Se o termo "anafórico", derivado de "anáfora", remonta à gramática grega antiga, o termo "catafórico", segundo Salum (1983), pode ter sido criado por Halliday e Hasan:

"O termo **Kataphora** foi sugerido por K. Bühler, meio a medo, para indicar a "referência prospectiva", em oposição à **Anaphora**, "referência retrospectiva". Mas Bühler só usou uma vez esse termo (op. cit., p. 122, nota) e seu derivado **kataphorisch**, também uma vez (p. 401). Halliday e Hasan talvez tenham tomado a Bühler, no original ou na tradução, ou "ao organizarem toda a família dos fóricos", teriam criado diretamente os termos **cataphora** e **cataphoric**. Isso deve ter-se dado em 1968." (Salum, 1983:28)

Muitos autores, no entanto, não fazem distinção entre a referência textual retrospectiva e a prospectiva, empregando o termo "anáfora" para os dois mecanismos de referência endofórica. Nesse caso, não há porque empregar o termo "endófora".

A meu ver, o traço mais surpreendente da Linguística Textual é o de permitir que se faça, através do novo par endófora /exófora (no lugar do par anáfora/dêixis da tradição), uma reinterpretação: se a endófora corresponde muito de perto à anáfora da tradição gramatical, a exófora não corresponde estritamente à dêixis da tradição, fundamentada na indicação de objetos presentes na situação. A exófora, "o fora do texto", pode conter a dêixis ostensiva (fundada na demonstração de objetos presentes), como a dêixis enunciatória

(fundada no eixo eu/tu da enunciação), não se restringindo contudo a apenas isso. A exófora pode conter ainda um tipo de dêixis, não valorizado pela tradição, em que os referentes "indiciados" estão fora do campo perceptual dos interlocutores, "presentes" na situação apenas como elementos pressupostos, devendo, muitas vezes, ser inferidos na interlocução.

Esse emprego pressuposicional (não ostensivo) dos demonstrativos, em que se perde a referência aos interlocutores, apesar de não ter sido privilegiado pela análise tradicional, aparece com bastante freqüência, sobretudo na língua oral, segundo se pode constatar através de inúmeros exemplos encontrados nos inquéritos do PROJETO NURC-SP:

Doc. sim...agora...do milho na fazenda não se fazia nada?...só se vendia?

Inf. bom...fa::z fazem...fazem-se esses doces tradicionais né? (DID SP 18:342)

e também mulheres participavam...e::iam...iam colhendo mesmo o::...os aqueles chumaços de algodão e colocando no saco (DID SP 18:377)

Aparece também no discurso do Presidente Collor, de 03/04/91, que faz parte do corpus desta pesquisa:

"Eu quero que vocês aproveitem essa chuva que caiu por aí para poder plantar..."

"Minha gente amiga do Juazeiro, vocês podem estar certos de que eu estou em Brasília, **naquele** Palácio do Planalto..."

"Vocês me conhecem, e sabem que eu sou homem de enfrentar desafios, eu enfrento todos os desafios que foram colocados diante de mim, não nasci com medo de assombração, nem tenho medo de cara feia, isso o meu pai já me dizia, desde quando eu era pequeno, que eu havia nascido com **aquilo** roxo, e tenho mesmo, para enfrentar todos **aqueles** que querem conspirar contra o processo democrático."

Nesse emprego pressuposicional, a diferença entre os tradicionais demonstrativos e os tradicionais artigos praticamente se dilui, conforme atestam as freqüentes vacilações dos falantes:

tem tem o::aquele::...que faz uma pontinha lá...que tem esperança no futuro de ser um grande ator ou uma grande atriz... (D2 SP 62:1314)

nós entramos ali no **naquele** arroz unido venceremos (D2 SP 62:227)

e também mulheres participavam...e::iam...iam colhendo mesmo ::...os **aqueles** chumaços de algodão e colocando no saco (DID SP 18:377)

Em que pese a desconsideração de muitos autores para com o emprego dos demonstrativos fora da demonstração propriamente dita, emprego que por ora vou chamar de "exofórico pressuposicional", por oposição ao emprego "exofórico ostensivo", acredito que a investigação desse uso pressuposicional poderá esclarecer muitos aspectos ainda

obscuros com relação à operação de referência demonstrativa. A investigação da "exófora pressuposicional" poderá revelar uma base referencial comum para a exófora e a endófora, já que é sobretudo nesse emprego que as fronteiras entre o "dentro do texto" e o "fora do texto" são fortemente atenuadas.

A língua oral é rica em exemplos que nos conduzem a limites não muito rígidos entre a referência no enunciado e a referência na enunciação, como o exemplo abaixo em que **aquele** refere-se cataforicamente à cláusula relativa subsequente e ao mesmo tempo faz uma referência a um objeto que se encontra na situação, se não na situação imediata, na memória dos interlocutores:

vocês:: se lembram que naquele primeiro texto que nós vimos aqui a respeito do estilo (EF SP 405:103)

Essa neutralização de fronteiras, ou de oposição entre referência endofórica e exofórica, se evidencia também quando o objeto de referência se encontra na situação mais imediata.

"Há mais ou menos um ano atrás, eu aqui estive em Juazeiro..."

Este é um caso, exibido pelo discurso do Presidente, em que fica difícil optar por uma referência endofórica (catafórica), aqui referindo-se a Juazeiro, ou por uma referência exofórica, aqui referindo-se à dimensão espacial da enunciação.

Um fato já evidenciado por muitos autores é que a língua não oferece significantes diferentes quer o referente seja endofórico quer seja exofórico. Os mesmos significantes conhecem dois empregos de um mesmo mecanismo referencial. O lugar do referente, no contexto lingüístico ou na situação, é que fará a diferença entre endófora e exófora:

"A reference item is not itself exophoric or endophoric; it is just 'phoric' - it simple has the property of reference. Any given INSTANCE of reference may be either one or the other, or it may even be both at once. (...) The reference relation is itself neutral: it merely means 'see elsewhere'."
(Halliday - Hasan, 1976: 36-37)

Até hoje muitos lingüistas mantêm a diferença entre esses dois empregos ou lugares referenciais, apesar da extrema dificuldade que existe de se fixarem os limites precisos entre contexto lingüístico e situação. Halliday-Hasan já reconheciam essa dificuldade em certos casos, como por exemplo no diálogo dramático. A distinção entre exófora e endófora parece, no entanto, ser muito mais tênue e comum do que supunham os autores.

1.1. O CORPUS

Para melhor conduzir a reflexão que aqui se pretende fazer acerca da significação dos demonstrativos do português, escolhi trabalhar com o material do PROJETO NURC-SP, mais especificamente com os Inquéritos EF 405, D2 343, D2 68, DID 18, e com o discurso do Presidente Collor, de 03/04/91, transcrito abaixo. Serão considerados ainda alguns pequenos textos escolhidos em jornais. Os itens em análise do discurso do Presidente aparecem sublinhados e as linhas enumeradas para uma maior facilidade de identificação. O discurso é precedido por algumas informações que têm a função de esclarecer as condições de sua produção.

Juazeiro do Norte (50 km ao sul de Fortaleza-CE, Brasil), 03 de abril de 1991. Domingo pela manhã. Solenidade de liberação de verbas para a região. 15 bilhões (moeda nacional) para o Nordeste (destinados ao crédito agrícola), 900 milhões para o Ceará (destinados à criação de frentes do trabalho), 880 milhões para Fortaleza (drenagem dos rios) e 6,1 bilhões para Juazeiro (água e esgoto). Uma multidão de aproximadamente 30 mil pessoas (segundo a PM), policiais à paisana e seguranças da Presidência. Três faixas de protestos ostentadas por cerca de 40 sindicalistas e militantes do PT, PC do B, PSB e PDT: "Pela derrubada do governo Collor", "Devolva o leite do bebê" e "Em defesa das estatais e do ensino público". O primeiro discurso, o do prefeito Carlos Alberto da Cruz (PSDB). Tumulto, confusão durante pelo menos

20 minutos. Um dos manifestantes, membro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) necessita ser medicado no pronto-socorro local por causa de fortes pancadas no abdômen. Segue outro manifestante. Motivo: sangue na boca e no nariz. Cerca de 10 pessoas são espancadas. As faixas são tomadas pelos agentes de segurança pessoal do presidente. Até o secretário do Desenvolvimento Regional da Presidência, Egberto Batista, entra na multidão para ajudar a retirar as faixas. Os manifestantes levantam outra: "Governo collarido, Brasil em branco e preto". Essa permanece à vista até o final da solenidade. O Presidente Fernando Collor de Mello, 41, eleito chefe de Estado pelo sufrágio universal, voto direto e soberano, entrega cestas de alimento para pessoas carentes cadastradas no programa "Gente da Gente". 9h30. Finalmente o tão aguardado discurso presidencial! Ao lado do presidente, o governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB), o presidente do Congresso, Mauro Benevides (PMDB-CE), e o Frei Damião, 92 (sem partido). Discurso inflamado, destemperado, discurso de improviso:

001. Minha gente amiga de Juazeiro,
002. minha gente amiga do Ceará.
003. Há mais ou menos um ano atrás, eu aqui
004. estive, em Juazeiro, caminhei do campo de
005. pouso até o Franciscano junto com milhares
006. de vocês para trazer a mensagem de paz, a
007. mensagem de futuro, a mensagem de
008. esperança para todos vós nordestinos.
009. Naquela data, em que aqui estive, o
010. nosso frei Damião comemorava os seus 91 anos,
011. e eu me lembro bem que, quando entramos no
012. Franciscano, havia um bolo muito bonito
013. preparado para frei Damião, em cima do bolo,
014. uma imagem de São Francisco; depois que
015. cantamos os parabéns para frei Damião, e
016. depois que ele cortou uma fatia do bolo, ele
017. retirou a imagem de São Francisco, entregou-a
018. a mim dizendo: "Presidente, eu quero que esta

019. imagem lhe acompanhe até o palácio do
020. governo", e lá está São Francisco, ainda hoje
021. na minha sala.
022. Dizia também a Frei Damião que, se eleito
023. presidente, pela vontade soberana da imensa
024. maioria do povo brasileiro, eu voltaria aqui
025. a Juazeiro, para agradecer a cada um de vocês
026. a extraordinária vitória que concederam ao
027. jovem candidato a presidente do Nordeste,
028. Fernando Collor.
029. Todos vocês sabem que eu venho daqui de
030. perto, que venho das Alagoas, Estado que
031. anualmente manda e envia muitos de seus
032. filhos para participar da semana dedicada ao
033. nosso Padre Cícero. Venho das Alagoas, terra
034. sofrida, terra digna e terra que, como o
035. Ceará e todo o Nordeste, precisa e merece, e
036. haverá de ter, o apoio integral deste governo
037. para promover o seu desenvolvimento e a sua
038. justiça social.
039. Vocês sabem como é difícil para o
040. nordestino se afirmar no cenário nacional.
041. Saí do governo de Alagoas, dois anos e dois
042. meses de governo, lutando contra os
043. poderosos, contra aqueles que humilhavam o
044. nosso povo, e ia para a frente de luta, para
045. a batalha direta, ofensiva, e não me escondia
046. jamais numa (...) de gente histérica,
047. gritando contra isso ou contra aquilo. Não,
048. não, eu lutei e encarei sozinho e de frente
049. todos os meus adversários, nunca me vali da
050. formação de qualquer tipo de aglomerado para
051. fazer valer as minhas idéias e as minhas
052. posições, e isso, minha gente, fez com que,
053. saindo de Alagoas, vocês nem podem imaginar a
054. dificuldade, saindo de Alagoas, conquistasse
055. a confiança de toda a população brasileira,
056. de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Amazonas
057. e do Rio Grande do Sul, o que permitiu pela
058. primeira vez, em cem anos de história, que um
059. nordestino assumisse a Presidência da
060. República pelo voto direto, pelo voto
061. soberano.
062. Temos já passado um ano de governo, e
063. temos ainda quatro pela frente com inúmeros
064. desafios a vencer. Eu comparo, minha gente,
065. eu comparo a situação em que encontrei o
066. Brasil como uma casa prestes a desmoronar,
067. uma casa em ruínas, não adiantaria a gente
068. construir apenas uma parede, porque a outra
069. ficava apenas e ameaçava cair, não adiantava
070. a gente sustentar o telhado com um pedaço de
071. caibro, porque de qualquer maneira outro

072. pedaço de telha poderia cair, então o que nós
073. tivemos de fazer: reduzir isso, deixar apenas
074. o alicerce, para partir do alicerce bem
075. feito, construir uma nova sociedade,
076. construir um novo Brasil, mais justo, mais
077. fraterno, mais solidário, e é exatamente,
078. minha gente, nesta toada que nós estamos
079. caminhando.
080. Vocês me conhecem, e sabem que eu sou
081. homem de enfrentar desafios, eu enfrento
082. todos os desafios que foram colocados diante
083. de mim, não nasci com medo de assombração,
084. nem tenho medo de cara feia, isso o meu pai
085. já me dizia, desde quando eu era pequeno, que
086. eu havia nascido com aquilo roxo, e tenho
087. mesmo, para enfrentar todos aqueles que
088. querem conspirar contra o processo
089. democrático.
090. Nós vivemos hoje numa democracia, numa
091. democracia em que o povo fala, o povo decide
092. pelas urnas, as urnas deverão ser respeitadas
093. neste país, pelo menos enquanto eu estiver na
094. Presidência da República Federativa do meu
095. querido Brasil.
096. Mas, -minha gente do Juazeiro, meu
097. prezado governador, prefeito, presidente do
098. Senado e do Congresso Nacional, que é do
099. Ceará, deputados amigos que aqui estão
100. presentes, e que nos dão sustentação
101. parlamentar no Congresso Nacional.
102. Ao chegar hoje a Juazeiro, eu venho
103. também com a oportunidade que Deus me deu, na
104. presença de frei Damião e de frei Fernando,
105. trazer recursos para Juazeiro, ara o seu
106. sistema de água e para o seu esgotamento
107. sanitário, para o seu saneamento. Esses
108. recursos são da ordem de 7 bilhões de
109. cruzeiros, que serão investidos pelo seu
110. prefeito nos próximos anos, trago também
111. recursos para a capital Fortaleza, para o
112. governador Ciro poder de alguma (...) ser
113. auxiliado no trabalho de contenção que sempre
114. as chuvas trazem quando caem mais
115. intensamente sobre a nossa Fortaleza. Trago
116. também 900 milhões para auxiliar nas frentes
117. de trabalho que foram criadas aqui no Estado,
118. e, mais do que isto, uma boa notícia para
119. todos os pequenos agricultores: determinei ao
120. Banco do Nordeste que libere 15 bilhões de
121. cruzeiros para o crédito agrícola dos
122. pequenos produtores.
123. Eu quero que vocês aproveitem essa chuva
124. que caiu por aí, para que possa plantar, e
125. rezar a Deus, com a ajuda de frei Damião,

126. para que venha em seguida, uma água que dê
127. para regar, frutificar e nós termos uma boa
128. colheita este ano com a graça de Deus.
129. Minha gente amiga do Juazeiro, vocês
130. podem estar certos de que eu estou em
131. Brasília, naquele Palácio do Planalto, mas o
132. meu coração e o meu pensamento estão voltados
133. aqui para a minha terra, para o resto do
134. Nordeste. Eu não acredito que possamos
135. construir um Brasil desenvolvido se nós não
136. pudermos investir maciçamente no Nordeste, e
137. investimento tem que ser, minha gente, para
138. permitir a implantação de novas indústrias,
139. para desenvolver pólos industriais, de modo a
140. que esses pólos gerem empregos, gerem renda,
141. distribuição de riqueza, enfim, progresso e
142. prosperidade para a população nordestina.
143. É exatamente isso que nós estamos
144. tratando de fazer, para nós termos o nosso
145. trabalho mais facilitado e mais produtivo é
146. necessário um entendimento entre os diversos
147. setores partidários da vida pública
148. brasileira. Eu sei que todos vocês querem,
149. porque este é um sentimento de Norte a Sul,
150. de Leste a Oeste do país, o povo está
151. querendo que as suas lideranças políticas
152. encontrem formas e maneiras de poder
153. conviver, de uma forma que traga benefícios e
154. bem estar social para a nossa população
155. carente, e é exatamente isso que nós estamos
156. aqui promovendo, o entendimento das diversas
157. facções políticas do país, não só do Ceará,
158. do país e do Nordeste, porque sempre com
159. entendimento, com bom senso, com razão, com a
160. conversa, e com diálogo é que nós poderemos
161. trazer efetivamente mais e maiores benefícios
162. para a população que mais necessita desses
163. benefícios.
164. É esse entendimento, é essa união
165. nacional em que eu acredito firmemente, que
166. eu lanço, aqui mais uma vez no Juazeiro,
167. aproveitando as palavras ditas pelo
168. governador do Ceará, que entende ser
169. necessário deixarmos de lado divergências
170. partidárias e ideológicas, para juntos
171. unidos, firmes, trabalharmos em favor do
172. Ceará e do Brasil.
173. Obrigado, minha gente, até outro dia.

(Folha de São Paulo, 04/04/91)

Sem considerar os tradicionais artigos definidos, apurei no discurso do Presidente 25 (vinte cinco) ocorrências de demonstrativos, das quais 11 (onze) são anafóricas, 4 (quatro) catafóricas e 8 (oito) exofóricas. Das 8 (oito) ocorrências de exófora, apenas uma é ostensiva. Existem ainda 2 (duas) ocorrências que parecem conjugar a anáfora e a catáfora.

Anáfora: 11/25 ou 44%

isso (linha 52)
 isso (linha 73)
 esta (linha 78)
 esses (linha 107)
 isto (linha 118)
 esses (linha 140)
 isso (linha 143)
 este (linha 149)
 esses (linha 162)
 esse (linha 164)
 essa (linha 164)

Catáfora: 04/25 ou 16%

isso (linha 84)
 aquela (linha 09)
 aqueles (linha 87)
 essa (linha 123)

Anáfora e Catáfora: 02/25 ou 8%

isso (linha 155)
 aqueles (linha 43)

Exófora ostensiva: 01/25 ou 4%

esta (linha 18)

Exófora não ostensiva: 07/25 ou 28%

este (linha 36)
 isso (linha 47)
 aquilo (linha 47)
 aquilo (linha 86)
 este (linha 93)
 este (linha 128)
 aquele (linha 131)

Os dados parecem indicar que a função primeira dos demonstrativos não é a dêixis ostensiva (somente 4%). A grande maioria de ocorrências é endofórica (anafórica e catafórica), num total de 60%, seguida da função exofórica pressuposicional, com 28%.

Os dados do NURC confirmam essa tendência. Em 327 (trezentas e vinte sete) ocorrências apuradas (Inquéritos SP EF 405, D2 343, DID 18), a grande maioria é de endóforas (88,99%) e só uma pequena minoria é de exofórica ostensiva (1,83%):

Anáfora: 250/327 ou 76,45%

Catáfora: 41/327 ou 12,54%

Anáfora e Catáfora: 17/327 ou 5,2%

Exófora Ostensiva: 06/327 ou 1,83%

Exófora Pressuposicional: 13/327 ou 4%

Os dados acusam ainda que *esse e isso* são os demonstrativos que ocorrem com maior frequência. *Este e esse*, assim como *isto e isso*, são intercambiáveis na língua oral, na maioria dos contextos³, com predominância de *esse e isso*.

3. Não são intercambiáveis, por exemplo, quando marcam a oposição entre dois referentes:

"mas isto está ligado diretamente ao relacionamento e isso não" (D2 SP 343:1364 e 1365)

No discurso do Presidente:

este	06/25	ou	24%
esse	06/25	ou	24%
aquele	04/25	ou	16%
isto	01/25	ou	4%
isso	06/25	ou	24%
aquilo	02/25	ou	8%

Nos Inquéritos do NURC:

este	15/327	ou	4,58%
esse	126/327	ou	38,53%
aquele	28/327	ou	8,56%
isto	04/327	ou	1,22%
isso	136/327	ou	41,59%
aquilo	18/327	ou	5,5%

1.2. A DESCRIÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS DO PORTUGUÊS

Uma questão bastante controvertida na descrição gramatical do português é a da inclusão dos tradicionais artigos definidos entre os demonstrativos. Um dos pontos incoerentes na descrição gramatical tradicional é a inserção entre os demonstrativos da série substantiva **o, a, os, as**, sem que haja uma série determinante correspondente. **O, a, os, as**, quando determinantes, são classificados como artigos pelas

nossas gramáticas. No entanto, no caso dos demais pronomes, são considerados demonstrativos tanto os determinantes **este**, **esse**, **aquela**, como os não determinantes **isto**, **isso** e **aquilo** (que ocupam sempre a posição de núcleo do sintagma nominal).

Ora, numa descrição coerente, os demonstrativos ou devem incluir o **o-determinante** e o **o-núcleo do sintagma nominal (SN)** ou excluir a ambos.

Afastando-se deliberadamente da análise tradicional, Câmara Jr. (1970) propôs que os demonstrativos e os tradicionais artigos definidos sejam considerados uma única classe gramatical. Observou que, no caso de **o**, **a**, **os**, **as**, dá-se a neutralização definida no espaço, introduzindo-se no seu lugar a noção gramatical de "definição":

"Uma quarta série neutraliza a posição definida no espaço e introduz em seu lugar a noção gramatical de "definição". É a série **o**, **a**, **os**, **as**, que em função adjetiva, como determinante de um nome substantivo, recebe tradicionalmente em nossas gramáticas o título de **artigo definido** e vimos ter um papel essencial na marcação do gênero dos nomes substantivos. O seu emprego isolado, como pronome substantivo, é particularmente freqüente diante da partícula **que** e em tal caso corresponde a **aquela** (para assinalar a eliminação dos campos do falante e do ouvinte) como uma forma mais enfática: **os que reclamam são os que menos têm** (cf.: **aqueles que mais reclamam são aqueles que menos têm**). (Câmara Jr., 1970:113)

A junção dos tradicionais artigos definidos e pronomes demonstrativos numa só classe pode ser apoiada por

argumentos de ordem sintática. Castilho (1989) observa que os artigos e os demonstrativos se encontram em distribuição complementar, não podendo, pois, ocorrer simultaneamente:

"(...) os Art podem combinar-se com qualquer outro Det, menos o Dem. Isto mostra que Art. e Dem. estão em distribuição complementar, pertencendo, portanto, à mesma classe sintática. (...) O caráter complementar do Art e Dem recomenda a elaboração de uma classe conjunta, mas por ora ainda não o farei." (Castilho, 1989:69)

É incoerente e anti-intuitivo considerar, como faz a gramática tradicional, que o *o* seja artigo definido quando antes de um nome (primeira ocorrência no exemplo abaixo) e demonstrativo quando núcleo do SN (segunda ocorrência no mesmo exemplo):

era mais produtivo do que *o* café sombreado
 porque diziam que *o* não sombreado
 (DID SP 18:140)

Uma explicação para a segunda ocorrência do *o* no exemplo em questão é o fenômeno da elipse, ou da anáfora zero, que faz com que o *o* ocupe superficialmente a posição de núcleo.

$$\begin{array}{r}
 1 \ 2_i \ 3 \ - \ 1 \ 2_i \ 3 \ \Rightarrow \ 1 \ 0 \ 3 \\
 \text{o café sombreado} \ - \ \text{o café não sombreado} \\
 1 \ 2_i \ 3 \ \qquad \qquad \qquad 1 \ 2_i \ 3 \\
 \Rightarrow 1 \ 0 \ 3 \ \Rightarrow \ \begin{array}{ccc} \text{o} & \text{0} & \text{não sombreado} \\ 1 & 2 & 3 \end{array}
 \end{array}$$

A elipse não justifica a postulação de outra classe gramatical.

Não é um fenômeno raro, na língua oral, a elipse do núcleo do sintagma nominal com a conservação do determinante, mesmo em se tratando de outros determinantes que não seja o o:

esse valor também a gente pode ver segundo outros critérios...além daquele pelo qual ele foi criado (EF SP 405:299)

L1 sabe como é que se chama esse ato de passar a mão no galho?

L2 esse não... e...tem uma palavra especial viu? (DID SP 18:157)

Os demonstrativos podem ainda ser núcleo do SN sem que se tenha de postular o processo da elipse. É o que ocorre quando o demonstrativo é neutro, lexicalmente vazio. Nesse caso ele é sempre núcleo do SN. São neutros os demonstrativos *isto, isso, aquilo*:

ele vai ter poder sobre a vida dele...então isto vai garantir...que ele traga este animal de volta para casa (sem) ser comido... (EF 405:217)

vocês vão poder perceber...tudo isso que a gente está falando (EF SP 405:407)

no sentido de que só entra na figura aquilo que ele pode concretamente ver no animal (EF SP 405:326)

Existe ainda no Português um *o* neutro (artigo? demonstrativo?), empregado antes de cláusula relativa (CR):

ele vai pintar ahn desenhar *o* animal só
com duas patas porque é só *o* que ele podia ver (EF
SP 405:330)

O o neutro, invariável, se opõe ao *o* não neutro
assim como isto se opõe a este, isso a este e aquilo a aquele.

O o é neutro em (1), mas não em (2):

(1)...ele vai pintar ahn desenhar *o* animal
só com duas patas porque é só *o* que ele podia ver
(EF SP 405:330)

(2)...um período muito maior do que...*o*
que nós conhecemos historicamente (EF SP 405:21)

Em (2), *o o* sofrerá variação de gênero e número se
um período for substituído por uma época, períodos ou épocas:

(2a)...uma época muito maior do que *a* que
nós conhecemos historicamente

(2b)...períodos muito maiores do que *os*
que nós conhecemos historicamente

(2c)...épocas muito maiores do que *as* que
nós conhecemos historicamente

Em (1), a substituição de o animal por a fera, os animais, ou as feras, não afetará a ocorrência da forma o:

(1a)...ele vai pintar ahn desenhar a fera só com duas patas porque é só o que ele podia ver

(1b)...ele vai pintar ahn desenhar os animais só com duas patas porque é só o que ele podia ver

(1c)...ele vai pintar ahn desenhar as feras só com duas patas porque é só o que ele podia ver

Outra evidência a favor do o neutro em (1) é a possibilidade de fazê-lo alternar com isso ou aquilo, mas não com esse ou aquele:

(1d)...ele vai pintar ahn desenhar o animal só com duas patas porque é só isso/aquilo que ele podia ver

(?) (1e)...ele vai pintar ahn desenhar o animal só com duas patas porque é só esse/aquele que ele podia ver

Contrariamente, em (2), o pode alternar com esse/aquele, mas não com o neutro isso/aquilo:

(2d)...um período muito maior do que esse/aquele que nós conhecemos historicamente

(?) (2e)...um período muito maior do que
isso/aquilo que nós conhecemos historicamente

(2e) é contudo um enunciado perfeitamente aceitável desde que não tomado como equivalente a (2).

O neutro pode equivaler a "a coisa", segundo as freqüentes hesitações dos falantes:

(...) não sabe não podia mostrar:...
oralmente:: a coisa o que estava sentindo (D2 SP
343:1360)

Necessariamente seguido de cláusula relativa (CR), o neutro complica ainda mais a descrição do português. Ser seguido de CR, no entanto, não parece assegurar a nenhum elemento do discurso o estatuto de demonstrativo:

a única coisa que eu sei fazer é um gato
(EF SP 405:213)

O o não neutro, núcleo ou não de SN, pode igualmente ser seguido de CR:

...uma época muito maior do que a (época)
que nós conhecemos historicamente

Tendo em vista as dificuldades que os dados acima apresentaram, uma saída talvez seja renunciar à oposição

demonstrativo/artigo em proveito de uma classe conjunta. Ter-se-á de se levar em conta, no entanto, que o e esse não são intercambiáveis em todos os contextos do português:

está com um roupão lá um calor tremendo aí
você tira a gravata tira isso...chega a
tarde...aquela chuva aquele frio (D2 SP 62:37-38)

(?) está com um roupão lá um calor
tremendo aí você tira a gravata tira isso...chega a
tarde...a chuva o frio (D2 SP 62:37-38)

mas...se a gente está num nível de
vida...em que a preocupação principal é se manter
vivo...qualquer atividade nossa vai ser relacionada
com:: com essa preocupação (EF SP 405: 174)

(?) mas...se a gente está num nível de
vida...em que a preocupação principal é se manter
vivo...qualquer atividade nossa vai ser relacionada
com:: com a preocupação (EF SP 405: 174)

aí:: a gente vê essa obra com outros olhos
com outros critérios...de beleza...e os nossos
critérios de valor estético...ele têm... esse valor
também a gente pode ver segundo outros critérios (EF
SP 405:297)

(?) aí:: a gente vê essa obra com outros
olhos com outros critérios...de beleza...e os nossos
critérios de valor estético...ele têm... o valor
também a gente pode ver segundo outros critérios

...a hora que ele é capaz...de desenhar
este animal...ele vai ter poder sobre a vida
dele...então isso vai garantir...que ele traga este
animal de volta para casa (sem) ser
comido...Como...que nós chegamos a es::ta?...
teoria...não deixa de ser uma teoria...como que nós
chegamos a ela? (EF 405 SP:219)

(?) ...a hora que ele é capaz...de desenhar este animal...ele vai ter poder sobre a vida dele...então isso vai garantir...que ele traga este animal de volta para casa (sem) ser comido...Como...que nós chegamos à?...teoria... não deixa de ser uma teoria...como que nós chegamos a ela? (EF 405 SP:219)

quanto à coleta se eles dependiam...de...frutos...raízes...que eles NÃO plantavam...que estava à disposição deles na natureza...eles também tinham que obedecer o ciclo:...vegetativo...então existe uma época para ter uma maçã outra época para ter laranja outra época para ter banana...existem CERTAS regiões onde há determinados frutos OUTRAS regiões...com OUTROS frutos...então eles tinham que acompanhar este movimento também (EF 405 SP:84)

(?) quanto à coleta se eles dependiam...de...frutos...raízes...que eles NÃO plantavam...que estava à disposição deles na natureza...eles também tinham que obedecer o ciclo:...vegetativo...então existe uma época para ter uma maçã outra época para ter laranja outra época para ter banana...existem CERTAS regiões onde há determinados frutos OUTRAS regiões...com OUTROS frutos...então eles tinham que acompanhar o movimento também (EF 405 SP:84)

A diferença entre artigo e demonstrativo não é certamente sintática, devendo deslocar-se para outro nível da descrição lingüística⁴.

4. Este trabalho não tem por objetivo recategorizar os artigos e os demonstrativos do português. No entanto, no exame da significação dos demonstrativos, essa é uma questão que não pode ser totalmente ignorada.

1.2.1. A ANÁLISE DE RODRIGUES

Utilizando critérios nocionais e morfo(fono)lógicos, Rodrigues (1978 e 1983) propõe uma análise dos demonstrativos do português que, em alguns aspectos, foge à descrição tradicional, sobretudo pela inclusão dos tradicionais artigos e dos tradicionais pronomes pessoais de terceira pessoa no quadro dos demonstrativos.

A proposta de Rodrigues pode ser resumida como se segue.

Os traços nocionais relevantes no subsistema dos demonstrativos da língua portuguesa são a *indicação* (mostração) de um objeto e a *especificação* do objeto indicado. A indicação pode ser *ostensiva* ou *contextual* (anafórica). Na indicação ostensiva, faz-se referência direta ao objeto (*Este livro é meu. Este é meu*), ao passo que na indicação contextual, a referência é feita por intermédio do contexto verbal ou situacional (*O livro é meu. Ele é meu*). Uma diferença entre a indicação ostensiva e a contextual é que no caso da indicação ostensiva há referência aos interlocutores; no caso da contextual tal referência não existe. Por intermédio da indicação ostensiva, o objeto é referido como afastado (*Aquele livro {lá na outra mesa} é meu*) ou próximo dos interlocutores (*{Este livro {aquí na minha mão} é meu}*), em que o objeto referido está próximo do falante, e (*Esse livro {aí na tua mão} é meu*), em que o objeto referido está próximo

do ouvinte)). Quanto ao segundo traço nocional, distingue-se a especificação do objeto (*Este livro é meu. O livro é meu*) da não especificação do objeto (*Isto é meu. Aquilo que eu fiz foi útil {Você sabe que eu fiz alguma coisa:} O que eu fiz foi útil.*). Quando o objeto é especificado, o demonstrativo concorda com o gênero (masculino ou feminino) e com o número (singular ou plural) do nome que designa o objeto (*Este livro. Esta casa. Aquele povo. Estes livros. Estas núpcias. Os óculos*).

Do ponto de vista morfo(fono)lógico, o subsistema dos demonstrativos se caracteriza pelo seguinte:

a. Quatro bases ou temas, distribuídas segundo a natureza da indicação: 1. /éste/ indicação ostensiva de proximidade ao falante, 2. /ése/ indicação ostensiva de proximidade ao ouvinte, 3. /akéle/ indicação ostensiva de afastamento dos interlocutores, 4. /éle/~o/ indicação contextual. Em algumas variedades do Português do Brasil desaparece a distinção entre 1. e 2. prevalecendo 2 (ou 1), ou usando-se ambos aparentemente de modo indistinto;

b. Acréscimo do sufixo -o para a referência a objeto não especificado. As bases 1 e 3 sofrem mudança morfofonêmica da vogal acentuada que, sendo média, passa a alta: 1. /ísto/, 2. /íso/, 3. /akílo/. Na base 4 o sufixo se acrescenta ao alomorfe /o/, com o qual se funde: * o-o->/o/;

c. Acréscimo do sufixo -a para a concordância com os nomes do gênero feminino. As bases 1 e 3 e alomorfe /éle/ da base 4 sofrem mudança morfofonêmica da vogal acentuada que, sendo média, passa a baixa: 1. /Ésta/, 2. /Ésta/, 3. /akÉla/, 4. /Éla/. A junção do sufixo -a ao alomorfe /o/ da base 4 acarreta a supressão do -o, segundo a regra morfofonêmica de aplicação mais geral, e resultam em /a/ (cf. /bonito/+/-a/->/bonita/);

d. A distribuição dos dois alomorfes da base 4 é a seguinte: /éle/ ocorre como sujeito, como predicativo e como complemento preposicionado (*Ele veio. Não sou ele. Saí com ele.*), mas nunca diante de nomes; /o/ ocorre nas mesmas situações sintáticas em que ocorre /éle/, mas diante de nomes (*O professor veio. Não sou o professor. Saí com o professor*) e, além disso, também como objeto direto (*O aluno conhece-o. O aluno conhece o professor*), diante de orações relativas restritivas (*A {aluna} que esteve aqui não viu nada. O {professor} que ensina matemática é simpático. O {a coisa} que você diz é verdade (objeto não especificado).*) e diante dos pronomes qual e tal (*O homem, com o qual eu falei, não veio. Ele é o tal, de quem você falou*). No Português do Brasil o alomorfe acentuado /éle/ ocorre também como objeto direto (*o aluno conhece ele*), ficando o alomorfe átono /o/ limitado a uma distribuição proclítica.

Eis o quadro dos demonstrativos de Rodrigues:

INDICAÇÃO	não especificado	ESPECIFICAÇÃO			
		ESPECIFICADO concordância			
		m.sg.	f.sg.	m.pl.	f.pl.
A.ostensiva					
1.prox.fal.	ísto	éste	Ésta	éstes	Éstas
2.prox.ouv.	isso	ése	Ésa	éses	Ésas
3.afast.fal.	akílo	akéle	ákéla	akéles	akÉlas
B.contextual					
4.	o	éle-o	Éla-a	éles-os	Élas-as

A análise de Rodrigues parece bastante pertinente sob alguns aspectos, sobretudo na caracterização dos demonstrativos do ponto de vista morfo(fono)lógico. Todavia, a distribuição das "bases" ou "temas" a partir dos critérios nocionais utilizados parece não ter fundamento.

Pelo que foi exposto, segundo Rodrigues, é o tipo de indicação (ostensiva, contextual) que distribui os demonstrativos do Português em quatro bases ou temas. A primeira divisão entre as bases, ou seja, a oposição entre as três primeiras (/éste/, /ése/ e /akéle/) e a quarta (/éle/~o/), se dá pela oposição do tipo de mostraçã considerada: a ostensiva compreende as três primeiras, a contextual compreende a quarta base. A segunda divisão ocorre dentro da mostraçã ostensiva, através do critério da

proximidade do objeto de referência com relação aos interlocutores.

Ora, segundo desejo argumentar, esse critério não é seguro para a distribuição das bases dos demonstrativos. Os demonstrativos *este*, *esse* e *aquele* (com suas especificações de concordância), assim como os neutros *isto*, *isso* e *aquilo*, conhecem na língua um uso endofórico, contextual, da mesma maneira que os demonstrativos da quarta base do quadro de Rodrigues.

A maioria das ocorrências dos pronomes *este*, *esse*, *aquele*, *isto*, *isso*, *aquilo*, conforme os resultados desta pesquisa, não é exofórica ostensiva, mas anafórica.

Parece não haver como negar um paralelismo na função referencial (anafórica) de *a* (base 4) e do demonstrativo *essa* (base 2) nos exemplos abaixo, que é a de garantir a identidade referencial entre *fazenda-fazenda* e *preocupação-preocupação*:

papai tinha uma fazenda onde não havia ainda luz elétrica (...) a fazenda era vamos dizer tinha teria duas partes...uma...que é bastante acidentada...e uma outra...plana (DID SP 18:31)⁵

mas...se a gente está num nível de vida...em que a preocupação principal é se manter vivo...qualquer atividade nossa vai ser relacionada com::com essa preocupação (EF SP 405:173-174)

5. Para Halliday & Hasan, este seria um exemplo de coesão léxica .

A língua não conhece significantes diferentes quer haja referência aos interlocutores ou não, nos termos de Rodrigues, o que equivale a dizer que **as mesmas formas pronominais** podem ser empregadas nos dois modos de referência que Rodrigues chama de indicação ostensiva e indicação contextual:

1. Indicação contextual (sem referência aos interlocutores):

a) por intermédio do contexto verbal - anáfora:

papai tinha uma fazenda onde não havia ainda luz elétrica (...) a fazenda era vamos dizer tinha teria duas partes...uma...que é bastante acidentada...e uma outra...plana (DID SP 18:31)

mas...se a gente está num nível de vida...em que a preocupação principal é se manter vivo...qualquer atividade nossa vai ser relacionada com::com essa preocupação (EF SP 405:173-174)

b) por intermédio do contexto verbal - catáfora⁶:

*no sentido de que só entra na figura **aquilo** que ele pode concretamente ver no animal... (EF SP 405:326)*

*os que não estão acostumados com a cidade **pum** se mete no trânsito (D2 SP 343:468)*

6. Ver-se-á mais adiante que esses exemplos participam de uma dupla natureza referencial.

c) por intermédio do contexto situacional:

L1 então quando foram fazer a Paulista...já
tinham gastado três bi sei lá... cacetada de
dinheiro [

L2 com aquela reba/
aquele rebaixamento né? (D2 SP 343:379)

então nós vamos começar pela Pré-História...
(EF 405:1)

2. Indicação ostensiva (com referência aos
interlocutores)⁷:

para você ver a moto aí... ela não faz
barulho por quê? (D2 SP 343:150)

para você ver essa moto aí... ela não faz
barulho por quê?

É preciso ficar claro que, se de um lado, estou defendendo que os critérios **nocionais** utilizados por Rodrigues não são adequados para distribuir as quatro bases dos demonstrativos, de outro lado, não estou afirmando que os tradicionais artigos e demonstrativos são intercambiáveis em todos os contextos, segundo já procurei evidenciar com exemplos do corpus em análise:

7. A referência aos interlocutores é feita através de **aí**, mas o exemplo parece mesmo assim adequado.

está com um roupão lá um calor tremendo aí
 você tira a gravata tira isso...chega a
 tarde...aquela chuva aquele frio (D2 SP 62:37-38)

(?) está com um roupão lá um calor tremendo aí
 você tira a gravata tira isso...chega a tarde...a
 chuva o frio (D2 SP 62:37-38)

mas...se a gente está num nível de
 vida...em que a preocupação principal é se manter
 vivo...qualquer atividade nossa vai ser relacionada
 com:: com essa preocupação (EF SP 405: 174)

(?) mas...se a gente está num nível de
 vida...em que a preocupação principal é se manter
 vivo...qualquer atividade nossa vai ser relacionada
 com:: com a preocupação (EF SP 405: 174)

Isso equivale a dizer que os demonstrativos e os
 artigos parecem não desempenhar exatamente a mesma função
 referencial. As freqüentes correções dos falantes sugerem
 diferenças significativas:

tem tem o::aquele::...que faz uma pontinha
 lá...que tem esperança no futuro de ser um grande
 ator ou uma grande atriz... (D2 SP 62:1314)

e também mulheres participavam...
 e::iam...iam colhendo mesmo o::...os aqueles
 chumaços de algodão e colocando no saco (DID SP
 18:377)

Este trabalho investigará outra hipótese, que me
 parece mais razoável: as fronteiras entre a indicação
 ostensiva e a contextual (nos termos de Rodrigues) parecem ser
 fortemente atenuadas por um domínio referencial comum, em que
 predominam elementos discursivos pressupostos pelos

interlocutores. Essa base referencial seria responsável pela possibilidade de emprego dos mesmos elementos lingüísticos (*o* e *esse*), quer os referentes se encontrem no contexto lingüístico, quer se encontrem na situação mais imediata ou menos imediata. Nesse domínio, os demonstrativos e os artigos teriam, contudo, funções discursivas específicas. Isso equivale a dizer que se alguma diferença existe, então, entre *o* e *esse*, ela é de natureza discursiva, ou seja, a diferença é determinada pelo discurso, e não pela sintaxe ou pela semântica.

1.3. A ANÁFORA DEMONSTRATIVA

Em Ducrot & Todorov (1972:358), podemos encontrar a seguinte definição de anáfora:

"Un segment de discours est dit anaphorique lorsqu'il est nécessaire, pour lui donner une interprétation (même simplement littérale) de se reporter à un autre fragment du même discours".

Essa concepção de anáfora é no essencial a mesma que se encontra na tradição gramatical e na lingüística: a anáfora representa um fenômeno de dependência interpretativa entre duas unidades do mesmo discurso, a segunda não podendo ter um sentido referencial sem ter sido colocada em conexão com a primeira.

No entanto, segundo vou argumentar, essa concepção funciona somente naqueles casos em que a sintaxe e a semântica são capazes de atribuir os referentes, não funcionando naqueles outros em que a atribuição de referentes parece dever-se a elementos pressupostos na interlocução.

Essa concepção tradicional de anáfora corresponde ainda grosso modo à noção de "não pessoa" de Benveniste, esboçada no artigo de 1966, "A natureza dos pronomes".

A oposição que Benveniste (1966a) faz entre as duas pessoas do discurso *eu/tu*, de um lado, e *ele*, ou a "não pessoa", de outro, oposição já proposta de certa forma na *Gramática de Port-Royal*, tem sido considerada o coração de sua doutrina. Segundo Lahud (1979), a teoria dos pronomes de Benveniste, mais exatamente sua definição da categoria de "pessoa", constitui a pedra de toque dos vinte cinco anos do estudo que o autor fez sobre "a subjetividade na linguagem". Ainda segundo Lahud, essa separação entre "eu" e "tu", na posição de sujeitos de seu próprio discurso, e o "ele", que representa apenas, no dizer de Benveniste, um "invariante não-pessoal, e nada mais", constitui o passo determinante da constituição da noção de dêixis em sua doutrina.

Nesse trabalho de 1966, os demonstrativos anafóricos se incluem no paradigma de *ele*:

"Assim, na classe formal dos pronomes, os chamados de "terceira pessoa" são inteiramente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza. Como já se viu há muito tempo, as formas como *ele*, *o*, *isso*, etc. só servem na qualidade de substitutos abreviativos." (Benveniste, 1966a:282)

Os demonstrativos dêiticos, por outro lado, se encontram no mesmo paradigma de eu/tu.

O tratamento inovador de Benveniste com relação aos signos dêiticos, ou "indicadores", consiste em que esses são agora definidos em função da **subjetividade do discurso**, ou do eixo referencial formado pelo par eu/tu, e não em função de um mecanismo ostensivo independente, em que o signo indicador se relaciona diretamente com um referente da realidade objetiva:

"Não adianta nada definir esses termos e os demonstrativos em geral pela dêixis, como se costumava fazer, se não se acrescenta que a dêixis é contemporânea da instância do discurso que contém o indicador de pessoa; dessa referência o demonstrativo tira o seu caráter cada vez único e particular, que é a unidade da instância do discurso à qual se refere." (Benveniste, 1966a: 279-280)

A oposição entre a "pessoa" e a "não-pessoa", que parece de fato ser o que determina a noção de dêixis em Benveniste, é o reflexo de uma oposição mais profunda, que está na base de toda sua teoria: a concepção que o autor tem de dois planos ou dois lugares de referência, que correspondem a duas "realidades" concomitantes: a "realidade subjetiva do discurso" e a "realidade objetiva" do mundo fenomenal.

As formas pronominais "eu" e "tu", assim como todas aquelas outras ligadas ao "sujeito que fala", "indicadores", como "este", "aqui", "agora", "hoje", "ontem", etc., não têm como referência a realidade objetiva, mas sim a própria enunciação. Elas só se aplicam à "realidade" do discurso:

"Assim, pois, é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas "pronominais" não remetam à "realidade" nem a posições "objetivas" no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e refletem assim o seu próprio emprego." (Benveniste, 1966a:280)

De maneira oposta, esse e isso, pertencentes à categoria da "não pessoa", são considerados "referenciais em relação à realidade" e, sendo empregados no "uso cognitivo da língua", têm a função de fazer referência a coisas da "realidade objetiva":

"A "terceira pessoa" representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truismo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias do discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de não importa quem ou o que, exceto a própria instância, podendo sempre esse não importa quem ou não importa o que ser munido de uma referência objetiva." (Benveniste, 1966: 282)

A "terceira pessoa", na qual se inclui todo o sistema anafórico da língua, cumpre, então, uma função representacional, ou se se preferir, constatativa, por oposição à primeira e segunda pessoas, que cumprem uma função enunciatória ou discursiva. Se a terceira pessoa é "a não pessoa" é então porque pode ter como referência uma realidade objetiva constituída de elementos que não dependem da enunciação.

A concepção de referência que Benveniste faz dos "signos plenos" provém das teorias clássicas. Nas teorias clássicas, a referência repousa na capacidade lingüística de

representação do signo lingüístico. Atribuir uma referência a um nome, independentemente de sua utilização no discurso, exige dotá-lo de uma representação objetiva, universal (Récanati, 1977). O caráter representacional desses signos "plenos" se mantém para os pronomes "substitutos" de Benveniste (aqueles que nascem da "sintaxe da língua" e não da "instância do discurso"), na medida que a substituição somente é possível quando ambos os signos, o antecedente e o substituto, "representam" ou "descrevem" os mesmos objetos da realidade objetiva.

A dêixis e a enunciação são facetas importantes no trabalho de 1966, mas são ainda caracterizadas como fenômenos locais, com efeitos lingüísticos específicos. Em outro trabalho, "A filosofia analítica e a linguagem" (1966c), não diretamente ligado à problemática dos dêiticos e dos demonstrativos, reflete a mesma duplicidade referencial que norteia os trabalhos de Benveniste acerca dos pronomes.

Em "A filosofia analítica e a linguagem", Benveniste insiste em manter a oposição enunciados constatativos/enunciados performativos, criticando o trabalho de Austin de 1958, "Performative-constative", o qual dilui a oposição em favor dos atos locucionais e ilocucionais. Embora admita que o indicador de performatividade possa ser elidido em certos enunciados, Benveniste recusa-se a generalizar a categoria austiniana dos "performativos primários", em que o indicador performativo é virtual e não explícito. Não o admite para não

generalizar a performatividade, o que equivaleria a admitir que a linguagem antes de ser constatativa ou cognitiva é performativa. A generalização da performatividade exigiria a total reformulação da teoria do significado, entendida como "sentido e referência", tal como Frege (1892a) a havia formulado.

Ora, é justamente essa reformulação que Benveniste se nega a aceitar, quando critica o abandono que Austin faz da oposição constatativo/performativo. Para Benveniste, continua vigorando a teoria do significado de Frege, como equivalente a "sentido e referência", se não para todos os enunciados, pelo menos para os enunciados constatativos que faz questão de preservar:

"Não vemos, portanto, razão para abandonar a distinção entre performativo e constatativo⁸. Acreditamo-la justificada e necessária, com a condição de que a mantenhamos dentro das condições estritas de emprego que a autorizam, sem fazer intervir a consideração do "resultado obtido" que é a fonte da confusão. Se não nos prendermos a critérios precisos de ordem lingüística e formal, e em particular se não cuidarmos de distinguir sentido e referência, pomos em perigo o próprio objeto da filosofia analítica, que é a especificidade da linguagem nas circunstâncias em que valem as formas lingüísticas que escolhemos estudar." (Benveniste, 1966b:305)

8. Estou empregando o termo **constatativo**, seguindo Danilo M. de Souza Filho, o tradutor brasileiro de *How to do things with words* (Austin, 1962), em vez do termo **constativo**, mais corrente em outros trabalhos, inclusive na tradução que se fez no Brasil da obra de Benveniste. **Constatativo**, de "constatar", me parece mais adequado para traduzir a concepção austiniana desse tipo de enunciado.

A análise dos verbos constatativos e performativos parece possuir o mesmo alcance epistemológico que a análise das "pessoas do discurso" ("pessoa" x "não pessoa") e dos demonstrativos (dêiticos x anafóricos), refletindo o mesmo tipo de problemas e de realidades⁹. A subjetividade da referência dêítica, na verdade uma *sui-referência* ou uma referência ao que não possui referente, dado que só é determinável por meio das circunstâncias do discurso em que ocorre, é da mesma natureza que a "referencialidade" *sui-referencial* dos enunciados performativos.

Dessa feita, a ambigüidade referencial que se reflete na concepção dos demonstrativos provém da concepção de referência em Benveniste, marcada pela coexistência de uma dimensão subjetiva, indicial, enunciatória, com uma dimensão objetiva, cognitiva, representacional ou simbólica. A referência demonstrativa guarda a oposição *constatatividade/performatividade*, que corresponde a outra oposição: *referencialidade/sui-referencialidade*.

Assim, nesse quadro, os demonstrativos dêíticos são considerados *sui-referenciais*, porque têm como referência a

9. Segundo Felman (1980), a reprise da teoria dos performativos de Austin por Benveniste contém algumas inclusões e algumas exclusões. Entre as inclusões, Felman aponta a **sui-referencialidade** do performativo, ou a propriedade que o performativo tem de referir-se a uma realidade que ele mesmo constitui. A análise de Felman permite-nos postular com mais segurança uma semelhança entre a base referencial dos enunciados performativos (*sui-referenciais*) e a base referencial dos enunciados dêíticos (igualmente *sui-referenciais*) em Benveniste.

própria enunciação, os "não dêiticos" ou de "terceira pessoa" são considerados apenas referenciais.

No trabalho de 1974, "O aparelho formal da enunciação", Benveniste parece não mais admitir dois mecanismos de referência opostos. O mecanismo de referência é agora parte integrante da enunciação, definida como um processo de apropriação individual da língua:

"Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir idênticamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação." (Benveniste, 1974:84)

Quanto aos demonstrativos dêiticos, sua seta aponta para duas direções: à enunciação (ou ao sujeito falante, indicador de subjetividade) e ostensivamente a um particular do mundo objetivo:

"Da mesma maneira e se relacionando à mesma estrutura da enunciação são os numerosos índices de ostensão (tipo este, aqui, etc.), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo¹⁰ que é pronunciada a instância do termo." (Benveniste, 1974:84-5)

10. Ênfase acrescida.

No entanto, essa seta dupla não deve ser tomada como dupla referência, já que a ostensão se subordina à enunciação, que é o único centro de referência do discurso.

Embora não tenha se pronunciado explicitamente, nesse texto de 1974, a respeito da "não-pessoa" do trabalho de 1966, ou seja, a respeito dos anafóricos, é possível deduzir que, nesta obra de 1974, os demonstrativos de "terceira pessoa", "não-dêiticos", cumprem igualmente uma função discursiva, enunciatória, embora não exibam marcas explícitas de enunciação. Sua referência não é mais determinada por um mecanismo sintático independente, mas pelo mecanismo referencial discursivo, enunciatório.

Retomando, agora, o conceito tradicional de anáfora, segundo o qual a anáfora representa um fenômeno de dependência interpretativa entre duas unidades do mesmo discurso, a segunda não podendo ter um sentido referencial sem ter sido colocada em conexão com a primeira, gostaria de explorar algumas limitações que esse conceito impõe.

Penso que a atribuição de referentes à anáfora demonstrativa (e provavelmente à toda anáfora) não se faz tão somente pela sintaxe e pela semântica, mas também por fatores pragmáticos e discursivos, já que a anáfora, seguindo a lição de Benveniste, a do texto de 1974, também deve estar na dependência de um mecanismo enunciatório mais amplo. A sintaxe e a semântica, em grande parte dos casos, são impotentes para atribuir referentes. O referente da anáfora nem sempre é

"lingüístico", no sentido de estar "verbalizado" no discurso anterior. Aliás, a própria categoria referente lingüístico é bastante problemática, segundo se verá a seguir.

1.3.1. A ANÁFORA NEUTRA

Uma característica da anáfora neutra é que, por ser neutra, ela não oferece pistas sintáticas, e, portanto, semânticas para a identificação do referente, o que faz a sua interpretação ser bastante dependente de outros vários fatores interacionais e pressuposicionais.

Vejamos algumas particularidades desse tipo de anáfora:

1. a anáfora neutra tem a possibilidade de retomar conteúdos de extensão muito variada, os quais ultrapassam, na maioria das vezes, os limites de um constituinte de sentença, como também os limites da sentença. O quanto "mede" o referente vai depender de outros vários fatores não verbais para a interpretação¹¹:

havia um:...um::sujeito um colono um camarada...que então ficava sentado numa cadeira...colocava de um lado...um::monte de espigas de milho...com casca...e ia tirando casca por casca né?...de cada espiga...ah aí fica então a espiga de milho com::as várias fileiras de milho...presas na espiga...agora depois disso pode pôr...colocar num aparelhinho que se chama debulhador de milho (DID SP 18:271)

11. Esses casos serão retomados para uma análise mais detalhada no terceiro capítulo.

O que nos leva a poder afirmar que o referente de *isso* é uma seqüência de atos realizados pelo colono, sentado numa cadeira (colocar de lado as espigas de milho com casca, tirar as cascas das espigas, uma a uma, sem contudo debulhar o milho manualmente), e não simplesmente o ato singular de colocar as espigas de lado, ou ainda o ato singular de retirar as cascas? Certamente o que atribui um referente a *isso* no exemplo em questão não é apenas o nosso conhecimento lingüístico.

2. anaforiza quase sempre difusamente, não tendo como referente um "objeto". Isto equivale a dizer que não é característica sua anaforizar um item lexical localizado.

Inf. a::a espiga de milho depois de
debulhada...o que fica...chama sabugo
Doc. se aproveita?
Inf. não::isso não tem muita:: não tem
muito::utilidade (DID SP 18:298)

Isso, no exemplo acima, não tem como referente "sabugo", enquanto um objeto especificado, mas alguma coisa um pouco mais difusa, ou seja ou "a coisa que fica, chamada sabugo".

3. a anáfora neutra pode ter muitos "candidatos" a referente, ficando a decisão à mercê de interpretações:

é exatamente isso que nós estamos aqui promovendo (Discurso do Presidente, linha 155)

Possíveis candidatos a referente: o contexto lingüístico anterior "*benefícios...a nossa população carente*" (linha 153-155), o contexto lingüístico anterior "*as suas lideranças...carente*" (linhas 151-155), o contexto lingüístico posterior "*o entendimento...Nordeste*" (linhas 156-158), o contexto lingüístico anterior (linhas 151-155) e posterior ao mesmo tempo (linhas 156-158).

4. o neutro pode ter um valor apreciativo não marcado necessariamente por traços prosódicos:

antigamente você ia no Cine Ipiranga eram umas poltronas ótimas tinha lá em cima você ficava bem acomodada hoje em dia se você depois passou uma época que você ia ao cinema tinha que ficar em pé numa fila eNORme...não é? então não era divertimento aquilo (DID 234:582)

Aquilo ("aquela coisa horrível, desagradável") refere-se a *ficar em uma fila eNORme*, e não a *ir ao Cine Ipiranga*. O que me leva a interpretar "ficar numa fila enorme" como "uma coisa desagradável" são fatores pressupostos na interlocução, que serão tratados em outro lugar deste trabalho.

5. o referente de uma anáfora neutra pode ser "negociado" pelos interlocutores:

L1 ...gozado a confiança que o homem tem em máquina né? mas...eu estava pensando...será que isso é...sem::pre...desde que começou a haver máquina...sempre há desconfiança?

L2 DESconfiança?

L1 é tanto que se propõe sempre aquilo...o homem ...e a máquina né? (D2 SP 343:809,813)

Uma análise puramente formal, intra-textual, não permitiria dizer que confiança que o homem tem em máquina, isso e desconfiança são co-referenciais. Uma análise puramente formal, acusaria, sim, incoerência ou agramaticalidade no exemplo em questão.

6. uma anáfora neutra pode ter mais de um referente ao mesmo tempo:

L2 ela estava contando assim...que uma vez um dos médicos ficou com uma dor no não sei do quê...dor de estômago e tal...falou "vamos chamar os pajés né?" aí vieram três pajés e ficaram duas horas suan::do ali em cima...mas fazendo os maiores estardalha::ços e tal acabaram tirando::... (acho que) uma pena uma pena de passarinho uma galinha... um negócio assim...pronto sarou... mas ((rí)) ficaram duas horas ali em cima cantando pulando eles...suando mesmo né? literalmente

L1 e tiraram o quê? pena de passarinho do cara?

L2 é...um negócio assim...pronto sarou era isso que estava interferindo...era um espírito não sei das quantas... que estava né? (D2 SP 343:768)

Isso, no exemplo em questão, refere-se anaforicamente a pena de passarinho e cataforicamente a

espírito não sei das quantas. Também nesse caso, uma análise puramente formal acusaria incoerência ou agramaticalidade.

1.3.2. A ANÁFORA NÃO NEUTRA

A "ambiguidade" do referente, não é todavia uma particularidade da anáfora neutra. Um exame mais apurado dos demonstrativos não-neutros acusará que a presença de marcas com plural, feminino etc., não são suficientes para atribuir referentes, daí a necessidade de se recorrer, mesmo nesses casos, a elementos situacionais para a interpretação.

Vejamos alguns exemplos.

No discurso do Presidente, nenhuma pista semântica ou sintática garante que aqueles e os poderosos (linha 43) são co-referenciais ou dois elementos justapostos:

"Vocês sabem como é difícil para o nordestino se firmar no cenário nacional. Saí do governo de Alagoas, dois anos e dois meses de governo, lutando contra os poderosos, contra aqueles que humilhavam o nosso povo..."

Na linha 78, somente com uma operação de inferência, que interpreta o contexto anterior da linha 73 a 78 como "toada", é possível dizer que esta é um elemento anafórico:

"deixar apenas o alicerce, para partir do alicerce bem feito, construir uma nova sociedade, construir um novo Brasil, mais justo, mais fraterno, mais solidário, e é exatamente, minha gente, nesta toada que nós estamos caminhando."

Do mesmo modo, a anáfora de **este** (linha 149) exige que se infira que "querer" (linha 148) é um "sentimento" (linha 149):

"Eu sei que todos vocês querem, porque este é um sentimento de Norte a Sul, de Leste a Oeste do país"

Vejamos mais um exemplo, que me parece bastante significativo, extraído de uma entrevista com o ator Miguel Falabella:

Telejornal: *"O que significa para a sua carreira ter um texto filmado para o mercado norte-americano?"*

Falabella: *"Acho legal, mas não tenho esse deslumbramento. A carreira da peça que me deslumbrou mais foram duas temporadas de sucesso no Rio e em São Paulo."*

(O Estado de S.Paulo, 24/07/94)

Não existe um referente lingüístico para esse deslumbramento, a menos que se interprete "ter um texto filmado para o mercado norte-americano" como "um deslumbramento". Para isso, no entanto, muitos outros fatores têm de ser considerados, entre eles, a imagem que a imprensa faz de um artista no apogeu de sua carreira e a tomada em consideração dessa imagem pelo próprio artista.

Esses exemplos todos parecem colocar em xeque a "categoria" referente lingüístico (e, conseqüentemente, o conceito tradicional de anáfora) e fazer-nos buscar a noção de

referente fora de um quadro estritamente sintático e semântico. Fazem-nos ainda questionar a nossa capacidade de interpretar sem esforço aparente um discurso cuja análise lingüística concluiria por juízos de agramaticalidade ou incoerência em diferentes graus.

1.4. A CATÁFORA

Conforme já se afirmou, o único contexto em que o o neutro pode figurar é diante de cláusulas relativas (CR):

*é MUITO difícil a gente desenhar
estritamente o que a gente vê (EF SP 405:364)*

No entanto, essa função de servir de ponto de referência para uma CR subsequente não é exclusiva do o neutro, já que os outros demonstrativos, neutros ou não, podem igualmente figurar nesse contexto:

*agora o arreo é preso no cavalo...por
uma:: por aquilo que se chama barrigueira (DID SP
18:762)*

*vocês vão poder perceber tudo isso que a
gente está falando (EF SP 405:407)*

*segundo outros critérios...além daquele
pelo qual ele foi criado (EF SP 405:299)*

*é muito comum que os administradores de
fazenda...andam normalmente em burro...ou...na na
que seria a fêmea do burro que é a besta (DID SP
18:715)*

A diferença é que, diferentemente do o neutro, os demais demonstrativos podem ocorrer em outros contextos.

Weinrich (1971, 1973, apud Koch, 1989) considera catafórico todo artigo definido que funciona como ponto de referência para uma CR subsequente. Ex. "A vaca que ri...". Essa remissão catafórica, conforme ressalta Koch (1989), só pode ocorrer dentro do mesmo enunciado, o que equivale a dizer, dentro do mesmo sintagma nominal (artigo + nome + CR), e só nesse contexto o artigo pode ser considerado catafórico.

Da mesma maneira, o demonstrativo seguido de CR (núcleo do SN ou determinante) pode ser considerado catafórico, desde que se considere essa função somente com relação ao sintagma nominal de que o demonstrativo faz parte: demonstrativo {+ nome} + CR.

A análise de Weinrich parece ter fundamento. No entanto é necessário, por uma questão de coerência, que se considere catafórica toda ocorrência de demonstrativo que sirva de ponto de referência para outros especificadores que não a cláusula relativa: demonstrativo {+ nome} + especificador (no caso específico do o neutro o único especificador possível é CR):

em função dessa NEcessidade...de se manter vivo (EF SP 405:115)

a gente pára aquela vida cotidiana da gente (EF SP 405:157)

mas pega um clínico geral...por incrível que pareça é o que mais...estuda...certo? ...é o que tem MAIOR especialização...em compensação é o mais injustiçado (D2 62:676)

O demonstrativo nessa construção catafórica parece de certa forma sempre introduzir um elemento novo no discurso, ou totalmente novo, ou já mencionado anteriormente, mas que vai ser redefinido através das especificações por CR ou por outros especificadores.

No exemplo abaixo, o, em ambas as ocorrências, introduz um elemento novo a ser constituído discursivamente:

ela está desenhando o que ela tem na cabeça...e não o que ela ela está vendo (EF SP 405:359-360)

Nesse outro exemplo, que se segue, aquele não introduz um elemento totalmente novo:

segundo outros critérios...além daquele pelo qual ele foi criado (EF SP 405:229)

Que não se trata de um elemento novo pode ser evidenciado pela ocorrência da elipse:

outros critérios	-	aquele critério	CR
1		1	3
		2 _i	

=>	1	0	3	=	aquele	0	CR
					1	2	3

No entanto essa co-referencialidade textual, que produz a elipse, é apenas uma semi-correferencialidade, dado que cada um dos sintagmas nominais em que aparece o elemento comum (*outros critérios - aquele (critério) pelo qual ele foi criado*) tem um referente diferenciado, o que me leva a concluir que, também nesse último exemplo, o demonstrativo introduz um elemento novo no discurso, construído através de CR.

Há, assim, uma outra faceta da referência discursiva dos demonstrativos a ser considerada: aquilo que é novo no discurso, ou que é construído pelo enunciado, através de CR ou de outros procedimentos sintáticos.

Contudo esse "novo" pode pre-existir ou existir na forma de uma construção anterior, exterior, pressuposta pelos interlocutores.

No exemplo que se segue, *aquela*, catafórico, serve de ponto de partida para os constituintes do SN, ao mesmo tempo que introduz um elemento que, embora novo no discurso, é pressuposto pelos interlocutores:

para fazer uma obra de arte... mais ou menos... a gente se dispõe... a gente pára aquela vida cotidiana da gente... (EF SP 405:157)

A mesma função têm os demonstrativos dos exemplos abaixo:

tanto que houve aquela...blá blá blá aí de:...desapropria ali o Colégio" (D2 SP 343:417)

L1 Você não assistiu **aquele** filme...aquele ator americano lá - ahn como é que chama?

L2 o::...Banzé no Oeste?

L1 não...não...é::conta a história do oeste mais ou menos verdadeira né? **aquele...naquela** guerra que teve...acho que entre o sul e o norte... (D2 SP 343:677,681)

Doc. sim...agora...do milho na fazenda não se fazia nada?...só se vendia?

Inf. bom...fa::z fazem...fazem-se...esses doces tradicionais né? (DID SP 18:342)

 preciso...depois de colhido...ah co/colocar o arroz e bater o arroz...pra so/soltar da casca...e também...é a::fica uma...aquilo que chama palha de arroz (DID SP 18:407)

 nós entramos ali no **aquele** arroz unido venceremos (D2 SP 62:227)

 mas::...aquele jornalista que escreveu o livro () ele estava contando de um...de um camarada (D2 SP 343:1000)

 não não tem como apresentar uma justificativa de cobrar **aquele** preço que eles cobram (D2 SP 62:1314)

 a iluminação era feita com::lâmpião...lâmpião daqueles tipo Aladin" (DID SP 18:25)

 então ele não tem **aquela** preocupação que NÓS brasileiros temos...o brasileiro tem **aquela** preocupação de ter a casa própria dele (D2 SP 62:1163-1164)

No discurso do Presidente:

"Eu quero que vocês aproveitem **essa** chuva que caiu por aí... (linha 123)

Empregado fora da demonstração propriamente dita, o demonstrativo nessa função endofórica/exofórica parece servir como **ponto de articulação** entre dois domínios do discurso: o domínio onde se localizam as pressuposições dos interlocutores, e o domínio do "aqui e agora" do acontecimento discursivo.

Conforme afirmei anteriormente, nesse emprego exofórico pressuposicional, ao mesmo tempo endofórico (catafórico), fora da demonstração propriamente dita, parece ficar comprometida a diferença entre o tradicional artigo e o tradicional demonstrativo:

- *a gente pára a vida cotidiana da gente...
fazem-se os doces tradicionais né?*

As freqüentes hesitações dos falantes são bastante significativas nesse sentido:

*nós entramos ali no naquele arroz unidos
venceremos (D2 SP 62:227)*

*tem o::aquele::que faz uma pontinha
lá...que tem esperança no futuro de ser uma grande
ator ou uma grande atriz... (D2 SP 62:1314)*

No entanto, parece que com o emprego do artigo não se obtém o mesmo efeito de sentido que com demonstrativo, questão a ser investigada neste trabalho. Nos enunciados com demonstrativo, a alteridade enunciativa parece estar muito

mais marcada, ou seja, parece haver um nível maior de distanciamento entre o espaço enunciativo do discurso que se constitui na interlocução e o lugar em que se localizam as pressuposições dos interlocutores. Em outras palavras: o interlocutor parece assumir menos como suas, e mais como dos "outros", as pressuposições com demonstrativos.

1.5. USO PRESSUPOSICIONAL SEM CLÁUSULA RELATIVA

Os demonstrativos, quando determinantes, conhecem um uso pressuposicional, fora tanto da demonstração propriamente dita como da função endofórica (anafórica ou catafórica). Não se trata exatamente do mesmo caso examinado na secção anterior, porque aqui o demonstrativo não serve de ponto de referência para uma CR ou outro especificador, o que não permite considerá-lo elemento de engate de dois planos discursivos de referência, pelo menos não no sentido em que foi considerado anteriormente. O que predomina nesse emprego exofórico do demonstrativo é a pressuposição de elementos prévios.

São freqüentes as ocorrências desse uso na língua oral:

L1 *então quando foram fazer a Paulista...já tinham
gastado três bi sei lá... cacetada de dinheiro*

|

L2 *com aquela reba/ aquele
rebaixamento né? (D2 SP 343:379)*

para eu poder... pegar as conduções é muito difíciloso é **aquele** corre-corre (D2 SP 62:14)

está com um roupão lá um calor tremendo aí você tira a gravata tira isso...chega a tarde...**aquela** chuva **aquele** frio (D2 SP 62:37-38)

No discurso do Presidente:

"vocês podem estar certos de que eu estou em Brasília, **naquele** Palácio do Planalto..."

Uma particularidade a respeito desse emprego pressuposicional é que o demonstrativo e o artigo nem sempre são intercambiáveis, questão que também merece investigação:

(?) L1 então quando foram fazer a Paulista...já tinham gastado três bi sei lá... cacetada de dinheiro

L2 [com a reba/ o rebaixamento né?

(?) para eu poder... pegar as conduções é muito difíciloso é o corre-corre

(?) está com um roupão lá um calor tremendo aí você tira a gravata tira isso...chega a tarde...a chuva o frio (D2 SP 62:37-38)

Outra particularidade, é que os demonstrativos desses exemplos acima (NURC) não aparecem marcados prosodicamente de maneira diferenciada (prolongamento de vogal, entonação enfática etc.). A possibilidade de se atribuir um valor referencial pressuposicional a esses

exemplos não se deve, portanto, a uma marca lingüística específica.

1.6. ANTECEDENTE E REFERENTE

Com base na noção de **antecedente** alguns autores têm defendido um domínio referencial comum para a anáfora e para a exófora: a anáfora e a exófora constituiriam, então, um só mecanismo referencial, dado que fazem remissão a um antecedente, e não é pertinente (e nem sempre possível) determinar o exato lugar do antecedente, isto é, se esse pertence ao contexto lingüístico ou ao contexto situacional, assim como também não é pertinente especificar a "natureza" do antecedente, isto é, se constitui um fragmento do discurso anterior, um gesto, um objeto presente na situação imediata, um objeto pressuposto, etc.

Os exemplos que até agora chamei de "exofóricos pressuposicionais" (seguidos de CR ou não) seriam considerados, então, "anafóricos", dentro dessa perspectiva que neutraliza a oposição exófora/endófora. A **anáfora**, categoria única, abarcaria as tradicionais anáfora, exófora e dêixis ostensiva, devendo ser caracterizada pela presença, no seu significado, de uma proposição existencial e pressuposta (um "antecedente").

A anáfora, nesse sentido, pode remeter a "antecedentes" de natureza diversa, mais explícitos ou menos

explícitos, o que pode levar o intérprete a recorrer a processos inferenciais para a sua interpretação.

Vários conceitos (não só na Lingüística, como também na Teoria Literária), têm sido cunhados para explicar o funcionamento pressuposicional do discurso, como os conceitos de "memória discursiva" (Berrendonner, 1983), de "universo do discurso" (Ducrot, 1972), "sistemas de referência" (Franchi, 1977), "comunidade interpretativa" (Fish, 1980).

O que esses conceitos têm em comum é a concepção de um "lugar" específico para a pressuposição dos interlocutores, em grande parte determinante das significações dos discursos.

Berrendonner (1983), criticando a fragilidade da noção de "antecedente lingüístico", que, para ele, se deve ao fato de a própria noção de antecedente ser incapaz de fundar um modelo geral, chega mesmo a propor que se renuncie a essa noção:

"Si l'on ne peut donc tenir qu'un anaphorique a toujours un antécédent précis, doté d'un statut de constituant grammatical, et identifiable dans le contexte verbal antérieur, alors, c'est que la notion même d'antécédent se trouve incapable de fonder un modèle général, et qu'il vaut mieux y renoncer (1983:229)

Situando-se numa perspectiva interativa, Berrendonner propõe a categoria única dos anafóricos e procura explicar esse mecanismo referencial único através daquilo que chama de "memória discursiva" (M):

"Supposons que toute interaction verbale comporte l'existence d'une "memoire discursive", ou ensemble des savoirs consciemment partagés par les interlocuteurs, et que la communication ait pour but, ou tout au moins pour effet, d'operer sur cette memoire, c'est-à-dire d'y provoquer des modifications conventionnelles. (...) Au nombre des éléments de M, il faut supposer que figurent tout d'abord les divers prérequis culturels (normes communicatives, lieux argumentatifs, savoirs encyclopédiques comuns, etc.) qui servent d'axiomes aux interlocuteurs pour mener une activité déductive. M se trouve par ailleurs alimentée en permanence par diverses sources: 1. tout événement extra-linguistique A ayant un caractère suffisant d'évidence; 2. les énonciations successives qui constituent le discours (une énonciation qui n'est pas récusée sur le champ se trouve automatiquement validée, et non seulement elle et son contenu littéral, mais encore toutes les conclusion logiques, argumentatives etc.). (Berrendonner, 1983:230-231)

Alguns autores têm criticado essa noção de memória discursiva, apontando as vantagens teóricas de se trabalhar com uma noção desse tipo, assim como alguns problemas que M. pode trazer. Entre as vantagens, Durrer (1988) aponta:

1. M. permite paliar a heterogeneidade combinatória dos conceitos tradicionais e abarcar a identidade do mecanismo que compreende os dêiticos e os anafóricos da tradição;

2. o dinamismo de M., que compreende ao mesmo tempo elementos permanentes - axiomas - e elementos pontuais - evidências e enunciados - próprios de uma dada interação.

De fato, a neutralização da distinção entre endófora e exófora ou entre dêiticos e anafóricos, em nome de uma só categoria, a dos anafóricos, oferece grandes vantagens, entre elas a possibilidade de se simplificar a descrição, e, de, em função de um mecanismo referencial mais abrangente, poder-se questionar outras oposições "consagradas", tais como: enunciado X enunciação, explícito X implícito, verbal X não verbal.

Todavia a maior virtude que vejo nessa simplificação da descrição é o fato de a anáfora abarcar aqueles casos em que o reconhecimento do "antecedentes" exige a recorrência a fatores diversos de interpretação. Um caso que evidencia a necessidade de se buscar a ajuda de processos inferenciais para o reconhecimento do "antecedente" é quando a anáfora é desprovida de um antecedente explícito, como aqueles casos que venho chamando, um tanto inadequadamente, de "exofóricos pressuposicionais". Por outro lado, a familiaridade do intérprete com essas operações poderá levá-lo, (e é justamente aí que vejo a grande vantagem dessa nova análise), a desconfiar das anáforas providas de antecedentes aparentemente muito explícitos, e a buscar, a partir de então, também nesses casos "explícitos", os "antecedentes" num domínio além das evidências. Essa busca além das evidência poderá enriquecer em muito a análise.

A noção de memória discursiva tem sido todavia evitada por alguns autores, como nos faz ver Durrer, por se

achar que ela é demais rica em conotações cognitivas, excedendo o quadro semântico-pragmático. Uma outra razão é que M. se aplicaria mal aos acontecimentos contemporâneos da enunciação.

Abstendo-me de criticar agora esses dois pontos, já que a questão de se postular um lugar específico para as pressuposições dos interlocutores será uma das mais importantes questões do terceiro capítulo deste trabalho, gostaria por ora de colocar mais uma questão, que me parece fundamental para a compreensão da questão da referência dos demonstrativos.

Até o presente momento não fiz qualquer diferença entre "antecedente" e "referente". No entanto, as reflexões feitas neste capítulo levam-me a suspeitar de que as noções de antecedente e referente não devem corresponder-se teoricamente. Acredito que somente se deva chamar de "referente" aquilo que é construído pelo discurso, através de procedimentos semânticos, sintáticos, interacionais e interpretativos. O "antecedente" (não importando sua natureza ou localização) é apenas o ponto de partida do "referente". Não é demais repetir que o "referente" é uma entidade discursiva, o que equivale a dizer que não se confunde com o "antecedente" de uma anáfora, seja esse mais explícito, menos explícito, esteja presente no contexto lingüístico anterior ou no contexto situacional, ou seja ainda apenas pressuposto.

A identificação do "referente" com o "antecedente" impõe que se considere o discurso como uma máquina de

repetição, onde quase nada de novo se cria, porque quase tudo já está dado.

A meu ver o conceito de memória discursiva, assim como qualquer outro conceito que pretenda dar conta do lugar em que se localizam as pressuposições dos interlocutores, será operacional para uma teoria do discurso que considere o discurso enquanto acontecimento, somente se for possível explicitar como os antecedentes anafóricos (situados nesse lugar específico) se articulam no discurso que se constitui na interlocução para a construção dos referentes.

A questão da construção dos referentes pelo discurso, sem que esses referentes se confundam com os antecedentes anafóricos, é uma das questões centrais deste trabalho.

1.7. UM ELENCO DE QUESTÕES

No exame dos pronomes demonstrativos do português, levantei, neste primeiro capítulo, algumas questões que se impõem para a investigação da significação desses pronomes no discurso. Enumerarei a seguir aquelas que me parecem mais significativas:

1. A endófora não é simplesmente um mecanismo semântico-sintático. Existe um nível pragmático-discursivo de

interpretação que preside ao fenômeno de referência endofórica;

2. O funcionamento pragmático-discursivo de referência é também extensivo ao pronome neutro, lexicalmente vazio;

3. Uma anáfora potencial é reconhecida nos casos do funcionamento exofórico, sendo esse funcionamento por anáfora a condição de existência do próprio discurso;

4. Uma base pressuposicional comum preside aos fenômenos de referência endofórica e exofórica, ficando, de certa forma, abalada a oposição endófora/exófora;

5. Em muitos contextos do Português, é difícil manter a tradicional oposição artigo/demonstrativo. No entanto, o demonstrativo, mais do que o artigo, parece marcar a heterogeneidade enunciativa do discurso.

6. As noções de "antecedente" e de "referente" não devem recobrir-se ser equivalentes numa teoria do discurso que considera o discurso enquanto acontecimento.

Após essas considerações, chego à conclusão de que esta investigação terá muito a ganhar com uma reflexão acerca da questão da referência, ou seja, da relação entre o signo e o "terceiro termo", ou o referente. Não será contudo nos domínios da Lingüística que tal investigação deverá ser feita, dado que, tendo extraditado a questão da referência de seu campo teórico por alguns decênios, a Lingüística tem muito pouco a nos dizer sobre a relação entre as palavras e as

coisas. Nem mesmo nos quadros da Lingüística da Enunciação e da Lingüística Textual, a questão tem recebido um tratamento específico. Daí a confusão toda que este capítulo procurou pontuar. Assim, o curso da investigação fará um rápido desvio da Lingüística para a Filosofia da Linguagem, domínio que tem tratado mais especificamente da questão da referência.

CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO DA REFERÊNCIA

"Desses reflexos que percorrem o espaço, quais são os primeiros? Onde a realidade, onde a imagem projetada?"

(Foucault)

Sabe-se que, no início deste século, com o *Cours de Linguistique Générale* de Saussure (1916), marca-se o início de uma lingüística autônoma, em que a língua, objeto da Lingüística, é concebida como um sistema interno de relações diferenciais, independente de qualquer relação com a "coisa", ou o objeto do mundo.

Essa lingüística autônoma tem muito pouco a dizer a respeito de entidades lingüísticas como os demonstrativos, objeto deste trabalho. Ela provavelmente diria alguma coisa acerca do sentido dos demonstrativos, determinado pelo sistema lingüístico da língua, como, por exemplo, que "isto", "isso" e "aquilo" formam uma rede de oposições significativas, que, em muitos contextos, a oposição entre "isto" e "isso" se neutraliza etc. Contudo, ela não teria coisa alguma a dizer a respeito da relação dos signos demonstrativos com seu objeto de referência. O valor de um signo como "isto" (assim como o de qualquer outro signo da língua) é dado, dentro do quadro teórico dessa lingüística, de um lado, pela relação **arbitrária** entre o significante e significado e, de outro lado, pelas

relações com os outros signos. Em ambos os casos, por relações internas, e não pelo fato de que ele se refira a alguma coisa.

A eliminação da função referencial da linguagem, ou a redução da significação a uma relação intralingüística, parece ter sido a condição de existência da lingüística estrutural inaugurada pelo *Cours*. Embora a realidade em momento algum seja negada, o que de fato interessa para a Lingüística, no que diz respeito à constituição das significações, não é a relação da língua com a realidade, mas a grade de relações internas, diferenciais, colocada pela língua. As relações paradigmáticas, assim como as relações sintagmáticas, da maneira como Saussure as concebe, devem exaurir a significação dos signos.

A eliminação da referência nunca deixou de ser uma questão mal resolvida pela Lingüística Estrutural, podendo-se dizer que a questão da referência, ou da relação entre a língua e a realidade, é o "calcanhar de Aquiles" desse campo de pesquisa: ao mesmo tempo sua condição de força e existência e seu ponto máximo de vulnerabilidade e de contradição. A meu ver, a omissão da referência é o traço mais surpreendente e objetável da Lingüística Estrutural.

Benveniste, em seu trabalho "Natureza do signo lingüístico" (1966c), argumenta que "o terceiro termo" ou "o referente" é um problema não resolvido na concepção do signo de Saussure, já que Saussure (re)introduz "inconscientemente e subrepticamente" o referente no signo lingüístico, após havê-lo negado na definição inicial:

Acabamos de ver que Saussure toma a signo lingüístico como constituído por um significante e um significado. Ora - isto é essencial - ele entende por "significado" o conceito. Declara literalmente (pág. 100) que o "signo lingüístico une não uma coisa a um nome mas um conceito e uma imagem acústica." Garante, logo depois, que a natureza do signo é arbitrária porque não tem com o significado "nenhuma ligação natural na realidade". Está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconsciente e sub-reptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial. Esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade. Saussure cansou-se de dizer que a idéia de "soeur" não está ligada ao significante s-ö-r, porém não pensa menos na realidade do que na noção. Quando fala da diferença entre b-ö-f e o-k-s, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses termos se aplicam à mesma realidade. Eis aí, pois, a coisa, a princípio expressamente excluída da definição de signo, e que nela se introduz como um desvio e aí instala para sempre a contradição." (Benveniste, 1966c:54)

De fato, Benveniste parece ter razão: não há como julgar a arbitrariedade do signo saussuriano senão com relação ao "terceiro termo", ou à realidade. Qual é o parâmetro para se dizer que "um significado é o mesmo", senão o confronto com a realidade? Qual é o parâmetro para se dizer que um mesmo animal tem este ou aquele nome neste ou naquele país?

Bouquet (1992), partindo de notas de Saussure e de seus discípulos contidas na edição crítica de Engler, de 1968 e 1974, argumenta que o recurso ao "terceiro termo" não é totalmente inconsciente e sub-reptício em Saussure, como afirma Benveniste, embora seja um recurso ambíguo. Essas notas fazem-nos descobrir, diz Bouquet, um Saussure que, com relação ao problema da língua com o objeto do mundo ou o referente (o terceiro termo, a coisa, a realidade), diz-nos um pouco mais

(bem pouco, é verdade) do que Bally e Sechehaye fazem-no dizer no *Cours*. O que há de mais ambíguo nessas notas são aqueles enunciados, na realidade não muito freqüentes, em que Saussurre fala da relação da língua com os objetos.

Segundo Bouquet, a ambigüidade consiste em que Saussure aborda a questão sob dois ângulos totalmente contraditórios: de um lado sob um ponto de vista "puro" e "duro", segundo o qual a língua exclui explicitamente o objeto; de outro lado, sob um ponto de vista em que a língua o leva em conta.

Segundo o primeiro ponto de vista, os signos são arbitrários, os valores de que se compõe a língua não são fundados sobre as coisas, mas inteiramente diferenciais, opositivos, relativos. Esse ponto de vista corresponde à crítica saussuriana à teoria representacionista dos signos, que converte a língua em nomenclatura. Pode ser ilustrado por uma das notas examinadas por Bouquet, não reprisada no *Cours*:

*"Si vous augmentez d'une signe la langue, vous diminuez d'autant la signification des autres. Réciproquement, si par impossible on n'avait choisi, à l'origine, deux signes seulement, toutes les significations se seraient réparties sur ces deux signes: ces deux signes se seraient partagé la désignation des objets."*¹² (Bouquet, 1992:85)

12. Curiosamente, nessa passagem, escolhida por Bouquet, como correspondendo fielmente ao primeiro ponto de vista, há marcas da presença do segundo: "(...) ces deux signes se seraient partagé la désignation des objets" (ênfase acrescida).

Todavia, face a esse ponto de vista que exclui a priori o referente do signo, existe o segundo, que o leva em consideração, sob o custo de uma contradição. Bouquet exhibe notas em que Saussure teria admitido que há nomes comuns (além dos nomes próprios e geográficos, os quais representariam uma exceção - já admitida por Saussure em outros lugares - por oferecerem uma fixidez e por conterem "uma idéia invariável" e "não flutuante") que correspondem a "objetos definidos". Transcrevo abaixo uma das notas entre muitas exibidas por Bouquet:

"Dès qu'il est question quelque part de la langue, (...) on voit arriver (...) toujours des exemples de mot comme arbre, pierre, vache, (...) <comme Adam donnant des <>>, c'est-à-dire ce qu'il y a de plus grossier dans la sémiologie: le cas où elle est (par le hasard des objets <qu'on choisit pour être> désignés) une simple onymique, c'est-à-dire, car là est la particularité de l'onymique dans l'ensemble de la sémiologie, le cas où il y a un troisième élément incontestable dans l'association psychologique du sème, la conscience qui s'applique à un être extérieur assez défini en lui-même pour échapper à la loi générale du signe." (Bouquet, 1992:86)

Bouquet aponta uma série de antinomias não elucidadas na reflexão de Saussure: 1a. "Não há designação fixa na língua" x 1b. "Há designação fixa na língua"; 2a. "O signo não inclui o significado" x 2b. "O signo inclui o significado"; 3a. "O significado não é constituído senão da forma lingüística" x 3b. "O significado é também constituído do não-lingüístico"; 4a. "A significação se confunde com o valor" x 4b. "A significação não se confunde com o valor".

Essas quatro antinomias se deixam resumir por uma outra: 5a. "Não há substância na língua" x 5b. "Há substância na língua".

O pensamento saussuriano oscilaria, então, sempre entre dois pólos. Dos dois pólos entre os quais Saussure oscila, a ponto de produzir enunciados contraditórios, é o primeiro que obstinadamente persegue (1a, 2a, 3a, 4a, 5a) e com o qual acredita poder construir as bases de uma lingüística independente, independente notadamente da psicologia.

A hipótese de Bouquet é que Saussure, ao defender a tese da autonomia da língua, se serve de um gesto de exclusão, que rejeita de maneira fundamentalmente indiferenciada as duas instâncias extra-lingüísticas, que são "a massa amorfa" psicológica e os objetos do mundo.

Dando a "esfera psicológica" como "confusa", "informe", "amorfa", "caótica", Saussure nega que se possa ter aí a "forma" ou o "sistema". Um vocábulo encarna essa indiferenciação da "esfera psicológica" e dos objetos do mundo: a **substância**, sempre empregada com o sentido de "coisa dada, existente independente da língua". Ao mesmo tempo que a exclusão da substância psicológica e a exclusão da substância do mundo são indiferenciadas, o seu retorno deixa uma questão pendente: como as duas substâncias se articulam entre si e como elas se relacionam com a língua? Dito de outra maneira, qual é a forma de relação de co-determinação, se existe alguma, entre a língua, a substância psicológica e a substância do mundo?

A hipótese de Bouquet é que essa questão, que é a questão de uma teoria da referência, trabalha em profundidade o pensamento saussuriano, e, ao ficar não resolvida filosoficamente (porque Saussure nos lega a ausência de uma teoria filosófica do laço entre a língua, a substância do mundo e a substância psicológica), dá origem às antinomias acima apontadas.

Bouquet, implicitamente, coloca fé numa **teoria filosófica** que possa solucionar essa questão da ausência da referência, legada por Saussure aos estudos lingüísticos deste século. Seria o caso, então, pergunto, de buscarmos na Filosofia da Linguagem as bases para a construção de uma teoria da referência?

Este capítulo terá, então, por objeto a questão da referência na Filosofia da Linguagem, considerada em duas vertentes européias: uma, que podemos chamar de "ocidental", representada por Frege e pelos outros filósofos da moderna tradição analítica, tais como Russell, Strawson, Donnellan, Austin e Searle; outra, a "oriental", representada por Bakhtin. No interior da Filosofia Analítica serão examinados dois movimentos: o "lógico", representado por Frege e Russell, e o "pragmático", cujo expoente mais alto é Austin. Considerar-se-á, também, a abordagem de Kripke sobre a referência, a qual representa uma reação, no próprio interior da vertente "ocidental", contra a teoria descritivista, inaugurada por Frege.

2.1. A VERTENTE "OCIDENTAL"

Segundo alguns autores, é uma ilusão pensar que a Filosofia Analítica da Linguagem não tem muita coisa em comum com o estruturalismo saussuriano, o que equivale a dizer que a busca da referência nos fundamentos da Filosofia da Linguagem poderá ser um trabalho em vão.

Num primeiro momento, o projeto de aproximar Saussure, de quem se diz ter eliminado a função referencial da linguagem em função de um sistema lingüístico autônomo, e Frege, para quem a função referencial da linguagem é essencial, parece um projeto impossível. No entanto, um exame mais rigoroso na obra de Frege e Saussure poderá mostrar pontos de aproximação de que não se poderia suspeitar a princípio, e conferir razão àqueles que não vêem diferenças tão significativas entre os lingüistas estruturais e os filósofos analíticos.

Segundo Norris (1984), o princípio segundo o qual o sentido determina a referência, o ponto nodal da Filosofia Analítica da Linguagem, é o ponto de intersecção entre Frege e Saussure. Segundo esse princípio, os referentes somente podem ser identificados se a linguagem e a lógica forem capazes de prover critérios que permitam tal identificação. A diferença é que Saussure, contrariamente a Frege, não tinha por objetivo uma teoria da significação com pretensões de construir as bases de uma vertente epistemológica. Em outras palavras: o estruturalismo saussuriano, diferentemente da teoria da

significação de Frege, não tinha a pretensão de prover um meio mais rigoroso ou "demonstrativo" de conceitualizar a linguagem e a lógica.

Levando-se em consideração esse princípio, acredito ser possível fazer uma aproximação de Saussure e Frege em dois sentidos diferentes, e aparentemente contraditórios: o primeiro, com relação à "dispensa" da referência numa teoria da significação, o segundo com relação à possibilidade de considerar a referência.

Quanto ao primeiro sentido, pode-se dizer que tanto Frege como Saussure colocam muita fé num sistema lingüístico (sistema lógico-formal para Frege, mas não para Saussure) que garanta a referência, o que equivale a dizer que, em função desse sistema, prescinde-se da referência, apesar do aparente paradoxo.

Quanto ao segundo sentido, o levar em conta a referência, acredito ser bastante complicado falar de uma verdadeira extradição da referência, em se tratando de Saussure, se considerarmos sua visão holística da linguagem. Essa visão, que leva Saussure a conceber a língua como um sistema autônomo, parece não permitir que se deduza que o signo pode mudar de significação *ad libitum* e *ad infinitum*. O significado de cada signo é definido pelo lugar que ele ocupa no sistema como um todo, isto é, o signo tem uma identidade dentro do sistema. O que estou querendo dizer é que Saussure parece deslocar a referência clássica orientada para os

objetos, as ações ou acontecimentos do mundo, para o controle das significações no interior de uma estrutura social:

"A palavra **a r b i t r á r i o** requer também uma observação. Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma no signo, uma vez que ele esteja estabelecido num grupo lingüístico); queremos dizer que o significante é **imotivado**, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem laço natural na realidade." (Saussure, 1916:83)

"Com efeito, todo meio de expressão aceito em uma sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem dar na mesma, na **convenção**." (idem:82)

"Se, com relação à idéia que representa, o significante aparece como escolhido livremente, em compensação, com relação à **comunidade lingüística** que o emprega, não é livre: é imposto." (idem:85)

"Mas dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e o significado tomados separadamente: desde que considermos o signo em sua **totalidade**, achamo-nos diante de uma coisa positiva em sua ordem." (idem: 139)

Parece claro que no Cours o signo é arbitrário e convencional (como também o era para Frege), sem que uma coisa exclua a outra. O fato de os signos não terem nenhuma conexão intrínseca ou natural com a realidade não pressupõe necessariamente sua não-convencionalidade, isto é, não quer dizer que seja permitido ao falante atribuir às palavras as significações que desejar. O tão propalado "equilíbrio precário" entre o significante e o significado (cada

significante adquire seu valor semântico apenas em virtude de sua posição diferencial dentro do sistema lingüístico) e "o encerramento da língua num sistema auto-suficiente" (não sustentado por nenhuma realidade extralingüística), os quais inviabilizariam qualquer hipótese de uma teoria da referência, cedem ao menor exame quando se fica atento à importância que Saussure dá à questão da convencionalidade. As palavras não são livres para Saussure. Não podem ser multiplicadas e manipuladas fora das regras da convenção. Somente podem ser empregadas dentro das regras estabelecidas pelo "sujeito" da langue, isto é, pelo "grupo lingüístico", pela "sociedade", pela "comunidade lingüística". É possível afirmar que a supremacia da langue como sistema é a pedra angular de toda a herança saussuriana:

"A Lingüística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistema, tais como são percebidos pela consciência coletiva¹³." (Saussure, 1916:116)

Além do princípio o sentido determina a referência, vejo um outro forte elemento de intersecção entre a Lingüística e a Filosofia da Linguagem: a oposição língua/discurso, presente na Filosofia da Linguagem em sua vertente "ocidental". Como Saussure, em função da supremacia do sistema lingüístico, os lógicos Frege e Russell, ignoram o

13. Ênfase acrescida

discurso. Os "pragmáticos" Strawson, Donnellan e Searle, tentam tirar o discurso da marginalidade, mantendo contudo a oposição. Conforme se verá nesta seção, ainda que a intenção dos "pragmáticos" seja a de considerar o contexto nas questões relativas à significação, das duas partes oponentes da polaridade língua/discurso, a língua tem peso maior: é ela que continua determinando a referência. Não é difícil de se deduzir que a oposição língua/discurso está subordinada ao princípio mais geral o sentido (lingüístico) determina a referência.

Apesar do quadro negativo que se delineou acima, que poderia talvez servir de desestímulo ao prosseguimento deste capítulo, na tarefa a que ele se propõe, não será demais rever as posições desses filósofos, começando-se por Frege e Russell, em cujas obras se assentam as bases lógicas de uma teoria da referência, até se chegar a Austin, cuja obra provoca um abalo irremediável nos alicerces colocados por Frege e Russell.

2.1.1. A SEMÂNTICA LÓGICA DE FREGE E RUSSELL

A questão da referência ocupa um papel essencial na teoria da significação de Frege, o filósofo que, na passagem do século passado para o atual, traçou o quadro da Semântica Lógica, no interior do qual ainda se move grande parte da filosofia analítica anglo-saxônica.

A relação de igualdade, ou seja, a explicação de como é possível que uma sentença da forma "a=a" tenha valor cognitivo diferente de uma sentença da forma "a=b", é a motivação inicial de "Über Sinn und Bedeutung" (1892a), trabalho em que Frege expõe sua doutrina da significação. No caso de "a=a", conclui Frege que se trata da relação que a coisa tem consigo mesma; no caso de "a=b", trata-se da relação de igualdade de dois sinais ou nomes diferentes que se referem ao mesmo objeto. Somente levando-se em conta, numa teoria da significação, que o sentido de uma expressão ou de uma sentença não se confunde com seu objeto de referência, será possível, conclui Frege, explicar como os valores cognitivos de "a=a" e "a=b" diferem.

Com base num sistema ternário, o signo fregeano é concebido através da distinção entre nome próprio, sentido (Sinn) e referência (Bedeutung). Frege chama de nome próprio qualquer expressão significativa (palavra, expressão ou grupo de palavras, ou sentença assertiva) cuja referência é um objeto singular ou, no caso da sentença assertiva, uma condição de verdade. Chama de sentido "o modo de apresentação do objeto" e de referência o objeto a ser identificado. As proposições são relacionadas aos nomes próprios através do princípio da composicionalidade (funcionalidade), segundo o qual a significação das proposições é função dos elementos que as compõem. Ao sentido de uma sentença chama de "pensamento" e à sua referência de "valor de verdade".

Por acreditar na objetividade e universalidade do sentido (convencional, lógico, pertencente a uma língua dada), Frege contrapõe **sentido** a **representação**. O signo fregeano não tem lugar para a "representação", o que equivale a dizer que, sendo independente do sujeito que o engendra, o signo nunca é a expressão do psiquismo individual, e nem a referência, "objeto do mundo" ou "condição de verdade", é criação de um sujeito, ou a expressão de sua vida interior. A representação, que é subjetiva, particular, vinculada ao seu portador e a uma época determinada, não tem validade lógica numa teoria da significação, que pretende, antes de tudo, ser uma defesa lógica contra qualquer tipo de subjetivismo.

O coração da filosofia fregeana, segundo Dummet (1973, apud Norris, 1985), é a fórmula **o sentido determina a referência**. O sentido precede a referência como uma questão de necessidade lógico-semântica, ou seja, uma linguagem perfeita, construída apenas de expressões **prévias**, construídas como nomes próprios, garante a referência.

A teoria da significação de Frege não reserva espaço algum à ostensão. Nenhum signo pode ser considerado **índice puro**, ou seja, remeter diretamente a um referente, realizando uma designação pura, sem a intermediação do sentido (lingüístico). Daí se explica o projeto fregeano de uma linguagem ideal, perfeita, que realmente ofereça lentes de máxima precisão para a observação dos objetos do mundo.

O princípio segundo o qual **o sentido determina a referência** (embora nem sempre a assegure numa linguagem comum,

cheia de imperfeições, necessitada provavelmente de reformulações através do auxílio da lógica formal e da matemática) não conhece exceções, nem mesmo em se tratando de nomes próprios "genuínos", como Sócrates, Aristóteles. Até mesmo esses nomes constituem descrições (no caso "descrições abreviadas"), ou "formas de apresentação do objeto". Um nome como "Aristóteles", por constituir uma abreviação de descrições, pode tolerar variações de sentido, tais como: "o discípulo de Platão", "o mestre de Alexandre Magno", enquanto a referência permanece inalterada¹⁴. Entre o signo e o seu objeto de referência se impõe o sentido, objetivo, convencional, "entendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que ele pertence" (Frege, 1892a:63).

A teoria referencial da significação de Frege está, assim, longe das teorias ingenuamente referenciais para as quais o mundo se oferece à descrição como pedaços discretos da realidade aos quais apenas necessitamos colar as etiquetas apropriadas. De acordo com a teoria de Frege, o mundo não vem a nós já fatiado em objetos. Para Frege, o mundo existe independentemente do sujeito, mas não existe acesso inteligível a ele exceto pela mediação da linguagem. Não existe acesso direto ao real, qualquer acesso é sempre mediado pelo sentido. O entendimento das palavras de acordo com as

14. Segundo Frege, essas variações de sentido devem contudo ser evitadas "na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita" (Frege, 1892a:63)

regras que são logicamente evidentes por si mesmas dá o sentido das palavras para os usuários da língua. Qualquer um que domina as apropriadas condições de verdade semântica pode avaliar a verdade objetiva.

Ao lado dessa leitura "idealista" que faço da obra de Frege, considerando, com Dummett, que toda a teoria da significação de Frege deve ser entendida a partir do princípio inquestionável da determinação da referência pelo sentido (lógico-semântico), existem outras leituras menos idealistas, ou, se se quiser, mais "materialistas". Dentre essas leituras, Norris (1985) aponta a existência de um "Frege realista moderado", como o de B.V. Berjukov, que, para ser considerado marxista, necessitaria somente ter reconhecido o caráter histórico do processo de mediação do mundo pela linguagem.

Se a atração de Frege sobre os idealistas advém do princípio da determinação da referência pelo sentido, a atração de Frege sobre os materialistas parece advir da concepção fregeana da referência como um **pressuposto existencial**.

Frege esclare como deve ser entendida a "pressuposição de existência" da referência:

"Se algo é asserido, pressupõe-se obviamente que os nomes próprios usados, simples ou compostos têm referência." (Frege, 1892:75)

É essa pressuposição de que um nome próprio determinado e a sentença tenham referência (a referência do nome próprio está associada à referência da sentença através do princípio da composicionalidade ou funcionalidade) que nos faz, segundo Frege, procurar algo mais do que o sentido:

"O fato de que nos preocupamos com a referência de uma parte da sentença indica que geralmente admitimos e postulamos uma referência para a própria sentença. O pensamento perde o valor para nós tão logo reconhecemos que a referência de uma de suas partes está faltando. Estamos assim justificados por não ficarmos satisfeitos com o sentido de uma sentença, sendo assim levados a perguntar também por sua referência. Mas, por que queremos que cada nome próprio tenha, não apenas um sentido, mas também uma referência? Por que o pensamento não nos é suficiente? Porque estamos preocupados com seu valor de verdade." (Frege, 1892:68)

Nem mesmo Pêcheux (1975), um dos principais líderes da da Análise do Discurso Francesa, movimento de cunho acentuadamente marxista, livrou-se dos "encantos materialistas" de Frege.

Pêcheux, no entanto, não somente se encanta com "materialismo" fregeano, como também dele desconfia, a ponto de, repetidas vezes, denunciar o que chama de "ponto cego fregeano".

Enunciando as três teses fundamentais do materialismo, a saber: a) o mundo "exterior" material existe (objeto real, concreto real), b) o conhecimento objetivo desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas

científicas (objeto de conhecimento, concreto de pensamento, conceito), c) o conhecimento objetivo é independente do sujeito (pág. 74), Pêcheux (1975) aponta a maior virtude materialista da obra de Frege, que estaria na explicitação da tese c), em fórmulas como a que se segue (apud "Ecrits Logiques e Philosophiques"), que Pêcheux faz questão de transcrever e comentar:

"Se o homem não pudesse pensar nem tomar por objeto de seu pensamento algo de que ele não é o portador, ele teria um mundo interior mas nenhum mundo em torno dele."

Ao dizer que o homem não é o portador do objeto do seu pensamento, ou seja, ao defender a independência do conhecimento objetivo em relação ao sujeito, Frege estaria designando, sem nomeá-lo, segundo Pêcheux, o "processo sem sujeito", "insuportável para toda filosofia idealista".

No entanto, não escapou ao espírito arguto de Pêcheux, que a "espantosa limpidez matemática" da fórmula de Frege não a salva de ser ambígua. Se de um lado nela se encontra expressa a interdependência entre as três teses fundamentais do materialismo, de outro Frege não explicita a ordem dessa interdependência. Ora, argumenta Pêcheux, o caráter materialista das três teses não se encontra apenas em seu conteúdo e em sua unidade, mas principalmente na ordem em que essas três teses entram em relação: as teses c) e b) devem

subordinar-se à tese a) e nunca vice-versa. Mudando-se a ordem cai-se imediatamente no idealismo. A fórmula de Frege, acima transcrita, não garante que a tese a), a existência do mundo exterior, argumenta Pêcheux, não possa aparecer subordinada à tese c), a independência do conhecimento em relação ao sujeito. Em resumo: o essencial da tese materialista consiste não só em colocar a independência do mundo exterior e do seu conhecimento em relação ao sujeito, como também em colocar a dependência do sujeito com relação ao mundo exterior.

Uma outra crítica que Pêcheux (1975) faz a Frege é o fato de Frege ter confundido verdades históricas, contingentes, fatos acontecidos pela ação do homem, com o conceito lógico de necessidade. Antes de Pêcheux, no entanto, Kripke (1970), de quem se tratará em outra parte deste trabalho, sem qualquer compromisso com o materialismo histórico, já havia denunciado essa confusão. O problema de base da concepção fregeana de referência, segundo Kripke, é decorrente da herança kantiana, que não consegue separar o *a priori* do necessário.

Não é contudo por essa "ambigüidade epistemológica", apontada por Pêcheux, e por Kripke, nem pelos perigosos encantos idealistas ou materialistas dos escritos de Frege, que me parece possível afirmar que a teoria da significação, exposta sobretudo em "Über Sinn und Bedeutung" e "Über Begriff und Gegenstand", ambos de 1892, não é operacional para o estudo das línguas naturais.

Já um primeiro exame desses artigos revela um dos pontos determinantes que os invalidam para o estudo das línguas naturais: eles não têm o que dizer a respeito dos dêiticos, sobretudo a respeito dos demonstrativos. Se a questão da referência ocupa um papel essencial na teoria da significação de Frege, a questão da "referência" dos demonstrativos não merece muita atenção, a não ser que as considerações sobre os dêiticos sejam para exemplificar a exceção, ou seja, tudo o que Frege acredita que não se deva entender por sentido e referência, no sentido lógico. Ora, os avanços da Pragmática e da Linguística da Enunciação vieram derrubar o mito lógico de que os enunciados com dêiticos constituem a exceção. Hoje é mais ou menos consensual que os enunciados com dêiticos constituem a regra, pelo menos nas línguas naturais.

Parece possível dizer que a razão pela qual Frege não reservou grande espaço de sua teoria aos dêiticos, cujo "sentido", "incompleto", tem de ser complementado pelas circunstâncias de uso, é que Frege não admitia exceções para o princípio o sentido determina a referência, conforme comentário acima.

O ideal de uma língua perfeita, constituída apenas de expressões prévias, construídas como nomes próprios, em que o sentido dos nomes assegura a referência (uma questão de necessidade lógico-semântica) levou Frege a marginalizar os signos dêiticos.

Um signo dêitico não é um signo lógico-semântico. Um sentido "reajustado" ou "completado" por fatores contextuais foge ao escopo de uma causa estritamente lógica. O sentido deve determinar as condições de verdade da sentença, independentemente das circunstâncias de uso ou do contexto.

Assim, os dêiticos, no interior da doutrina fregeana, em termos de sua especificação lógico-semântica, figuram no campo das sentenças "incompletas". Pertencendo aos casos em que a lógica não opera, não merecem espaço dentro da Semântica Lógica.

Pelo que se expôs acima, a Semântica Lógica de Frege somente poderia ter validade para o estudo da significação das línguas naturais se se pudesse comprovar que os enunciados com dêiticos, inconvenientes do ponto de vista lógico, por demandarem o conhecimento do contexto da enunciação (o produtor, o receptor, o momento da produção, o lugar da produção, etc.) constituem de fato uma exceção.

Bar-Hillel (1954), chamando de **indiciais** aos enunciados que exigem o conhecimento do contexto pragmático para a determinação de sua referência, afirma (sem contudo ter feito um cálculo estatístico,) que mais de 90% das sentenças declarativas que produzimos em nossas vidas são marcadas pela indicialidade, o que equivale a dizer que "asserções puras", expressões atemporais, as quais não dependem das circunstâncias da enunciação, são quase ficção. O contexto nunca é irrelevante, até mesmo em se tratando de orações

aparentemente independentes do contexto como "O gelo flutua sobre a água". Jamais podemos fazer abstração do contexto pragmático da produção de um enunciado, diz Bar-Hillel. Podemos, sim (e é o que fazemos com freqüência!), esquecer o contexto pragmático. Uma sentença indicial não precisa necessariamente conter uma expressão indicial (dêiticos, temporalidade). "Chuva!", por exemplo, pode operar, em contextos apropriados, como sentença indicial. Se considerarmos ainda que toda ocorrência tem de ser compreendida como pertencendo a uma certa língua, e que esse tipo de dependência contextual inclui todas as sentenças, sem exceção, então, conclui Bar-Hillel, 100% das sentenças que produzimos são indiciais. No entanto esse tipo de dependência, por ser universal e trivial, é facilmente esquecida.

O argumento da indicialidade das línguas naturais, tão bem defendido por Bar-Hillel, parece-me suficiente para se poder afirmar que a Semântica Lógica de Frege não é operacional para o estudo dessas línguas, a não ser que fosse possível uma reformulação dessas línguas, a qual, entre outras coisas, eliminasse os dêiticos. Deixando, porém, essa utopia de língua perfeita de lado, não faz sentido falar em **valor de verdade** de enunciados cujo contexto pragmático não é irrelevante, isto é, não faz sentido falar em **sentido e referência** no sentido lógico-semântico, fregeano, em se tratando de "linguagem natural", caracterizada por uma flagrante indicialidade. A não ser que se fale de **valor de verdade**, de **sentido**, de **referência** e de **referentes**, abdicando-

se da noção de verdade alética, independente da enunciação que produz os enunciados, em favor da noção de verdade deôntica, dependente da enunciação, ou seja, dependente de quem produz o enunciado, para quem produz, onde, quando produz etc.

A questão sobre os dêiticos aparece numa passagem do artigo "Der Gedanke. Eine logische Untersuchung" (1918), na qual Frege discute brevemente as orações que contêm os dêiticos hoje, aqui, ontem e eu. Os demonstrativos este, isto, aquele, aquilo, objetos desta pesquisa, nem sequer são mencionados. Transcrevo a seguir a passagem em sua versão inglesa (in *Mind*, vol. 65, 1956):

"often...the mere wording, which can be grasped by writing or the gramophone, does not suffice for the expression of the thought... If a time indication is needed by the present tense [as opposed to cases in which it is used to express timelessness, as in the statement of mathematical laws] we must know when the sentence was uttered to apprehend the thought correctly. Therefore, the time of the utterance is part of the expression of the thought. If someone wants to say the same today as he expressed yesterday using the word 'today', he must replace this word with 'yesterday'. Although the thought is the same its verbal expression must be different so that the sense, which would otherwise be affected by the differing times of utterance, is readjusted. The case is the same with the words like 'here' and 'there'. In all such cases the mere wording, as it is given in writing, is not the complete expression of the thought, but the knowledge of certain accompanying conditions of utterance, which are used as means of expressing the thought, are needed for its correct apprehension. The pointing of fingers, hand movements, glances may belong here too. The same utterance containing the word 'I' will express different thoughts, in the mouths of different men, of which some may be true, others false." (Frege, 1918:24)

Essa passagem tem sido objeto de inúmeras reflexões e de opiniões controversas no campo da Filosofia da Linguagem. O ponto mais controvertido parece ser o fato de Frege parecer estar admitindo que as circunstâncias do enunciado constituem parte da expressão do pensamento, o que equivale a dizer que as circunstâncias integram o **sentido** dos enunciados com dêiticos. Isso, no entanto, não estaria de acordo com a própria teoria da significação de Frege.

Analisando essa passagem, Perry (1977) nos faz ver como essa questão coloca um problema sem solução para Frege.

Reconhecendo que existe algo "determinado" nos dêiticos, Perry não identifica esse algo "determinado" com a noção fregeana de **sentido**. Só se pode falar de **sentido**, na acepção fregeana de **sentido**, diz Perry, quando o valor de verdade não muda. No caso dos dêiticos o valor de verdade não permanece inalterado. Para não se falar, então, em **sentido** e **referência**, no caso dos dêiticos, o que seria impróprio, Perry propõe que se oponha aquilo a que chama de "papel" dos demonstrativos ("role") àquilo a que chama de "valor" ("value"):

"When we understand a word like "today", what we seem to know is a rule taking us from an occasion of utterance to a certain object. "Today" takes us to the very day of the utterance, "yesterday" to the day before the day of the utterance, "I" to the speaker, and so forth. I shall call this the role of the demonstrative. I take a context to be a set of features of an actual utterance, certainly including time, place, and speaker, but probably also more. Just what a context must include is a difficult question, to be answered only after detailed study of various

demonstratives. The object a demonstrative takes to in a given context, I shall call its value in that context or on that occasion of use". (Perry, 1987:479)

O valor é, então, o que há de "indeterminado" nos demonstrativos, o papel é o que há de "determinado":

"Clearly, we must grant "today" a role, the same on both occasions of use. And we must, as clearly, give it different values on the two occasions." (idem)

Em outras palavras, ao propor a oposição papel/valor, Perry está negando que o "papel" dos dêiticos seja uma noção redutível a qualquer outra noção da filosofia de Frege. O sentido, diz Perry, não nos leva do contexto à referência, mas diretamente à referência, a mesma em cada ocasião de uso. O "papel" dos demonstrativos, diferentemente do sentido dos nomes próprios, nos leva do contexto à referência, que muda a cada ocasião de uso.

Eis então, segundo Perry, o problema, ou melhor, o quebra-cabeças que os dêiticos colocam para a filosofia de Frege: se de um lado Frege reconhece que os demonstrativos têm papéis, e não fala no "sentido" dos demonstrativos, de outro lado Frege claramente pensa que, uma vez conhecidas as "condições que acompanham" um enunciado como (1), *Russia and Canada quarrelled yesterday*, é possível chegar ao pensamento desse enunciado, o que equivale a dizer, ao sentido, já que Frege indentifica o sentido de uma sentença com o pensamento

que ela expressa. Ora, argumenta Perry, admitir, conforme Frege parece estar admitindo, que o signo dêitico provê, além de seu valor mutável (um objeto a cada ocasião de uso), um **sentido completo**, é complicado, pois nem o papel estável de "hoje", nem seu valor instável, provêem um sentido completo. "Um dia" não é um sentido. De acordo com a própria teoria de Frege, "um dia" é uma referência, e não há caminho de volta da referência ao sentido. Como então é possível, pergunta Perry, partir do sentido incompleto de uma sentença como (1), o dêitico "hoje", o contexto da sentença, e chegar ao pensamento (=sentido)?

O que é um problema insolúvel para Perry, parece ser uma "qualidade" para Lahud (1979). Para Lahud, o sentido **lingüístico** dos dêiticos, bem determinado (na verdade, muito determinado), mas aquém de um verdadeiro "pensamento", somado às circunstâncias do discurso, constitui o **sentido completo**, ou o "pensamento", a verdadeira "descrição", capaz de determinar o objeto de referência. Em outras palavras: Lahud parece admitir que as circunstâncias fazem parte integrante do sentido dos dêiticos, ou seja, Lahud parece admitir um caminho de volta das circunstâncias ao sentido, exatamente o que Perry acha extremamente complicado.

Analisando a mesma passagem de Frege, que serviu às observações de Perry, Lahud conclui que a inconveniência lógica dos dêiticos provém, do fato de que o seu **sentido**, sendo fornecido na e pela língua ser muito determinado (mais

determinado do que os sentidos dos demais nomes, nunca dados de antemão, estabelecidos mediante acordos coletivos), tão determinado a ponto de indeterminar o referente:

"Ora, como salientamos, o sentido determinado dessas expressões referenciais que são os dêiticos é tal que seu referente permanece de certa forma indeterminado. Mais precisamente: indicando uma relação bem determinada entre "um objeto" e as circunstâncias discursivas (indicação constitutiva do sentido constante e preciso dos dêiticos), eles indicam esse próprio "objeto" de maneira indeterminada - no mesmo sentido em que um signo de variável figurando numa fórmula algébrica ou ideográfica é dito por Frege "indicar de maneira indeterminada" (*Unbestimmt andeuten*). O referente de um dêitico é um lugar vazio que pode ser ocupado por todos os "particulares" capazes de estabelecer com o ato de fala a relação significada pelo dêitico em questão. (Lahud, 1979:73)

Parece-me possível poder afirmar que a visão de Lahud, com respeito aos dêiticos, está bastante contaminada pelo princípio o sentido determina a referência. O sentido "completo", que determina a referência, acaba sendo assegurado, na visão de Lahud, pela somatória de sentido incompleto e circunstâncias do discurso.

Todavia, se levarmos em consideração os demonstrativos, objeto desta pesquisa, não parece lícito afirmar, com Lahud, que a inconveniência lógica desses "pronomes" advenha da extrema determinação de seu sentido, lingüístico, e nem parece correto afirmar que as circunstâncias façam parte integrante do seu sentido

lingüístico. O que eu estou querendo dizer é que o sentido dos demonstrativos não é nem lingüístico nem muito determinado.

O exame de enunciados com demonstrativos revela a existência de sentidos muito mutáveis, isto é, mutáveis de um enunciado a outro, o que me leva a afirmar que o sentido dos demonstrativos não é "dado" pelo sistema lingüístico.

Vejamos alguns exemplos:

(1) ...a hora que ele é capaz...de desenhar este animal [a professora apontando para o desenho de um gato no quadro-negro]...ele vai ter poder sobre a vida dele...então isto vai garantir...que ele traga este animal de volta para casa (sem) ser comido...Como...que nós chegamos a es::ta?...teoria...não deixa de ser uma teoria...como que nós chegamos a ela? (EF SP 405:215)

(2) L1 ((ri)) ih::... está um pouco aleatório esse papo... pulando daqui para lá... (D2 SP 343:1381)

(3) Nós vivemos hoje, numa democracia, em que o povo fala, o povo decide pelas urnas, as urnas deverão ser respeitadas neste país, pelo menos enquanto eu estiver na Presidência da República Federativa do meu querido Brasil. (Discurso do Presidente)

(4) ...a hora que ele é capaz...de desenhar este animal...ele vai ter poder sobre a vida dele...então isto vai garantir...que ele traga este animal de volta para casa (sem) ser comido... Como... que nós chegamos a es::ta?...teoria...não deixa de ser uma teoria...como que nós chegamos a ela? (EF SP 405:215)

(5) Eu quero que vocês aproveitem essa chuva que caiu por aí, para que possa plantar, e rezar a Deus... (Discurso do Presidente)

(6) agora quantos aos pertENCes da feijoada você...se você preferir:...fazer a feijoada em casa você não vai comprar aqueles prontinhos de supermercado não que aquilo lá é cheio de gordura (DID SP 235:190)

(7) L1 então quando foram fazer a Paulista...já tinham gastado três bí sei lá... cacetada de dinheiro

[
L2 com aquela
reba/ aquele rebaixamento né? (D2 SP 343:379)

(8) então aquele negócio se você ::... quanto mais você se distancia da natureza...mais você...você perde a percepção a noção de que as coisas...se dão em ciclos... (D2 SP 343:841)

(9) nós entramos ali no naquele arroz unido venceremos (D2 SP 62:227)

(10) L2 ela estava contando assim...que uma vez um dos médicos ficou com uma dor no não sei do quê... dor de estômago e tal...falou "vamos chamar os pajés né?" aí vieram três pajés e ficaram duas horas suan::do ali em cima...mas fazendo os maiores estardalha::ços e tal acabaram tirando::... (acho que) uma pena uma pena de passarinho uma galinha... um negócio assim...pronto sarou... mas ((ri)) ficaram duas horas ali em cima cantando pulando eles...suando mesmo né? literalmente

L1 e tiraram o quê? pena de passarinho do cara?

L2 ..é...um negócio assim...pronto sarou era isso que estava interferindo...era um espirito não sei das quantas...que estava né? (D2 SP 343:768)

(11) L1 ...gozado a confiança que o homem tem em máquina né? mas...eu estava pensando...será que isso é...sem::pre...desde que começou a haver máquina...sempre há desconfiança?

L2 DESconfiança?

L1 é tanto que se propõe sempre aquilo...o homem...e a máquina né? (D2 SP 343:809,813)

(12) então eu fiz uma tabela...examinando a FREQUÊN::cia dos sobrenomes nas nossas bibliotecas...não só... observando a...frequência

dos nomes brasileiros mas de todos os nomes e...i/isto foi muito interessante (DID SP 242:107)

(13) antigamente você ia no Cine Ipiranga eram umas poltronas ótimas tinha lá em cima você ficava bem acomodada hoje em dia se você depois passou uma época que você ia ao cinema tinha que ficar em pé numa fila eNORme...não é? então não era divertimento aquilo (DID 234:582)

(14) a comida tem que ser aquela que aparecer na mesa e todo mundo achar uma BELE::za uma deLÍCIA (DID 235:532)

Em (1) este é usado para chamar a atenção sobre alguma coisa no centro do campo de visão do locutor e pode dar a seguinte "instrução de sentido": "acompanhe o meu dedo". Nesse caso, este tem um emprego ostensivo.

Parece óbvio que um gesto ostensivo só pode ser pertinente quando existe um objeto perceptual e visual, situado no campo de observação dos interlocutores. Em se tratando de um objeto perceptual não-visual, não há como indiciá-lo através de gesto ostensivo.

Não se necessita obviamente de vídeo-tape para se deduzir que nos exemplos de (2) a (14) os locutores não usaram gestos ostensivos para a demonstração. Afinal, para onde se dirigiriam seus dedos indicadores? Nos exemplos de (2) a (14), o sentido do demonstrativo não é algo como "acompanhe o meu dedo indicador".

No exemplo (4) esta parece apontar para todo o contexto lingüístico anteriormente mencionado, e seu sentido equivale a "o que eu acabei de mencionar". Todavia esse sentido somente é dado pelo SN inteiro "esta teoria", ou

talvez ainda, pelo enunciado todo e pelas circunstâncias enunciativas, conforme se defenderá adiante.

Em (12), o sentido de **isso** como "o que eu acabei de mencionar" não depende de mais algum elemento do sintagma nominal, já que **isso** constitui sozinho o SN.

Em (6), o sentido "aquilo que eu acabei de mencionar" tem um valor negativo, depreciativo, assim como em (13).

Em (8) e (9), a "instrução" de **aquela** parece ser não "o que eu acabei de mencionar", mas "o que eu vou mencionar".

Em (10), **isso** instrui o interlocutor para procurar os elementos para a constituição da referência tanto no contexto lingüístico anterior como posterior, acontecendo o mesmo em (14).

Em (5), empregado fora da demonstração propriamente dita, e sem qualquer referência a elementos materialmente presentes no contexto lingüístico anterior, **essa** "aponta" para um elemento pressuposto na interlocução, partilhado pelos interlocutores, e equivale mais ou menos a "que é do nosso conhecimento": "a chuva que é do nosso conhecimento que caiu por aí". No entanto, **essa** só tem o sentido de "que é do nosso conhecimento" dentro do SN inteiro, que comporta uma cláusula relativa (CR): "essa chuva que caiu por aí". Sozinho, o demonstrativo não poderia dar essa "instrução". No entanto, em (7) **aquela** parece significar "que é do nosso conhecimento", independente de uma cláusula relativa ou de outros especificadores.

Em (2) e (3) esse não equivale a "que é do nosso conhecimento", no mesmo sentido que em (5) e (8). Os elementos de constituição da referência são mais do que apenas pressupostos, são perceptuais. Por outro lado, não são perceptuais da mesma maneira que em (1), porque se em (1) parece existir um objeto perceptual e visual, que pode ser ostensivamente indiciado, e em (2) e (3) o demonstrativo aponta para algo que não se encontra no campo perceptual visual dos interlocutores. Em (3) "este país" pode equivaler a "Brasil", ou talvez a "o país em que vivemos"; em (2) "este" faz uma referência do tipo reflexiva, voltada para o interior do próprio discurso que se constitui na elocução.

Lahud me parece duplamente equivocado: primeiro, por manter o sentido ("muito determinado") dos dêiticos na língua, mesmo em se tratando de demonstrativos, e segundo, por transferir as circunstâncias do discurso para o sentido, lingüístico.

Como disse, esse equívoco duplo decorre do fato de Lahud estar "contaminado", como filósofo da linguagem, pelo princípio o sentido (lingüístico) determina a referência.

Todavia, não se tratando dos dêiticos, Lahud parece admitir que o sentido não é algo determinado pela língua, "dado de antemão ou estabelecido mediante uma regra coletiva qualquer":

"Aliás quanto a este aspecto, a situação dos dêiticos é bem menos problemática do que, por

exemplo, aquela dos nomes próprios gramaticais. Pois se ao invés de um enunciado como "Eu fui ferido", considerarmos aqueles do tipo: "O Dr. Lauben foi ferido", veremos não somente que é possível que diferentes "representações" se associem ao nome próprio desses enunciados, mas também que é preciso haver, primeiro, um acordo sobre o próprio **sentido** desses nomes: sentido que nunca é dado antemão ou estabelecido mediante uma regra coletiva qualquer, ao contrário dos **sentidos** dos dêiticos, fornecidos na e pela própria língua. Em outros termos, se é necessário, como exige Frege, que "para todo nome próprio (agora no sentido lógico), o homem, a mulher ou o objeto que ele designa sejam dados de uma única maneira", nada determina **a priori** uma univocidade qualquer ao **sentido** do nome "Dr. Lauben" e, conseqüentemente, a esse sentido que "possa ser apreendido por outrem" expresso por um enunciado que o contenha; em compensação, o "sentido coletivo" de um enunciado como "Eu fui ferido" pode ser apreendido por qualquer locutor mediante apenas sua própria competência lingüística." (Lahud, 1979:72)

Lahud parece ignorar que, da mesma maneira que "Dr. Lauben", a situação dos demonstrativos é "problemática", já que sua "descrição" não é dada univocamente, a priori, mediante um acordo coletivo. Ver-se-á mais adiante que nem mesmo **eu** tem um sentido ou uma referência determinados.

Se, de um lado, existem aqueles, como Lahud, que atribuem um sentido bastante determinado aos demonstrativos, um sentido contudo que não se confunde com o objeto de referência, de outro lado, há aqueles, que, como Russell, não admitem que os demonstrativos tenham um sentido diferenciado do objeto por eles denotado, isto é, não admitem que possam ser considerados "descrições".

Todo o complexo edifício da significação de Russell se assenta na oposição nome próprio/descrição, uma oposição todavia difícil de ser sustentada, se considerarmos que os candidatos mais prováveis a nomes próprios, na teoria de Russell, são os demonstrativos.

Através dessa oposição, Russell procura negar a função referencial da linguagem, uma função dos verdadeiros nomes próprios, em favor da função descritiva ou predicativa, uma função das descrições. Para privilegiar a função descritiva, Russell reduz drasticamente o número de nomes próprios (mal sobraram os demonstrativos, com muitos tropeços), para os quais Russell confere uma função puramente demonstrativa.

Russell postula dois tipos diferenciados de conhecimento: o conhecimento **direto** (ostensivo), tanto dos objetos da percepção como dos objetos de um caráter lógico mais abstrato, que se consegue através de uma relação direta, experimental com o objeto, e o conhecimento **indireto**, que se consegue através de descrições do tipo "o tal e tal", "um tal e tal", etc. Às descrições, as quais, para Russell, nada significam de per si, mas somente no contexto em que elas figuram, se opõem, então, os verdadeiros **nomes próprios lógicos**, cujo significado é o próprio objeto denotado. Esses dois tipos de conhecimento se encontram hierarquizados na doutrina de Russell, segundo aquilo que chama de "princípio epistemológico fundamental" das proposições que contêm

descrições, enunciado no artigo de 1912, "Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description":

"Every proposition which we can understand must be composed wholly of constituents with which we are acquainted". (Russell, 1912:91)

A partir da distinção entre esses dois tipos de conhecimento, Russell desenvolve em "On Denoting" (1905) sua "teoria do significado em contexto", através da qual se recusa a inferir a estrutura dos fatos da estrutura das proposições de modo imediato, e com a qual combate a teoria da referência fregeana.

Assim, se em Frege o sentido é essencialmente diferente da referência, princípio que não admite exceções, conforme já se comentou, em Russell uma palavra somente é significativa se o seu sentido (a que chama de significado) for igual à sua referência (a que chama de denotação). Nesse sentido, somente os nomes próprios (reduzidos a quase nada) têm significado de per si, o que equivale a dizer, têm denotação.

Russell coloca as expressões denotativas, que, segundo afirma, não denotam nada, embora aparentem denotar, no mesmo nível categorial de "se", "então", "e" (sincategoremas), porque, não denotando nada de per si, isto é, não tendo um significado autônomo, elas apenas contribuem, para o significado total do enunciado em que ocorrem. Todavia

não fica claro como se efetiva essa contribuição para o "significado total" do enunciado.

A teoria das descrições de Russell tem, pois, o objetivo de mostrar que as expressões possíveis de se classificar como descrições definidas ou indefinidas não são nomes próprios. Por não terem denotação, elas não significam nada de per si, no entanto, à maneira de sincategoremas, elas contribuem para conferir sentido às sentenças em que figuram, o que equivale a dizer que a contribuição da expressão acontece no contexto global da proposição.

Russell procura, desta feita, combater a teoria fregeana da referência, a qual admite sentidos sem referência, proposições significativas sem valor de verdade, como, por exemplo, "O atual rei da França é calvo". O erro de Frege, segundo Russell, foi um erro categorial, fruto de uma confusão entre os verdadeiros **nomes próprios**, que denotam de fato, com as **expressões denotativas**, as quais apenas aparentam denotar um objeto sem contudo fazê-lo. Uma descrição definida do tipo "o tal e tal" não é nem um nome próprio nem um sujeito lógico, como pensava erradamente Frege.

A dificuldade de isolar os verdadeiros nomes próprios (tarefa empreendida por Russell em outras obras, como em *Significado e Verdade* (1940), *Human Knowledge* (1948), para não citar outras) advém da rejeição russelliana ao conceito de **substância**. Segundo Russell, os nomes próprios devem sua existência na língua ordinária ao conceito de substância, originalmente na forma elementar de "pessoas" e "coisas": uma

vez que uma substância é nomeada, atribuem-se propriedades a ela. Submetendo o nome próprio a critérios de ordem metafísica, lógica, sintática e epistemológica, Russell aponta uma dificuldade quase intransponível. O problema todo decorre do fato de que um nome será sempre sem significado, a menos que de fato exista um objeto que de fato ele nomeie. E o que Russell quer a todo custo evitar é que a atribuição de existência seja significativamente associada ao uso de nomes.

Para fugir do conceito de substância, Russell defende que todo nosso conhecimento empírico deve apoiar-se nos universais, que são elementos que menos dúvidas suscitam. Os "particulares" devem ser substituídos por feixes de qualidades e os "fatos" por complexos de qualidades. Assim se explica porque, na teoria de Russell, a existência é uma propriedade dos conceitos, ou uma predicação, e porque é necessário, no interior dessa teoria, que todo significado descritivo de que seja portador um signo nominativo se incorpore a um signo predicativo.

A existência nada mais é, então, do que uma propriedade das funções proposicionais: a atribuição de existência a qualquer coisa consiste na expansão de signos nominativos em função proposicional¹⁵. Os tipos de objetos que se digam existir dependerão dos tipos de função proposicional

15. Em "Sobre o Conceito e o Objeto" (1982b), Frege já propusera a expansão dos signos nominativos em função proposicional quando o artigo definido expressa um juízo universal, de modo que "O homem é mortal" equivale a "Todos os homens são mortais", ou "O que é homem é mortal", ou ainda, "Se algo é homem, então é mortal".

que possam ser satisfeitos. Os nomes passam a sobreviver apenas como resquícios, sob a forma de variáveis quantificadas. Somente os nomes próprios lógicos não podem ser expandidos em função proposicional:

"It would thus seem to follow that apart from such words as "this" and "that", every name is a description involving some this, and is only a name in virtue of the truth of some proposition."
(Russell, 1948:94)

Nem mesmo os nomes de pessoas deixam de ser considerados descrições¹⁶, o que equivale a dizer que não são nomes próprios lógicos. Os nomes de pessoas têm definições verbais a partir de "este" ou "aquele", que são indefinidos, mas servem para definir os demais "nomes":

"Suppose you are in Moscow and someone says "that's Stalin", then "Stalin" is defined as "the person whom you are seeing" - or, more fully: "that series of occurrences, constituting a person, of which this is one". Here "this" is undefined, but "Stalin" is defined. I think it will be found that every name applied to some portion of space-time can have a verbal definition in which the word "this", or some equivalent, occurs." (Russell, 1948:93)

Os personagens históricos também podem ser descritos em termos de "este":

"Let us take a person with whom we are not acquainted, say Socrates. We may define him as "the

16. Em Frege os nomes próprios de pessoas também são considerados descrições abreviadas, desde que, para Frege, todos os nomes, sem exceção, têm sentido, e todo sentido é a descrição ou o modo de apresentação do objeto de referência.

philosopher who drank the hemlock", but such a definition does not assure us that Socrates existed, and if he did not exist, "Socrates" is not a name. What does assure us that Socrates existed? A variety of sentences heard or read. Each of these is a sensible occurrence in our own experience. Suppose we find in the *Encyclopaedia* the statement "Socrates was an Athenian philosopher". The sentence, while we see it, is a *this*, and our faith in the *Encyclopaedia* leads us to say "this is true". We can define "Socrates" as "the person described in the *Encyclopaedia* under the name 'Socrates'". (idem)

Dessa forma, *isso* e *aquilo* funcionam como signos demonstrativos, cujo significado assegura a existência do objeto que pretende denotar. E é essa função que resta ao nome propriamente lógico: **ser puramente demonstrativo**.

No entanto, *isso* e *aquilo* pertencem à problemática classe dos "dêiticos", à qual Russell denominou de "particulares egocêntricos", dentre os quais considera os seguintes: "eu", "aqui", "agora", "isto", "perto", "presente", "passado", "futuro", etc. O que caracteriza os "particulares egocêntricos" é sua dependência da relação do usuário da palavra com o objeto.

A instabilidade referencial de *isto*, em vez de ser um obstáculo à sua consideração como nome próprio¹⁷, como era

17. Os nomes logicamente próprios não devem ser confundidos com o que o autor chamou de "palavras-objeto". Seguindo as pegadas de Tarski e Carnap, Russell defende em *Significado e Verdade* a necessidade da hierarquia das línguas, que deva estender-se ascendente e indefinidamente, mas não descendente, visto que, se assim ocorresse, a língua jamais teria início. A "língua-objeto" deve sempre ser de tipo inferior às que se seguem em hierarquia, ou seja, inferior às línguas "secundárias", "terciárias", e assim por diante. Cada língua deve conter todas as predecessoras. Se de fato existe uma "língua primária", argumenta Russell, ela deve ocupar o lugar mais baixo da hierarquia. Então, parece óbvio que suas palavras não devem pressupor a existência de outras

de se esperar, concorre contudo a seu favor, na perspectiva de Russell, já que isto somente pode ser aplicado a um objeto de cada vez:

"A palavra "isto" não significa "o que é comum a todos os objetos sucessivamente chamados "isto"", pois em cada ocasião em que a palavra "isto" é usada, há apenas um objeto a que a palavra se aplica. "Isto" é aparentemente um nome próprio que se aplica a diferentes objetos em quaisquer duas ocasiões em que é usado, e, contudo nunca é ambíguo. Não é como o nome "Ricardo", que se aplica a muitos objetos; o nome "isto" se aplica a um objeto de cada vez, e quando começa a aplicar-se a um novo objeto, deixa de ser aplicável ao antigo." (Russell, 1940:99)

linguagens. Essa linguagem primária consiste, como é de se esperar, totalmente de "palavras-objeto", as quais se definem logicamente como palavras que têm significado quando isoladas, e psicologicamente como palavras aprendidas por ostensão, ou seja, pelo contato direto com o objeto de experiência. Num degrau mais alto situam-se as "palavras proposicionais", como "não", "ou" (conjunções em geral), e os quantificadores como "todo", "algum", e o artigo "o". Por serem lógicas, essas palavras estão ausentes da linguagem primária e não têm significado quando isoladas. Existem, ainda, os "verbetes", ou seja, palavras cujo significado aprendemos através de definição verbal. Mas os verbetes, como diz Russell, "podem ser ignorados, uma vez que são teoricamente supérfluos, mesmo porque, onde quer que ocorram, podem ser substituídos por suas definições (pág. 62)".

Russell define a aprendizagem das "palavras-objeto" em termos behavioristas de estímulo-resposta e a esse processo de conhecimento (direto) chama em *Human Knowledge* de ostensão. Trata-se de um tipo de conhecimento de base empirista em que a palavra aprendida, no mais das vezes por repetição e estímulo, é associada a traços recorrentes do ambiente. Quando a associação é estabelecida, o objeto sugere a palavra e a palavra sugere o objeto. Logo que a associação entre a "palavra-objeto" e o que ela significa estiver estabelecida, a palavra será "compreendida" mesmo na ausência do objeto e o sugerirá. As palavras-objeto são sempre transparentes, de modo que seus efeitos sobre nosso comportamento dependem tão somente daquilo que significam, e são, de certa forma, idênticos aos efeitos que resultariam na presença do objeto.

Os demais "particulares egocêntricos" são considerados descrições, definidos a partir de isto: "eu" significa "a biografia a que isso pertence"; "aqui" significa "o lugar de isto", "agora" significa "o tempo de isto", e assim por diante.

Essa função puramente demonstrativa que Russell reservou aos nomes próprios é, no entanto, difícil de se sustentar. Se uma das condições do nome próprio for a impossibilidade de ser definido nominalmente através de algum outro termo, conforme afirma Russell, então isso não é de fato um nome próprio, porque isso pode ser assim definido. Isso tanto pode ser empregado para definir um outro "particular egocêntrico", como pode receber uma definição nominal e tornar-se uma descrição a partir de um outro "particular egocêntrico". O que impede, por exemplo, a definição de isso a partir de eu: "o objeto de atenção de "eu"?" O que impede a definição de isso a partir de aqui-agora: "o objeto que está aqui e agora"?

Do mesmo modo, se se exigir do nome próprio que ele não possa ter um sentido diferente do objeto denotado, então isso não é um nome próprio, porque isso tem um sentido, que não se confunde com o objeto denotado. Se alguém me perguntar qual é o sentido de isto no exemplo abaixo, em que a professora, aponta para um desenho no quadro negro, não posso dizer que o sentido é o objeto desenhado, no caso o mapa da Espanha:

"vou fazer um mapa aqui bastante rude...isto seria a Espanha (EF SP 405:45)

Os demonstrativos não são nomes próprios no sentido russelliano, já que sua função não é puramente demonstrativa. Eles têm um sentido, que não se confunde com seu objeto de referência. Tanto quanto os outros nomes, podem ser considerados descrições.

Não estou defendendo contudo que os demonstrativos tenham um sentido determinado, dado pela língua, enquanto sistema de normas rígidas e imutáveis, em oposição a um objeto de referência que varia de acordo com o contexto. Estou defendendo que os demonstrativos têm sentido, que o seu sentido não se confunde com o objeto de referência, e que esse sentido é determinado pelo contexto.

A evidência de que existe um sentido, que não se confunde com o objeto de referência, é tão forte, que o próprio Russell, em algumas passagens, rende-se (com alguma reserva) a esse "significado constante" dos demonstrativos:

"A palavra "isto" é uma palavra que tem, em certo sentido, um significado constante. Mas se a considerarmos um mero nome, não poderá ter em qualquer sentido um significado constante, pois um nome significa apenas o que designa, e o designatum de "isto" muda continuamente (Russell, 1940:99-100).

No entanto, Russell afasta essa possibilidade, já que na sua perspectiva, o "significado constante", ou a

descrição "o objeto de atenção", tiraria do demonstrativo sua função egocêntrica, a de "se aplicar a uma coisa de cada vez", e sua função demonstrativa, de nome próprio:

Se, por outro lado, considerarmos "isto" uma descrição velada, como, por exemplo, "o objeto da atenção", então se aplicará sempre a tudo o que sempre seja um "isto", ao passo que de fato nunca se aplica a mais de que uma coisa de cada vez. Qualquer tentativa para evitar essa generalidade indesejada envolverá uma reintrodução sub-reptícia de "isto" no definiens." (Russell, 1940:99)

Russell evidencia um desconhecimento total dos fatores do contexto e da enunciação, que serão explorados pelos filósofos da "linguagem ordinária", no interior mesmo da Filosofia da Linguagem, sobretudo com os trabalhos de Austin.

2.1.2. A PRAGMÁTICA

A consideração dos fatores da situação na questão do fenômeno da significação, que decorre do interesse por uma linguagem não considerada em abstrato, em sua estrutura lógico-formal, mas por uma linguagem considerada em seu contexto social ou cultural ("linguagem ordinária"), fez brotar uma proposta alternativa para a questão referência concebida na Semântica Lógica de Frege e Russell.

Segundo a orientação da Pragmática, os enunciados devem ser considerados acontecimentos discursivos, inseridos num contexto extra-lingüístico, o que equivale a dizer que a

relação semântica que se estabelece no discurso entre os enunciados é sempre dependente da "relação pragmática" entre os enunciados e aqueles que os enunciam. Nenhuma expressão lingüística é intrinsecamente representativa de sua referência, ou seja, as expressões não são referenciais de per si, como supunha Frege. A significação e conseqüentemente a referência, que faz parte da significação, não é determinada pela descrição do processo autônomo e formal pelo qual se constroem os sistemas simbólicos.

Se para a Semântica Lógica a necessidade do contexto situacional deixa o enunciado sem referência, para a Pragmática é a omissão do contexto que deixa o enunciado sem referência.

De acordo como essa nova orientação, que desloca a referência do sistema da língua para o discurso, a dependência pragmática deve valer, por uma questão de coerência, não somente para aquelas expressões que Peirce, no século passado, havia chamado de "expressões indiciais", como "eu", "este" e "aqui", os tempos verbais, como também para as demais expressões, inclusive os nomes próprios, expressões definidas, enunciados completos etc.

No entanto, conforme se discutirá a seguir, a Pragmática, assim como "as teorias do discurso" deste século, às quais estava reservado o privilégio de deslocar a referência do sistema lógico-formal da língua para o discurso, acabaram por subverter seu projeto inicial, na medida que jamais deixaram de reservar um lugar privilegiado à verdade

analítico-referencial, ao lado da visão pragmática da verdade, o que equivale a dizer que tanto a Pragmática como "as teorias do discurso" não assumiram inteiramente o discursivo. Essas teorias operam, na verdade, simultaneamente com dois sistemas, sem que essa oposição desemboque numa síntese.

A superação que faz Austin (1962) da distinção performativo/constatativo em favor de uma teoria geral dos atos de discurso parece ter sido mitigada por seus colegas, "filósofos da linguagem ordinária", como Searle, Strawson e Donnellan, os quais, juntamente com muitos lingüistas e teóricos do discurso continuaram preservando, de alguma maneira, o espaço cognitivo ou constatativo da linguagem. Por não abdicarem totalmente da visão clássica da referência, persiste na obra desses autores, muitas vezes sub-repticiamente, o lugar da relação de adequação entre um enunciado (representação) e seu referente (representado), ou entre a linguagem e a realidade que ela representa.

O trabalho de Strawson de 1950, "On Referring", tem por objetivo mostrar que a oposição russelliana nomes próprios/descrição, e a eleição dos demonstrativos *isto* e *aquilo* como os candidatos mais prováveis a nomes próprios, são totalmente infundadas. Strawson enfatiza dois pontos (entre outros) com os quais procura desmontar o edifício russelliano da significação.

O primeiro ponto é que não se pode negar aos demonstrativos um sentido, diferenciado de sua referência. Se

alguém nos pergunta o sentido de isto, em momento algum vamos mostrar-lhe o objeto a que acabamos de fazer referência com o uso da expressão, nem diremos que o referente de isto muda a cada ocasião de uso, tampouco mostraremos todos os objetos a que isto pode fazer referência a cada ocasião de uso. O sentido de uma expressão, argumenta Strawson, não pode ser identificado com o seu objeto de referência, que muda a cada ocasião de uso. O segundo ponto é que não há nomes próprios no sentido lógico e não há descrições. Existem, sim, uma expressão, o uso de uma expressão e a emissão de uma expressão, da mesma forma que existem uma oração, o uso de uma oração e a emissão de uma oração. O uso pode ser referencial ou não. A referência é uma questão do uso que alguém faz de uma expressão ou de uma oração. A função referencial, que Russell procurou negar à linguagem, é uma função de uso, defende Strawson, assim como é uma função de uso a função atributiva (descritiva ou predicativa), que os lógicos tanto prestigiam, preocupados que estão com definições e sistemas formais. Referir não é, portanto, o mesmo que mencionar. A referência, com sua função identificadora de objetos, é um jogo da linguagem, um de seus papéis, regido por convenções específicas. Algumas expressões podem ter primordialmente, mas não exclusivamente, um papel referencial. É o caso dos demonstrativos. As convenções lingüísticas, que nos dão o sentido, não se confundem, portanto, com o uso das expressões e das orações ou com suas possíveis menções.

Abstendo-me de críticas muito detalhadas, desejo ressaltar dois problemas com relação à concepção de sentido e de referência de Strawson. O primeiro é que ela está mais próxima da concepção de Frege e dos lógicos (que ele pretende superar) do que de uma visão verdadeiramente pragmática de referência. O segundo é que a oposição que Strawson faz entre o sentido e a referência paga altos tributos à oposição língua/discurso, tão cara ao estruturalismo: sentido-língua/referência-discurso.

Se Strawson parece ter razão quando afirma que não há porque se confundir o sentido e a referência dos demonstrativos, ele parece estar equivocado quanto à concepção que faz de **sentido**. Segundo Strawson, o sentido de uma expressão (*type*) é constituído de regras, hábitos, convenções, que regem seu uso correto em todas as ocasiões, o que equivale a dizer que é independente do uso que se pode fazer da expressão. Sendo uma questão de *type*, e não de uso ou de menção, o sentido, na visão de Strawson, nunca é determinado pelo contexto. Somente o referente, objeto ou indivíduo a ser identificado, é uma questão a ser determinada com base no contexto (o tempo, o lugar, a situação, a identidade do falante, os temas que constituem o foco imediato de interesse, as histórias pessoais do falante e do ouvinte etc.).

Ora, numa visão verdadeiramente pragmática, não são as convenções da língua que nos dão o sentido, depois de se reduzir a sentença a suas partes constituintes, nem é o sentido que nos dá a referência. O sentido nunca é uma questão

de *type*, mas sim do ato lingüístico em sua totalidade. É inútil, numa perspectiva pragmática, perguntar se uma palavra ou uma frase tem sentido antes de se depreender o sentido do ato como um todo.

Assim, com relação aos exemplos desta pesquisa, acima transcritos, com os quais pretendi mostrar que o demonstrativo tem um sentido, independente de seu objeto de referência, não são as convenções de um sistema lingüístico abstrato, subjacente ao discurso, como pensaria Strawson, que nos dão os sentidos "acompanhe o meu dedo", "o que eu acabei de mencionar", "o que eu vou mencionar", "o que é do nosso conhecimento" etc. É todo o contexto interacional, dialógico, ou o discurso como um todo, que nos permite atribuir sentidos para as expressões demonstrativas.

Acredito que está mais do que na hora de desconfiarmos de oposições colocadas pela Lingüística saussuriana, como *língua/fala* (perpetuada pela Lingüística da Enunciação e pelas teorias do discurso sob a forma de *língua/discurso*). Essa oposição clássica permite referir-se à língua como um sistema totalmente distinto de seu utilizador e de suas condições de utilização, um espaço homogêneo, um conjunto de regras interiorizado por todo falante de uma dada comunidade lingüística. Ora, temos de questionar essa língua, ou esse código externo aos sujeitos, deles independente, existindo em algum lugar.

Ainda hoje, muitos autores permanecem alheios a qualquer questionamento acerca da quase intocável oposição

saussuriana. Ducrot (1984 e 1989), numa perspectiva bastante próxima à de Strawson, mantendo a oposição língua/discurso, frase (unidade da língua) e enunciado (unidade do discurso), opõe (por convenção) **significação**, caracterização semântica da frase, a **sentido**, caracterização semântica do enunciado. A significação consiste, segundo Ducrot, num "conjunto de instruções" dadas às pessoas que têm de interpretar os enunciados das frases. O sentido, pertencendo ao domínio do observável, é único, irreiterável. A diferença entre sentido e significação não é de grau (o sentido seria a significação mais alguma coisa), mas de natureza:

"A significação não se encontra no sentido como parte sua: ela é, no essencial pelo menos, constituída de diretivas, ou ainda de instruções, de senhas, para decodificar o sentido dos enunciados. A frase nos diz o que é necessário fazer quando se tem que interpretar seus enunciados, especifica especialmente o tipo de indícios que é necessário procurar no contexto." (Ducrot, 1989:14)

Ora, segundo o que se defende neste trabalho, essas "senhas" de que fala Ducrot, ou "instruções", "diretivas", não são dadas pela língua, mas pelo discurso como um todo.

O sentido dos demonstrativos não é lingüisticamente determinado, como supõem Strawson, Ducrot e ainda Lahud (1979).

Lahud, conforme já se destacou acima, chega a afirmar que "o sentido" dos dêiticos, sendo fornecido na e pela língua, é muito determinado (mais determinado do que os sentidos dos demais nomes, nunca dados de antemão,

estabelecidos mediante acordos coletivos), tão determinado a ponto de indeterminar o referente.

Quanto à questão da referência, em Strawson, o modelo de verdade ainda é o analítico-referencial, ou clássico. Uma oração é considerada verdadeira ou falsa (Strawson nega que o seja logicamente) quando ela tem uma referência ou uma correspondência exterior. Por isso Strawson fala, como Frege, em orações sem referência, nem verdadeiras, nem falsas, quando seu uso é "espúreo", ficcional, por exemplo. Admite ainda que duas pessoas possam fazer a mesma referência com duas ocorrências diferentes, o que equivale a dizer que ou ambas as ocorrências são verdadeiras, ou ambas são falsas.

O parâmetro que julga um uso "espúreo", ficcional é, para Strawson, o da correspondência com a realidade, ou o parâmetro da verdade analítico-referencial, independente do contexto da situação. É esse mesmo parâmetro que julga que duas pessoas possam fazer ou não a "mesma" referência.

É possível, assim, dizer que, apesar de ter pretendido levar em conta os jogos da linguagem, executados pelos usuários, consoante convenções específicas, o contexto ou a situação, Strawson não conseguiu superar o modelo analítico-referencial de seus predecessores.

Esse modelo não é superado nem mesmo por Donnellan (1966), o qual critica as posições de Strawson, com uma tese já bem mais arrojada do que a de Frege, Russell e Strawson, conforme se verá a seguir.

A meu ver, o tratamento inovador de Donnellan com relação à referência é que Donnellan pretende superar três pontos nodais da Filosofia Analítica que o antecedeu (sem contudo ter sido bem sucedido, segundo comentário adiante): 1. a fórmula **o sentido determina a referência**, considerada o "coração" da Filosofia de Frege e de toda a Filosofia Analítica; 2. a soberania da **verdade alética**, independente das condições de produção do discurso; 3. a noção de **pressuposto**, tanto o de Russell, como o de Strawson (e, conseqüentemente, o de Frege, do qual Strawson se aproxima). Para melhor se entender a tese de Donnellan, não será demasiado reprisar aqui a crítica que o filósofo faz a Russell e a Strawson, resumida naquilo que chama de "erros comuns".

O primeiro "erro comum" a Russell e a Strawson, segundo Donnellan, é o fato de ambos acreditarem que é a expressão lingüística, enquanto **type**¹⁸, que determina a referência (ou, mais apropriadamente, determina a "denotação", no caso de Russell), isto é, a expressão lingüística independente de uma ocasião particular de uso. Embora Strawson tenha tido a preocupação de opor "**type**"/uso/menção, e tenha tido a pretensão de deslocar a referência para o uso da expressão ou da oração, sua teoria da referência, segundo Donnellan, permite-nos falar da função referencial de uma descrição definida numa sentença mesmo quando ela não está sendo usada. O segundo "erro comum" é com relação à

18. A expressão **type** já aparece em Strawson, para opor uma expressão (ou oração) ao uso que se faz dela.

questão do pressuposto. Tanto Russell como Strawson defendem que quando uma pessoa usa uma descrição definida¹⁹, ela pressupõe (logicamente, para Russell, e não logicamente, para Strawson) que algo (um referente) deve corresponder à descrição. Se eu afirmo, por exemplo, que o rei está no trono, pressuponho que há um rei. Um e outro assumem que, se a pressuposição for falsa, o valor de verdade da sentença será afetado. Para Russell, a afirmação será falsa; para Strawson (assim como para Frege), a sentença carecerá de valor veritativo, isto é, não será nem verdadeira nem falsa. Ora, argumenta Donnellan, há dois usos da expressão definida, o uso atributivo e o uso referencial. O problema com Russell é que ele só admite o primeiro, isto é, ignora o uso referencial. O problema com Strawson, que admite a ambos os usos, é que ele não viu que o valor de verdade não será afetado da mesma maneira, quer o uso seja atributivo, quer o uso seja referencial, no caso de a pressuposição ser falha. As teses de Strawson e de Russell estão corretas somente quanto ao uso atributivo.

Donnellan defende, com uma série de exemplos bastante pitorescos, que, no caso de a pressuposição ser falha, o valor de verdade somente será afetado em se tratando do uso atributivo. Em se tratando do uso referencial, o valor de verdade poderá continuar válido mesmo quando não há nada que corresponda fielmente à descrição. Entre os exemplos de

19. O artigo de Donnellan se restringe às expressões definidas.

Donnellan, está aquele em que alguém se refere a Jones através da expressão "o assassino de Smith", tendo sido a referência bem sucedida, apesar da possibilidade de Smith ter cometido suicídio. Outro exemplo é a identificação (bem sucedida) do referente através da expressão "o homem que está tomando martini", quando, na verdade, a pessoa a quem se refere está tomando água. Outro exemplo ainda é aquele em que um falante que se refere a um indivíduo como "o rei", sendo a referência bem sucedida, mesmo sabendo que se trata de um farsante, conhecimento partilhado com seu ouvinte.

Para Donnellan, tanto no uso atributivo, como no uso referencial, pressupõe-se um referente. Mas, quando supomos que a pressuposição é falsa, há dois resultados diferentes, dependendo do uso que se faz da expressão. No uso atributivo, em que a atribuição de predicados a alguém ou a alguma coisa somente é possível se alguém ou algo corresponder fielmente à expressão usada, o valor de verdade será afetado se houver falha na pressuposição. No uso referencial, em que a descrição definida é simplesmente um meio de identificar a pessoa ou coisa de que queremos falar, é possível a correta identificação ser feita ainda que ninguém ou nada corresponda à descrição usada.

Essa diferença decorre do fato de que a pressuposição não é a mesma quer se trate de um uso ou de outro, argumenta Donnellan. No uso referencial pressupõe-se algo ou alguém determinado; no uso atributivo pressupõe-se algo ou alguém indeterminado, um "seja o que for" ou um "seja

quem for". Esses usos correspondem à distinção entre **referir** e **denotar**. No uso atributivo, denota-se. Ninguém se refere àquilo que não conhece. No uso referencial, refere-se a algo conhecido, determinado.

A diferença entre os usos não nos é dada pela sentença em si. A sentença não nos diz de que pressuposto se trata. A diferença tampouco é dada pelas crenças do falante, embora essas possam ser importantes. As crenças do falante não podem ser usadas como um divisor entre os usos atributivo e referencial porque é possível, diz Donnellan, usar uma expressão definida atributivamente mesmo quando o falante e o ouvinte **acreditam** que uma certa pessoa ou coisa corresponda à descrição, assim como é possível que uma expressão seja usada referencialmente mesmo quando o falante **acredita** que nada corresponde à descrição. As crenças não são decisivas para a determinação da referência: a referência pode ser bem sucedida mesmo quando o falante e o ouvinte **acreditam** que nada corresponde à descrição.

A tese de Donnellan pode ser assim resumida: 1. o uso atributivo e o uso referencial de uma expressão é uma função das intenções do falante num caso particular; 2. se alguém afirma que O é U , havendo falha quanto a O , o falante afirma algo verdadeiro ou falso somente em se tratando do uso referencial; em se tratando do uso atributivo, o falante não fez asserção alguma; 3. não havendo O , o falante não se referiu a nada, se o uso for atributivo; no caso do uso referencial, o falante pode ter feito uma referência; 4.

somente deixamos de referir em circunstâncias muito especiais, ou seja, quando de fato não há nada que queremos identificar.

Em que pese o arrojo da tese de Donnellan, se comparada a de seus antecessores Frege, Russell, Strawson, desejo argumentar que Donnellan não foi bem sucedido em sua pretensão de superar os pontos nevrálgicos da Filosofia da Linguagem, já citados acima: 1.a fórmula **o sentido determina a referência**, considerada o "coração" da Filosofia de Frege e de toda a Filosofia Analítica; 2. a soberania da **verdade alética**, independente das condições de produção do discurso; 3. a noção de **pressuposto**.

Quanto ao primeiro ponto, o sentido continua determinando a referência, para Donnellan, em se tratando do uso atributivo da linguagem. Ademais, sua tese se assenta na frágil oposição **uso atributivo/uso referencial**, uma "ambigüidade" das expressões definidas cuja natureza o próprio Donnellan não consegue explicar. Reconhecendo não tratar-se de uma ambigüidade sintática, nem semântica, Donnellan intui que seria, talvez, uma ambigüidade pragmática, confessando todavia não ter argumentos para conclusões.

Quanto ao segundo ponto, Donnellan jamais abdicou da verdade analítico-referencial em favor de uma visão verdadeiramente pragmática da verdade, porque, e aqui entra o terceiro ponto, o seu referente continua sendo alguma coisa pronta, **pressuposta independentemente da linguagem**,

inquestionável, que a linguagem teria de identificar, assim como são os referentes de Frege, Russell e Strawson.

Esses filósofos da linguagem, se chegam a questionar a linguagem, jamais questionam os referentes. A linguagem, para eles todos, têm como função primeira **representar o mundo**, quer seja atributivamente, quer seja referencialmente. Nesse quadro de representação/ representado, o referente ou o **representado** é unquestionável. A função da verdade é aproximar-nos, o mais perto possível, desse "representado". Por isso, nem o contexto de Strawson, nem as intenções do falante de Donnellan, somados ao sentido de Frege e ao significado de Russell, conseguiram retirar a referência dessa relação de confronto entre a linguagem e o mundo. Strawson pensou ter deslocado a referência do **type** para o uso que alguém pode fazer de uma expressão, mas, tendo em vista a imagem intocável do referente, continuou falando do **mesmo uso referencial** que pessoas diferentes podem fazer da mesma expressão, ou seja, da **mesma referência** que diferentes ocorrências podem fazer, o que equivale a dizer da **mesma verdade**. Continuou buscando a legitimidade de uso no mundo real - a verdade e a falsidade sempre dependendo da "realidade" do pressuposto. Por isso falou em "usos espúreos" da ficção, "sem referência", "sem valor de verdade".

O pressuposto ou o "representado" de Donnellan ainda é mais forte do que o pressuposto daqueles a quem combate. Seu pressuposto, na verdade, nunca é falho. O que é falha é a descrição que se pode fazer dele, ou a sua

representação. O pressuposto de Donnellan subsiste a despeito das descrições "erradas" que possam ser feitas a seu respeito. Sua presença, metafísica, supera as barreiras da imprecisão lingüística:

"Using a definite description referentially, a speaker may say something true even though the description correctly applies to nothing. The sense in which he may say something true is the sense in which he may say something true about someone or something." (Donnellan, 1966:110)

As críticas de Searle a Donnellan, em "Referencial and Atributive" (1979), colocam em evidência um filósofo que também paga tributos altíssimos a essa ortodoxa concepção da linguagem como "representação", apesar de o próprio Searle se proclamar um "filósofo dos atos de fala".

Nesse artigo, em que a intenção de Searle é apresentar uma teoria da referência superior à de Donnellan, colocando por terra a distinção uso atributivo/uso referencial, já que, segundo Searle, no uso atributivo também fazemos referência, pode-se observar um flagrante movimento de marcha-à-ré com relação aos caminhos que a Filosofia da Linguagem já havia percorrido com os trabalhos de Austin.

A referência, na perspectiva de Searle, é sempre alcançada através de uma variedade de recursos sintáticos ("syntactical devices"), entre eles os nomes próprios, as descrições definidas, os pronomes, incluindo-se os demonstrativos. Os falantes usam esses recursos para se referir. Deve sempre haver algum recurso lingüístico que o

falante usa para se referir ao objeto - toda vez que o falante se refere, ele deve ter alguma representação lingüística do objeto, e essa representação representará o objeto sob algum aspecto ou outro. Toda referência se assenta sob algum aspecto.

O sentido da sentença (ou expressão) corresponde àquilo que a sentença significa de per si, ou seja, àquilo que na tradição entendemos por sentido literal. O sentido do falante é aquilo que o falante quer dizer quando ele pronuncia uma sentença ou uma expressão. Esses sentidos nem sempre coincidem, segundo Searle. Um exemplo dessa não coincidência é quando o falante expressa um ato ilocucional primário, não expresso literalmente (p.e. "Tire os seus pés de cima dos meus!"), através de um ato ilocucional secundário, expresso literalmente ("Você está em cima dos meus pés."). Para Searle, todos os casos ilustrados por Donnellan são casos em que a referência foi bem sucedida, determinada pelo sentido do falante (aspecto primário), não expresso literalmente, mas expresso através de um aspecto secundário, literalmente expresso. Assim se explica, segundo Searle, o curioso exemplo que Donnellan dá do falso rei, que tanto o falante como o ouvinte sabiam ser um farsante. O falante e o ouvinte podiam referir-se ao "farsante", aspecto primário (não literalmente expresso) como "o rei", aspecto secundário, literalmente expresso.

A tese de Searle pode ser assim resumida: em qualquer uso referencial, ainda que a expressão efetivamente

usada possa ser falsa com relação ao objeto a que se refere e, assim, o objeto não satisfaça o aspecto sob o qual é referido, deve haver algum outro aspecto sob o qual o falante pode ter-se referido ao objeto e que seja satisfeito pelo objeto. Para todo aspecto primário deve haver um aspecto secundário. A afirmação será verdadeira ou falsa de acordo com esse aspecto. É a esse aspecto que o objeto deve satisfazer, o que equivale a dizer que somente o aspecto primário figura nas condições de verdade da sentença. No uso atributivo, o aspecto primário e o aspecto secundário coincidem, no referencial, nem sempre.

Nos exemplos de Donnellan, segundo Searle, escolhe-se sempre um dos aspectos sob os quais o objeto pode ser referido, normalmente aquele que o falante supõe que permitirá ao ouvinte identificar o objeto.

Pelo que se pode depreender das considerações acima, a concepção de referência em Searle reabastece o princípio fregeano **o sentido determina a referência**. O sentido do falante, muitas vezes subjacente, ou seja, não expresso literalmente, determina a referência através do sentido da sentença, literalmente expresso. Faz revigorar ainda a oposição (que ele mesmo diz ser consensual na Filosofia da Linguagem) **sentido da sentença/sentido do falante**, oposição que eu digo ser um ponto de aproximação entre a Filosofia da Linguagem e o estruturalismo lingüístico, que opõe língua/fala ou língua/discurso. A verdade de Searle é analítico-referencial, dependente de um pressuposto inquestionável. Uma afirmação será verdadeira se o pressuposto ou referente e o

aspecto primário coincidirem, e falsa, se não houver coincidência. A tese de Searle exhibe ainda um evidente essencialismo: o "conteúdo" da afirmação corresponde ao aspecto primário, o aspecto sob o qual a referência é feita, ou seja, o aspecto que figura nas condições de verdade.

As reflexões que fiz no primeiro capítulo levaram-me a suspeitar que as noções de **antecedente** (ou **pressuposto**) e **referente** não se recobrem teoricamente. Conforme afirmei no final desse primeiro capítulo, a identificação do **referente** com o **antecedente** impõe que se considere o discurso uma máquina de repetição, em que quase nada de novo se cria, porque quase tudo já está dado. Isso equivale a dizer que a concepção ortodoxa de "referência" como sendo "representação" do mundo não funciona. Temos de buscar um modelo inteiramente novo, independente dessa visão clássica de um pressuposto inquestionável a que a linguagem deve corresponder, e independente dessa necessidade de dicotomização linguagem/mundo.

Chegou o momento de se questionar aqui se Austin conseguiu libertar-se dos "pontos nevrálgicos" da concepção clássica de referência, os quais procurei evidenciar nesta seção, e se é em suas reflexões a respeito dos atos de linguagem que podemos buscar a inspiração para esse modelo alternativo para a questão da referência.

Segundo alguns autores, como Finlay (1988), em que pese o trabalho empreendido por Austin em deslocar a

referência, em estender a generalidade da performatividade a toda a linguagem, e em mostrar a infelicidade constitutiva de todo o ato de discurso, é possível encontrar em sua obra, sobretudo nas últimas conferências de *How to do things with words*, vestígios da referencialidade clássica. Segundo Finlay, Austin mantém ao mesmo tempo a teoria clássica analítico-referencial da verdade e da significação e a visão pragmática de verdade dependente das circunstâncias do discurso.

Em defesa de Austin à crítica de Finlay parece estar o próprio Austin, que nos desaconselha acreditar que o querer-dizer se esgota no dito.

Se procurarmos em *How to do things with words* vestígios da verdade analítico-referencial, em enunciados ou partes de enunciados, em uma conferência ou outra em particular, sem considerarmos o que Austin faz e quer fazer com esses enunciados, dizendo ou proferindo essas conferências, certamente vamos encontrar muitos desses vestígios.

Não nos será difícil constatar, por exemplo, que Austin, nas primeiras conferências, parece manter a teoria referencial de verdade nos enunciados constatativos. Assim, Austin parece admitir (para subverter a afirmação depois) que o atributo verdade/falsidade é aplicável à categoria de enunciados constatativos, isto é, aos enunciados que **descrevem fatos, constataam, referem-se a um estado de coisas verdadeiro ou falso**. No entanto, os enunciados constatativos são absolutamente necessários para essa fase da teoria, dado que a

concepção dos enunciados performativos somente é possível graças à existência dos enunciados constataativos aos quais os performativos, enunciados que não têm por função descrever, constatar, informar, mas realizar um ato pelo processo da enunciação, podem se opor.

Podemos dizer, ainda, que, nas últimas conferências, os atos locucionários abrigam em seu interior o que antes se entendia por enunciado constataativo, e que no ato de fala total, em que se conjuga o ilocucionário e o locucionário, conjuga-se ao mesmo tempo força (ilocucionária) e significado (locucionário), este, entendido como sentido e referência, um remanescente da teoria da verdade analítico-referencial.

No entanto, se considerarmos o **fazer** austiniano, que consiste, ao que tudo indica, num incessante **recomeçar**, em colocar seus próprios modelos sob suspeita, num processo de reconstrução sem fim, então me parece mais avisado considerar, com Rajagopalan (1990:236), que *"o que Austin faz é simplesmente esperar que os contra-argumentos se avolumem a tal ponto que se torne insustentável a dicotomia inicial, para então dar-lhe o coup de grace"*. Nesse caso, a nova dicotomia ato locucionário (que conteria o constataativo)/ato ilocucionário seria apenas mais uma dicotomia a aguardar o golpe fatal, que só não aconteceu por causa da morte prematura de Austin.

A leitura desconstrutivista que Rajagopalan faz de Austin, um filósofo empenhado num processo de desmantelamento sistemático das dicotomias colocadas, com o propósito de

desnudar o construto ideológico de toda dicotomia (que não passa de uma hierarquia camuflada), não corresponde, por razões óbvias, à "leitura oficial" da obra de Austin por Searle (1965, 1969)²⁰.

Seria, então, ingênuo demais "pegar" Austin no meio de um processo pelo produto de suas palavras, e dizer que aqui ou ali ele se trai, ou seja, acusar Austin de ter sido vítima da **resistência** do significado. O que interessa a Austin, mais do que o final da meta, algum resultado, é o **fazer dizendo**:

"Por que não discutir de uma vez por todas essas coisas de maneira direta, no terreno da lingüística e no da psicologia? Por que dar tantas voltas?" É claro que estou de acordo que se tem de fazer isso, apenas acho que deve ser feito **depois** e não antes de se verificar o que se pode extrair da linguagem comum, mesmo que o que venha à tona seja inegável. De outro modo passaríamos por alto de coisas importante e iríamos demasiado rápido²¹."
(Austin, 1962:104-105)

20. Segundo Rajagopalan (1990:241), Searle "já se encontra na condição de uma espécie de herdeiro intelectual do mestre (Searle foi discípulo "direto" de Austin, assim como Rajagopalan o foi de Searle em seu pós-doutorado em Berkeley), aclamado como tal pela grande maioria". Segundo Rajagopalan, essa interpretação da obra de Austin por Searle, a que Rajagopalan, ao sabor da mais autêntica ironia anglo-saxônica (ou talvez anglo-indiana), chama de "leitura oficial", tem sido responsável pela grande divulgação e penetração do nome de Austin, "sobretudo em áreas acadêmicas como a lingüística, onde predominam modelos teóricos cujos compromissos ontológicos e epistemológicos se revelam estar em franco descompasso com os da Filosofia da Linguagem Ordinária" (pág. 241). Um dos grandes problemas dessa "leitura oficial", segundo Rajagopalan, é que ela traz para dentro da teoria dos atos de fala a noção de "proposição", "o receptáculo atemporal, extralingüístico, do valor veritativo, já exorcizado por Austin" (idem).

21. Esta ênfase foi acrescida.

Como nos faz ver Souza Filho (1990), em sua apresentação a *Quando dizer é fazer, palavras e ações*, tradução brasileira de *How to do things with words*, a principal tarefa de Austin é a de superar a oposição clássica radical linguagem/mundo, através da superação do conceito clássico de significado (sentido + referência), em função de uma concepção de linguagem como um complexo que envolve elementos do contexto, convenções de uso e intenções do falante. Em outras palavras: a tarefa que impulsiona Austin (a qual Rajogopalan interpreta como uma tarefa de refazer os próprios resultados, num processo sem fim) é a necessidade de superação de uma teoria do significado a favor de uma teoria da ação. O ato austiniano de colocar e repelir ao mesmo tempo o analítico-referencial faz parte, então, desse processo.

Quanto à tese central da Filosofia da Linguagem desde Frege, **o sentido determina a referência**, a visão totalizante que Austin tem da linguagem nos desautoriza a procurar em sua obra o modelo antigo de análise, em que se determina o significado através da redução da sentença a suas partes constituintes. Para Austin, o significado é mais do que essa redução, pois **a unidade mínima de comunicação é o ato lingüístico em sua totalidade**. Dizer que uma palavra tem sentido é antes, para Austin, procurar saber o "sentido" do ato em que ela ocorre. É através desses atos inteiros, não meramente através de palavras isoladas, que se dá nossa relação com a realidade. O signo, como uma unidade lingüística, não é o objeto de estudo de Austin. Como salienta

Rajagopalan (1992), "Austin é um filósofo analítico que cada vez mais se convence da necessidade de uma visão sintética do fenômeno da linguagem e, ao mesmo tempo, da impossibilidade de se obter uma perspectiva transcendental em relação ao mesmo" (pág.109).

Até o presente momento me absteve de introduzir o tema da **ideologia**, um dos temas cruciais, a meu ver, para a compreensão da questão da constituição da referência. Farei isso agora, levando em conta uma nota do trabalho de Althusser de 1970, *Idéologie et Appareils Idéologiques d'Etat*, em que o autor acusa aos lingüistas, e a todos aqueles que recorrem à lingüística com diferentes fins, de tropeçarem freqüentemente em dificuldades que decorrem do desconhecimento do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos - inclusive os discursos científicos.

Althusser parece ter cometido uma lamentável injustiça. Sua crítica a respeito da "evidência da referência" deveria ter sido endereçada primeiramente à Filosofia da Linguagem, a qual, muito mais que a Lingüística, tem-se ocupado da relação entre a linguagem e o mundo.

Se a Lingüística dá como "evidentes" os sujeitos dos discursos, assim como os referentes dêiticos e anafóricos, dados pela língua e pela situação, para não se falar de outras "evidências" que não dizem respeito diretamente a este trabalho, os filósofos da linguagem, como Frege, Russell, Strawson, Donnellan e Searle, jamais desconfiam dos referentes. Com o mesmo olhar neutro dos lingüistas, esses

filósofos, procuraram evidenciar que a palavra "designa uma coisa" (a designação é a função primeira da linguagem!), ao mesmo tempo que procuraram afastar os espaços em que a linguagem parece nada designar.

Em se tratando de Austin, no entanto, o tema da ideologia é polêmico. Rajagopalan (1993) vem defendendo a tese de que o pensamento filosófico de Austin "*abriga em seu bojo uma certa concepção de ideologia*", a qual Rajagopalan reconhece ser ignorada pela grande maioria dos leitores de Austin.

Apesar de reconhecer que Austin está longe de ser um simpatizante do materialismo em qualquer uma de suas versões, e de reconhecer ainda que Austin nunca se dirige explicitamente ao tema da ideologia nem se identifica político-ideologicamente, Rajagopalan defende que a concepção austiniana da ideologia é marcada por um "*forte sentimento de ceticismo, aliás o mesmo ceticismo excêntrico e irrequieto que permeia toda a sua reflexão filosófica*" (Rajagopalan, 1993:380).

Essa leitura de um Austin voltado para a questão ideológica parece bastante coerente com a teoria do ato performativo, já que o desmascaramento dos fetiches "verdadeiro/falso" e "fato/valor" não permite mais que se assuma a ilusão de qualquer discurso, nem mesmo do próprio. Que direito tem alguém, seja quem for, de defender a validade de seus enunciados, se assume, ao mesmo tempo, o corte categórico do nó górdio entre discurso e verdade? Que direito

teria Austin de defender as premissas de validade de seu discurso, se ele mesmo rompeu com a premissa inalienável de qualquer conhecimento racional, que é a distinção entre o verdadeiro e o falso?

Seguindo à risca a lição do ato performativo de Austin, tanto é ideológico dizer-se fora da ideologia, como dizer-se dentro da ideologia. Conforme afirma Rajagopalan, para Austin, "a ideologia representa a única realidade à disposição daqueles que se entregaram a ela de corpo e alma. Nem por isso ela deve ser desprezada, porque, para Austin, não há nenhuma outra realidade, fora das formações ideológicas, com respeito à qual aquela possa ser comparada ou decretada defeituosa". (Rajagopalan, 1993:381)

O "modelo" de referência que Austin oferece, como uma alternativa ao modelo clássico, responde em grande parte a algumas das questões levantadas acerca da natureza do antecedente, no final do primeiro capítulo, em que já se suspeitava que o "referente" é construído pelo discurso, através de procedimentos semânticos, sintáticos, interacionais e interpretativos, não devendo corresponder à noção de "antecedente" ou "pressuposto", ou seja, a alguma coisa já garantida a priori, independente e anterior à ação humana de que constitui cada acontecimento discursivo. Assim, acusei, no primeiro capítulo, uma face da referência discursiva dos demonstrativos não muito explorada pelos gramáticos e lingüistas tradicionais: aquilo que é novo no discurso,

construído através de cláusulas relativas, ou por outros procedimentos.

O "modelo" de referência de Austin é contudo limitado à performatividade do acontecimento, sem a consideração de um componente anterior, de um "pré-dito", em função do qual, em muitos casos, o demonstrativo (e provavelmente não somente os demonstrativos) adquire valor referencial. Somente o ato de fala, considerado algo puramente "instantâneo", ou puro acontecimento, não explica os antecedentes polifônicos, que concorrem para a constituição da referência discursiva em muitos casos.

Vejamos o exemplo abaixo:

"que existe nesse nesse clima aqui de São Paulo (D2 62:58)

Na referência ao clima de São Paulo, esse tenta recuperar na rede da memória enunciados anteriormente construídos, avaliativos, do tipo: "o clima de São Paulo é ruim, fato que é do conhecimento de todos", "O clima de São Paulo, que você conhece tão bem, é instável", "garoa muito em São Paulo, como você bem sabe", "São Paulo, terra boa, São Paulo da garoa" etc. O demonstrativo, enquanto dêitico, parece ter a função de mostrar esse domínio, apontar para essas formulações, para as vozes desses sujeitos anônimos que falam simultaneamente no discurso juntamente com a voz do interlocutor que se responsabiliza pela enunciação.

O discurso considerado apenas como ato, acontecimento único, datado, irrepetível, não revela a natureza dupla do sujeito de toda enunciação (Geraldi, 1991), o qual é, ao mesmo tempo, uno enquanto assume o compromisso de dizer o que diz para quem diz, e multifacetado, porque seu dizer leva em conta, de alguma maneira, as vozes de muitos outros "eus", as vozes daqueles que sua própria voz cita e as vozes daqueles que sua própria voz deixa de citar.

Acredito que é justamente na articulação dessa unidade com essa diversidade de vozes que o mecanismo de referência discursiva deve instaurar-se, isto é, na articulação do aqui e agora do sujeito enunciador com uma anterioridade/ alteridade discursiva necessária, constituída de uma pluralidade de vozes. Em outras palavras: os objetos constituídos em cada enunciação adquirem uma estabilidade referencial (ainda que bastante precária) graças ao domínio do pré-construído, essencialmente polifônico, que podemos chamar de domínio da memória, ou domínio histórico.

Esse domínio da memória ou histórico, discursivo, deve ser entendido, aqui, como um domínio sustentado pela "possibilidade de citar", ou "possibilidade de retorno", longe de qualquer conotação que implique numa visão de história como continuidade, progresso, aperfeiçoamento, ou seja, que implique numa visão teleológica da história, cuja meta seja a verdade última.

Tal domínio encontra respaldo teórico naquilo que Foucault (1971) chama de **princípio do comentário**, segundo o

qual fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos se repetem segundo circunstâncias determinadas. O comentário, segundo Foucault, não tem outro fim senão o de dizer o que já estava dito, silenciosamente, em outro plano. Um aparente paradoxo o anima: permitir que se diga pela primeira vez o que já havia sido dito e repetir incessantemente aquilo que todavia jamais foi dito. Em outras palavras: sob o domínio do mesmo, o domínio histórico do comentário permite a constuição de discursos sempre novos.

A citação, ou o recurso da intertextualidade, tem sido considerada uma das principais marcas de todas as formas de expressão artística "pós-modernas" (inclusive da História, a partir principalmente da obra precursora de Walter Benjamin), segundo Zaidan Filho (1989).

O que se propõe aqui é estender esse recurso a outros domínios, como o dos discursos ditos informais, aparentemente banais, a que Bakhtin (1929), mui apropriadamente, chamava "ideologia do cotidiano".

A abordagem de Bakhtin, de que se tratará neste capítulo, oferece a vantagem de se poder considerar a enunciação sob dois eixos, o eixo do acontecimento e o eixo histórico do "já-dito" ou da citação. No entanto, há de se questionar, também, por razões que se exporão, o conceito de "história" em Bakhtin.

2.1.3. A SEMÂNTICA DE KRIPKE

Antes de considerar a contribuição de Bakhtin, não poderia deixar de introduzir aqui, em se tratando de Filosofia da Linguagem "ocidental", uma abordagem realmente revolucionária, cuja intenção é recuperar a função referencial da linguagem, exorcizada por Frege e por Saussure, e reverter o dito fregeano de que **o sentido determina a referência**. Trata-se da abordagem de Saul Kripke sobre a questão da referência, contida num texto de 1972, *Naming and Necessity*, texto que procura, na medida do possível, transcrever na íntegra, salvaguardando o estilo informal oral do original, três palestras do autor, proferidas em janeiro e fevereiro de 1970, na Universidade de Princeton.

Inaugurada por Kant e tendo em Frege sua máxima expressão (Loparic,1990), a moderna filosofia analítica da linguagem encontrou nos argumentos de Kripke um de seus mais fortes adversários. No dizer de Rorty (apud Norris,1984), os escritos de Kripke, de base filosófica aristotélica, podem ser considerados um desafio à tradição inteira do consenso "pós-kanteano". Essa opinião parece ser partilhada com Norris (1984:176), que chega ao ponto de afirmar que a semântica de Kripke representa uma proposta filosófica alternativa ao ceticismo lingüístico atual das abordagens textualistas, pós-estruturais.

Para Kripke, importa é "fixar a referência" através da nomeação, ou seja, importa usar um nome ou um termo que

realmente possa ser usado para identificar o referente, e não um conjunto de atributos (descrições). Sem propriamente propor uma teoria, já que reiteradas vezes afirma que ainda não tem uma teoria "rigorosa" da referência, pois ter essa teoria demandaria outras condições suficientes e necessárias (e ele certamente não irá fazer isso, pois exigiria muito trabalho e ele se confessa "preguiçoso demais"), contenta-se em apresentar "um quadro melhor", rico de exemplos, para mostrar que as bases ou os fundamentos da teoria descritivista estão errados, ou seja, que as teorias da significação de Frege e de Russell (e, conseqüentemente a de Strawson e a de Searle) não funcionam.

Para tanto, Kripke questiona conceitos "consagradas" da tradição kantiana, como o de "necessidade", "prioricidade", "analiticidade", e propõe a reversão de importantes teses, tais como *"as verdades a priori são aquelas que devem ser conhecidas independentemente de qualquer experiência"*, *"todo a priori é necessário e todo necessário é a priori"*.

Para Kripke, *a priori* e *necessário* pertencem a dois domínios diferentes ou independentes, o primeiro pertence ao domínio da epistemologia e o segundo ao domínio da metafísica. Somente podemos fazer considerações sobre as propriedades essenciais do objeto se pudermos fazer uma diferença entre prioricidade e necessidade.

O forte argumento de Kripke contra a prioridade do sentido sobre a referência é a postulação de um "outro mundo possível". Com esse argumento, procura dar o golpe fatal na

tese dos critérios definicionais ou descritivos de identificação dos objetos.

A tese de Kripke pode ser resumida como o que se segue: o nome não é uma descrição definida e abreviada, mas um designador rígido, capaz de identificar o objeto onde quer que ele esteja, em todos os mundos possíveis. As descrições nem fazem parte do sentido do nome, nem determinam o referente. O objeto é nomeado por um ato de "batismo inicial" ("nós chamamos aquilo de y"), que pode ser feito ou por ostensão ou por descrição, desde que a descrição não seja usada como sinônimo do nome, mas para fixar o referente através de marcas contingentes do objeto (Kripke não nega que deve haver outros processos de "batismo inicial"). O nome que denota aquele objeto é então usado para se referir até mesmo em situações contra-factuais, em que o objeto não tenha a qualidade em questão. O nome é transmitido, por tradição, através de uma cadeia causal, elo a elo ("*link to link*"), histórica, social. É seguindo tal história que chegamos à referência. A referência é determinada, então, pela cadeia histórica e não pelo uso de uma propriedade identificadora do objeto. Quando o nome é passado "de elo a elo", o receptor, que o aprende, deve ter como intenção usá-lo com a mesma referência. Pode contudo haver mudança nessa transmissão, através, por exemplo, de descobertas empíricas, sem que essas mudanças impliquem numa mudança total da referência. Ainda que sejam descobertas novas propriedades do objeto, que devam manter-se a partir de então, provocando o abandono de propriedades levadas antes em

consideração, os nomes e os seus referentes permanecerão ligados por uma base referencial, o que equivale a dizer que a referência primária nunca muda radicalmente.

A favor da tese de Kripke parece estar a prova matemática da negação: a negação total é uma contradição. Pode-se negar, mas sempre mantendo-se um resíduo, um gancho lógico, necessário para a negação. É por esse resíduo que o **designador rígido** de Kripke pode se referir ao objeto em todos os mundos possíveis, e é também por causa desse resíduo que é possível haver alterações na cadeia histórica da transmissão sem que se mude radicalmente a referência. Nós podemos, por exemplo, referir-nos rigidamente a Nixon, e assegurar que estamos falando dele mesmo, ainda que possamos supor que Nixon tenha perdido as eleições. Ganhar as eleições (descrição) não é uma propriedade de identificação de Nixon. Ninguém irá dizer que Nixon não é mais Nixon, somente porque ele não teria (nesse mundo possível) vencido as eleições. É assim um erro, argumenta o autor, pensar que os objetos são nomeados através de suas propriedades e pensar que essas propriedades, sendo conhecidas a priori, possam ser empregadas para identificar os objetos. Esse erro é fruto da confusão entre necessidade e prioridade e entre os domínios epistemológico e metafísico. As propriedades usadas para identificar os objetos, conhecidas a priori, de acordo como o princípio segundo o qual o *sentido determina a referência*, a que Kripke chama de **designadores não-rígidos**, não são válidas para identificar o objeto em todos os mundos possíveis.

Gostaria de retomar aqui um exemplo que se tornou famoso na Linguística Textual, apresentado há algum tempo por Brown & Yule (1983), e reprisado por alguns autores, em que a questão colocada é a "identidade" de um frango, que é preservada na descrição de uma receita culinária, a despeito do que vai sendo dito na receita a respeito do processo de preparação da ave, antes de se levá-la à mesa para ser comida. Obviamente o referente do "frango" colocado à mesa, abatido, em pedaços, temperado, assado, enfeitado com rodela de abacaxi, não será o mesmo que se tinha no início da receita: "um frango ativo e roliço". Mas, continuar-se-á, ainda assim, falando-se do "mesmo frango", no dizer de Kripke, um designador rígido, capaz de se referir ao objeto nomeado a despeito das modificações no processo de transmissão do nome de um elo a outro.

A tese de Kripke, ao contrário do que muitos poderiam supor, não é uma tese essencialista. Segundo Kripke, algumas propriedades são essenciais ao objeto, sem que contudo sejam usadas para identificá-lo em outro mundo possível, assim como há propriedades essenciais dos objetos que não necessitam ser usadas para identificá-lo no mundo real. Em outras palavras: mesmo que fosse válido usar uma qualidade para determinar o referente, essa qualidade não teria de ser necessária ou essencial. A necessidade para Kripke está na própria nomeação, ou seja, a necessidade é do nomear e não uma propriedade do sentido, como supunha Frege. Em outras palavras: a necessidade está no laço entre a designação rígida

e o referente. Em resumo: Kripke nega que o objeto seja um conjunto de qualidades e que possamos identificar os referentes através das descrições dos objetos.

Kripke coloca muitas questões interessantes para uma abordagem discursiva da referência, apesar de ele não estar interessado em discursos. A mais importante, sem dúvida, é a questão da história, da transmissão da referência através de uma cadeia. Kripke não aprofunda essa questão, pois, apesar de essa ser uma questão bastante relevante, é uma daquelas que necessitaria de uma teoria "mais rigorosa", segundo ele mesmo afirma. Ora, segundo o ponto de vista aqui defendido, uma teoria "rigorosa" talvez demande considerar fatores discursivos no processo histórico da constituição da referência. Uma "cadeia histórica de transmissão", em que cada receptor deva procurar manter a referência deve ser uma cadeia histórica discursiva. Que outro modo haveria, além do processo discurso, de se manter uma cadeia desse tipo?

Vejamos a questão dos demonstrativos.

Kripke afirma (nota 18, pág. 345) que os demonstrativos podem ser usados como **designadores rígidos**. É uma nota muito estranha, se considerarmos que os demonstrativos não têm propriamente uma história causal, no mesmo sentido que os demais nomes. Eles não designam um referente, de modo que essa designação seja transmitida historicamente, de elo a elo. Eles "designam rigidamente" em cada ocorrência no discurso, o que equivale a dizer que,

usando-se a expressão de Kripke, ter-se-ia um ato de batismo original a cada ocorrência de demonstrativo. No entanto, se considerarmos o demonstrativo no interior de um discurso, em seu emprego anafórico, é possível, sim, encontrar um elo causal entre as diversas retomadas do referente através das ocorrências do demonstrativo. As mudanças do referente, em virtude do que se vai afirmando sobre ele no discurso, não implicam numa perda total de identidade do referente. Deve permanecer sempre uma "sombra", uma base referencial para que a cadeia de transmissão se efetive. Essas retomadas no eixo sintagmático de um acontecimento discursivo, retomadas "micro-históricas", podem talvez nos dar uma idéia de como deve funcionar a transmissão da referência dos demais nomes num contexto histórico mais amplo. Se a analogia for válida, poderá ser um argumento a favor da tese de Kripke, o qual, certamente, não deveria estar pensando em anáforas. Obviamente, em se tratando de um contexto histórico mais amplo do que o acontecimento discursivo, não podemos ter acesso a todos os elos da cadeia, dificuldade também reconhecida por Kripke. Recuperar o ato inaugural de batismo seria uma meta inatingível.

Kripke tem apenas uma intuição do processo histórico da referência. Faltam-lhe instrumentos teóricos, a meu ver, discursivos. O referente de Kripke é epistemológico, mas não é discursivo. O conceito de "mundo possível" não tem o mesmo alcance teórico das "formações discursivas" de Foucault (1969), através das quais é possível conceber o processo

histórico do discurso. As formações discursivas de Foucault não são entidades possíveis, no sentido de imagináveis. A formação discursiva é histórica, assim como seus enunciados de que elas se constituem o são: os enunciados precisam de uma materialidade, de um lugar e de uma data. Ademais, para Foucault, os objetos não existem numa forma de existência independente. Para Kripke, o "referente" (termo técnico usado no sentido de coisa nomeada) é uma entidade constituída pelo conhecimento, mas os objetos podem existir independentemente de um "batismo inicial". Isso equivale a dizer que, apesar de transferir o *a priori* para o domínio do epistemológico, e de procurar mostrar que *necessário* e *a priori* são domínios diferentes, Kripke não abdica da crença na existência de objetos independentes do discurso. Os objetos existem independentes de se tornarem "referentes discursivos", ou seja, de um batismo original.

Vou citar apenas uma passagem, entre as muitas, que parecem evidenciar que, para Kripke, a referência não constrói seus objetos:

"In the case of a natural phenomenon perceptible to sense, the way the reference is picked out is simple: 'Heat = that which is sensed by sensation S'. Once again, the identity fixes the reference: it therefore is a priori, but not necessary, since heat might have existed, though we did not." (Kripke: 1972:329)

Acho um pouco difícil poder afirmar que algo existe, esperando para ser nomeado ou batizado, independentemente do

conhecimento que temos dele. Para se afirmar isso, necessitar-se-ia de um parâmetro "meta", independente de nós, de nosso conhecimento, que julgasse essa existência independente. E não temos esse parâmetro. Segundo o ponto de vista defendido neste trabalho, nós não identificamos objetos. Nós construímos, sim, os objetos através de um processo histórico, discursivo.

2.2. A VERTENTE "ORIENTAL"

Em 1929, muito antes do trabalho de Althusser de 1970, em que Althusser, segundo comentário anterior, denuncia o olhar ingênuo daqueles que recorrem à linguagem, Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, falando como filósofo da linguagem, já havia denunciado, através de seu **dialogismo**, o efeito ideológico elementar da "evidência do sujeito", e denunciado a "evidência do significado", através de sua concepção de **signo ideológico**.

Afirmar que o signo é ideológico é, na verdade, uma tautologia, porque, para Bakhtin, o signo é **necessariamente ideológico**. A ideologia é constitutiva de toda significação simbólica:

"Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. **Sem signos não existe ideologia.**(...) Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente

correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico." (Bakhtin, 1929:31,32)

No entanto é bastante polêmico se Bakhtin está livre da visão de uma verdade transcendental, independente, ou logocêntrica (Rajogopalan, 1993:382).

Se parece haver razões pelas quais se poderia imputar uma visão logocêntrica a Bakhtin, ou seja, o compromisso ôntico com uma realidade independente, há também razões que podem nos levar a afastar essa possibilidade.

Acredito que entre as primeiras devêssemos destacar o compromisso de Bakhtin com o marxismo e, conseqüentemente, a concepção bakhtiniana de signo lingüístico, ideologia e história.

Faraco (1988) admite comprometimento de Bakhtin com o marxismo²² (embora afaste terminantemente a hipótese de uma posição logocêntrica em Bakhtin), por sua reflexão filosófica, fundada sobre princípios, principalmente pela forma com que Bakhtin pensa o real.

A forma de pensar o real se reflete na concepção do signo ideológico como algo que reflete e refrata uma realidade, que lhe é exterior, sugerindo uma distância considerável entre o representado (a realidade independente, a priori, refletida ou refratada) e a representação (o signo

22. A questão é polêmica. Faraco acusa os biógrafos de Bakhtin, Clark & Holquist, de negarem a Bakhtin qualquer relação com o marxismo. Bakhtin teria, segundo esses autores, usado a terminologia marxista com o único objetivo de iludir os censores.

ideológico). Essa concepção pressupõe a necessidade de postulação de um parâmetro "meta", exterior à linguagem, para se julgar a qualidade da reflexão ou refração. Ora, esse parâmetro, poderíamos conjecturar, é o confronto do signo com a realidade independente.

Como entender, por sua vez, a ideologia necessária do signo? A afirmação por si mesma de que o signo lingüístico é ideológico não livra Bahktin do compromisso ôntico com uma realidade independente do trabalho humano de construção dessa realidade.

A noção mesma de ideologia, enquanto signo, não está longe de qualquer univocidade, nem mesmo a noção de ideologia marxista.

Vejamos, rapidamente, com Rajagopalan (1993), as duas mais importantes acepções de ideologia, na literatura marxista:

"A primeira, a de A Ideologia Alemã de Marx e Engels, a imputa aos sistemas gerais que padecem de distorções e falsidades provenientes, muitas vezes, até de motivos inconscientes - com a consequência curiosa de que, para os dois autores no caso, a possibilidade de o seu próprio trabalho ser visto como ideológico precisava ser sumariamente descartada pela própria definição do termo em questão. Quanto à segunda acepção, trata-se de uma visão que se delineia nas obras posteriores àquela, onde a ideologia, concebida a nível de superestrutura, acha-se em oposição à base material, estando, portanto, presente em qualquer sistema de idéias, inclusive as ciências, ditas exatas e supostamente "neutras". (Rajagopalan, 1993:376)

A primeira acepção coloca a ciência no exterior do ideológico - a aposta no conhecimento científico, dialético, é, na verdade, uma aposta na "neutralidade" da ciência enquanto ciência. "Ideologia" significa "mascaramento", ou seja, "acobertamento dos conhecimentos científicos disponíveis num momento histórico dado", e deve ser superada pela História (verdade histórica). É essa uma interpretação redutora do fenômeno ideológico (Ricoeur, 1977), já que parte de uma análise de classes sociais e define a ideologia apenas em função dos interesses da classe dominante.

Não é essa acepção negativa de ideologia, enquanto "falsa consciência", ou escamoteamento da realidade social, apagando as contradições que lhe são inerentes, que ocorre em Bakhtin.

A segunda acepção, aceitando a historicidade da ciência, atravessa o conhecimento científico, dialético, pelo materialismo histórico. É essa a concepção de ideologia, como fenômeno insuperável, e como equivalente a superestrutura, que se encontra na obra de Bakhtin.

Poder-se-ia argumentar que o jogo dialético pode ser aí entendido como uma forma de progresso ou aperfeiçoamento contínuo em direção a um *télos*, ou a uma meta final, que é a verdade última independente. Em outras palavras: a ideologia estaria a serviço da história, entendida como cumulação progressiva do saber, aperfeiçoamento, ou seja, a serviço da "evolução" da verdade em direção de uma meta. É somente em

função dessa meta que os acontecimentos singulares podem ser providos de sentido.

A concepção teleológica da história, fundada na visão vectorial do tempo (tempo pensado como forma da existência da matéria, tempo divisível em segmentos de igual grandeza e de valor equivalente, podendo ser registrado em calendários, relógios e cronômetros), por oposição à visão circular do tempo pelos antigos, encontra suas origens no cristianismo, mais especificamente no modelo salvacionista presente nas Escrituras e em Santo Agostinho (Moraes, 1989:57). É em Hegel, e em todo o materialismo histórico, que esse modelo alcança seu maior prestígio, devendo-se ressaltar uma diferença: se, em Hegel a interpretação historiadora é feita sempre *a posteriori*, para Marx, a tomada de consciência dos designos da história já não é mais feita *a posteriori*, já que o processo histórico, na visão marxista, obriga que a consciência se abra para a ação política, efetivando o atingimento do *télos* (Moraes, 1989:58-59). Uma concepção escatológica de história, direcionada pela promessa de salvação.

Uma possível "prova" da visão logocêntrica marxista de Bakhtin pode estar no segundo capítulo de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, em que Bakhtin parece render-se, de forma mais escancarada, ao direcionamento da mão única: as relações de produção determinam a estrutura sócio-política, que determina os contatos verbais possíveis (todas as formas e

os meios de comunicação verbal), os quais determinam as formas e os temas dos atos de fala.

A concepção de ideologia como superestrutura é problemática. O marxismo jamais esclareceu a difícil questão da relação entre a infra-estrutura econômica (a base material) e a superestrutura ideológica. Ora, muitos argumentam, se o processo de evolução histórica, sustentado pelo materialismo dialético, é realmente dialético, ele não pode direcionar-se em mão única: infra-estrutura => superestrutura. Em outras palavras: um processo realmente dialético não deveria considerar a base econômica como processo e a superestrutura ideológica como produto.

Em momento algum, Bakhtin parece indicar o caminho de volta, da superestrutura para a infra-estrutura, embora declare, em determinado momento, que o problema da inter-relação base econômica/superestrutura ideológica poderá ser esclarecido pela compreensão do fenômeno da linguagem:

"O problema da relação recíproca entre a infra-estrutura e as superestruturas, problemas dos mais complexos e que exige, para sua resolução fecunda, um volume enorme de materiais preliminares, pode justamente ser esclarecido, em larga escala, pelo estudo do material verbal." (Bakhtin, 1929:41)

Contra esses argumentos, poder-se-ia dizer que, neste segundo capítulo, Bakhtin faz uma concessão a Stalin, ou então, que os primeiros capítulos de *Marxismo e Filosofia da*

Linguagem não são de Bakhtin. Esses argumentos todavia não procedem. Eu preciso me contentar com o Bakhtin que eu tenho.

O que me parece mais razoável, em vez de se ficar procurando o "Bakhtin de verdade", é procurar o tema da inter-relação no conjunto da obra de Bakhtin.

Na análise de Geraldí²³, o pensamento de Bakhtin se resume em oito teses:

tese 1.: a materialidade da ideologia

tese 2.: essa materialidade é sígnea

tese 3.: o signo é uma realidade que reflete e retrata outra realidade

tese 4.: o signo emerge no terreno interindividual (interação social)

tese 5.: a consciência é sígnea

tese 6.: a realidade da palavra é absorvida por sua função sígnea

tese 7.: a palavra é um fenômeno ideológico por excelência (o que não quer dizer que palavra e ideologia sejam uma só coisa)

tese 8.: a palavra é neutra, neutra enquanto independe de outros "materiais" e pela sua capacidade de acompanhar toda criação ideológica.

23. Essa análise ainda não se encontra disponível em publicação. Ela chegou ao meu conhecimento através de cursos ministrados pelo Prof. Geraldí e através de conversas que com ele tive a respeito do trabalho de Bakhtin.

Considerando-se o conjunto da obra de Bakhtin, uma coisa parece certa: Bakhtin não pertence a uma espécie de "marxismo vulgar" (aquele que tem a mania de explicar tudo pelo recurso a uma "causa final"), de acordo com o qual um estrito determinismo mecanicista governa a mudança histórica, um estrito determinismo econômico governa as leis, a política e a cultura.

Faraco (1988) aponta as razões por que, em sua opinião, a forma de pensar o real é marxista em Bakhtin, embora essa forma de pensar não se enquadre em nenhuma vertente mecanicista ou dogmática do marxismo: 1. a busca da totalidade em Bakhtin é feita não numa esfera metafísica, mas numa perspectiva histórica; 2. a prevalência do social é básica; 3. a concepção do homem no conjunto (dialético) das relações sociais; 4. a busca da apreensão da linguagem e da criação ideológica nessa perspectiva histórica; 5. a percepção do social como um elemento constitutivo: na voz de cada um está a voz do outro; 6. a adoção do que já foi dito numa certa área do conhecimento é feita na busca da síntese dialética pela unidade dos contrários.

De fato, não parece combinar com o pensamento de Bakhtin uma oposição radical entre as formações ideológicas e uma base material sólida, com respeito à qual uma formação ideológica é decretada verdadeira ou falsa.

Para se compreender Bakhtin, temos que ir muito além dessa concepção de verdade como correspondência entre a linguagem e a realidade. A realidade, Bakhtin diz reiteradas

vezes, está em transformação; o ser, que o signo reflete e refrata, está em transformação. Seria injusto atribuir a Bakhtin o modelo clássico de referência, ou seja, referência entendida como a relação entre a linguagem e a realidade, partindo-se do pressuposto de que a realidade é metafísica, imutável, independente, a priori. Bakhtin não defende a dialética do signo em função de nenhuma realidade que não esteja em transformação. Pelo contrário, Bakhtin abomina os conceitos metafísicos ou míticos, concebidos fora do processo real da comunicação e da interação verbal.

Todavia "processo histórico", "perspectiva histórica" são termos ambíguos. A dúvida que persiste, e insistirei mais um pouco, é a concepção de história em Bakhtin. A "transformação da realidade" teria o sentido escatológico de "aperfeiçoamento" para Bakhtin? Dito de outro modo: o processo histórico, contínuo, tem, para Bakhtin, como meta a cumulação progressiva do saber que levaria, em última instância, à verdade? Ou Bakhtin admite que o histórico é, antes de mais nada, discursivo, constituído na dialogia, no fenômeno social da interação, e na possibilidade do comentário, ou seja, na possibilidade do retorno de outros discursos?

A favor dessa interpretação de história, na obra de Bakhtin, como discursividade (dialogia, interação, interdiscursividade) estão alguns dos princípios defendidos por Bakhtin com respeito ao entendimento do fenômeno da linguagem:

1. A significação é dialógica e social.

Fazendo crítica severa à concepção saussuriana de língua, Bakhtin vê no fenômeno da enunciação, necessariamente social e interindividual, a verdadeira substância da língua:

"A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua." (Bakhtin, 1929:123).

A natureza social, dialógica, do ato de fala é uma necessidade lógica:

" A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. O ato de fala individual (no sentido estrito do termo "individual") é uma contradictio in adjecto." (Bakhtin, 1929:127)

2. A significação é uma construção histórica, e, portanto, ideológica. A língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos locutores.

A dimensão histórica, que Bakhtin vê na linguagem, está necessariamente articulada com o princípio da prevalência do social. Bakhtin concebe a língua como um organismo vivo, que evolui historicamente na comunicação verbal concreta e não no sistema abstrato das formas da língua.

Não está claro se "evolução ininterrupta", mudança implica em "aperfeiçoamento. O que parece mais evidente é que o signo, sendo histórico, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados. Todo signo é determinado historicamente em dois sentidos: pelas condições históricas em que a interação acontece ("histórica, numa escala microscópica") e pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinado.

3. A significação não se constitui num ato de fala isolado. Pressupõe outros atos. Não há, portanto, um único sujeito para cada enunciação, mas uma pluralidade de vozes.

Para Bakhtin, não há enunciados isolados. Um enunciado sempre pressupõe enunciados que o precederam e aqueles que o sucederão, o que equivale a dizer que o dito constitui uma réplica ao já-dito e é, ao mesmo tempo, determinado pela réplica ainda não dita, mas já solicitada. É o princípio da possibilidade de retorno.

Essas reflexões me levam a poder afirmar que não se pode ler Bakhtin como se lê Althusser, isto é, "estruturalmente". O marxismo de Althusser, sim, é um marxismo estrutural, no qual a determinação é absoluta, na medida que Althusser não admite a ação da ideologia na infra-estrutura e na medida que concebe sua "ideologia em geral", "eterna", "imutável", que é uma forma de funcionamento da

estrutura, um funcionamento, que, por ser eterno e imutável, é a-histórico.

Althusser (1970), ao defender a diferença entre as ideologias e a ideologia (em geral), parece, na verdade, assumir as duas concepções de ideologia, acima transcritas. As ideologias particulares, quer sob a forma religiosa, moral, política, jurídica, etc., expressam posições de classe. Essas ideologias têm história, uma história sua, embora, segundo Althusser, sua história seja determinada pela luta de classes. A ideologia em geral, por sua vez, não tem história, não num sentido negativo (o de que sua história está fora dela), mas no sentido totalmente positivo de que ela é eterna: sua estrutura e seu funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda a história (a história das sociedades de classe).

Althusser acaba, no entanto, pagando tributos mais pesados à primeira aceção de ideologia, por causa dessa concepção de uma ideologia em geral, eterna, onipresente, que tem como característica impor, sem parecer fazê-lo, as "evidências" como evidências (o que parece ser um mal necessário) e a função de transformar ou recrutar indivíduos em sujeitos para garantir a reprodução das relações de produção e dos modos de produção. Essa ideologia deve ser entendida, segundo Althusser, como uma forma de "enganação", "mascaramento" da verdade, uma vez que o que é representado na ideologia não é o sistema das relações reais que governam a

existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem.

A concepção bakhtiniana de signo coloca a seguinte questão para a análise dos demonstrativos, objeto deste trabalho: os demonstrativos, tradicionalmente considerados partículas dêiticas, ou como índices de ostensão ou como elementos anafóricos, devem ser considerados signos, na acepção bakhtiniana do termo, ou meros sinais de designação? Em outras palavras: os demonstrativos são ideológicos ou são neutros com relação àquilo que designam?

Sendo tratados pelos lingüistas e pelos gramáticos quase como meros morfemas gramaticais, entidades "neutras", os demonstrativos têm sido considerados, pela tradição, meros índices de sinalidade.

Essa sinalização não parece contudo aplicar-se aos demonstrativos. No primeiro capítulo, acusei a existência de um funcionamento pragmático-discursivo de interpretação presidindo ao fenômeno da referência demonstrativa, mesmo quando parece tratar-se de uma "inocente" anafóra, o que me leva a poder afirmar que os demonstrativos não são índices, mas signos, sujeitos ao processo de avaliação ideológica a que todo signo está sujeito. Os demonstrativos são verdadeiras palavras, considerando-se aqui a acepção bakhtiniana de "palavra".

O que faz do signo um signo é seu conteúdo ideológico. Somente o signo pertence ao domínio da ideologia.

Um signo é interpretado, compreendido, por ser vivo, móvel, plurivalente. O sinal, por sua vez, como diz Bakhtin, não pertence ao domínio da ideologia. Pode ser identificado como uma entidade de conteúdo imutável, inerte, constituindo apenas um instrumento técnico para designar objetos, precisos e imutáveis, ou acontecimentos, também precisos e imutáveis. Um sinal nunca é interpretado, é reconhecido.

A interpretação que a tradição gramatical e lingüística faz dos demonstrativos como índices de sinalidade revela-se igualmente ideológica. Ela se insere num quadro ideológico mais amplo, que considera a isenção ideológica da língua como um todo. Conforme afirma Vogt (1980), essa ideologia atesta um processo de reificação da linguagem, também responsável pela perda de alteridade, uma manifestação do racionalismo positivista na Lingüística do século XX:

"Esta ideologia se revela tanto mais conservadora quanto mais se apega à objetividade indecomponível de elementos que, sejam eles fonemas, morfemas, semas ou unidades de significação, atestam todos uma visão reificante da linguagem.

Este processo de reificação, que será também responsável pela perda da dimensão de alteridade que, a meu ver, caracteriza a significação lingüística, se estenderá como manifestação do racionalismo positivista, ao grande desenvolvimento da lingüística no século XX, de Saussure e o estruturalismo de Chomsky, e o transformacionalismo. (Vogt, 1980:84)

Apesar de não ter-se ocupado explicitamente do tema da referência e de referentes, é justamente na concepção de linguagem de Bakhtin, exposta sobretudo em *Marxismo e*

Filosofia da Linguagem, que acredito ser possível encontrar algumas premissas para a compreensão da questão da referência em geral e da questão da referência dos demonstrativos, objeto deste trabalho. Uma dessas premissas deve ser a lição segundo a qual não se pode apreender o fenômeno da significação a partir de uma palavra ou expressão isolada. A análise do enunciado em suas partes constituintes não dá a apreensão do todo. É, no geral, a mesma preocupação expressa por Austin com relação ao "ato de fala total, na situação de fala total" (*How to do things with words*, Conferência XXII, pág.149).

Seguindo a lição de Bakhtin, a referência de elementos lingüísticos, como os demonstrativos, no interior de uma enunciação, deve pertencer à **significação**, a qual, por sua vez, pertence ao **tema**, sendo este entendido como "um sentido definido e único, uma significação unitária", "uma propriedade que pertence a cada enunciação como um todo", "uma significação individual e não-reiterável".

Se de um lado, o tema não está sujeito a análise, a significação pode ser analisada num conjunto de significações ligadas aos elementos lingüísticos que compõem a enunciação. A investigação da significação (no interesse particular deste trabalho, a referência) de um ou outro elemento lingüístico (os demonstrativos, considerando-se esta pesquisa) pode orientar-se para duas direções: 1. para o estágio superior da significação, ou tema - nesse caso, trata-se da investigação contextual de uma palavra nas condições de uma enunciação concreta; 2. para o estágio inferior, o da significação -

nesse caso, trata-se da investigação da palavra no sistema da língua, ou, em outros termos, a investigação da palavra dicionarizada. Bakhtin afasta, contudo, a segunda direção em virtude do conceito que tem de língua, exposto em duas proposições (*Marxismo e Filosofia da Linguagem*, pág. 127):

1. "A língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma abstração científica que só pode servir a certos fins teóricos e práticos particulares. Essa abstração não dá conta de maneira adequada da realidade concreta da língua."

2. "A língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos locutores."

É tendo em vista a primeira orientação, a significação orientada pelo tema da enunciação, que se fará, então, a análise dos demonstrativos, na retomada da análise do corpus desta pesquisa, no próximo capítulo.

Outras duas premissas orientarão a retomada da análise dos demonstrativos: a necessidade de se levar em conta o acento de valor ou apreciativo como constitutivo da referência e a dialogia constitutiva de todo ato de discurso, o que equivale a dizer que todo discurso é constituído de outro discurso.

Quanto ao acento de valor ou apreciativo, ou simplesmente avaliação, cuja expressão superficial mais óbvia (mas não única) é a entoação expressiva, Bakhtin defende que não é um valor conotativo da palavra, mas um valor que pertence à "denotação", o que equivale a dizer, à referência.

Vejamos um exemplo:

- L1 A comida tem que ser **aque**la comida
 L2 A comida tem que **ser** **aque**la que a gente põe na
 mesa e todo mundo come²⁴.

Em nenhuma das duas ocorrências de **aque**la o referente do demonstrativo é dado pela situação ou pelo discurso anterior, ou seja, o referente não é um "antecedente" pertencente ao mundo extralingüístico, ou um "antecedente" pertencente ao contexto lingüístico anterior. Em ambas as ocorrências, o referente é construído pelo acontecimento discursivo, com base, sim, em antecedentes ideológicos pressupostos na interlocução, e na apreciação que se faz desses valores no discurso. Na primeira ocorrência de **aque**la, "aquela comida" (com ênfase no **e**) pode remeter a muitas formulações possíveis (não superficializadas verbalmente na interlocução, mas pressupostas), dependendo das intenções críticas de L1 (filho): "a comida tem de ser muito boa", "a comida que só a vovó sabe fazer", "a comida que exige mais tempo e dedicação da cozinheira", "lugar de mulher é na cozinha", etc. Na segunda ocorrência, **aque**la (não marcado foneticamente), adquire valor referencial em função de sua

24. Esse exemplo é da própria autora, sendo, no entanto, muito parecido com um exemplo do NURC, que será analisado no terceiro capítulo. Após ter percebido que, numa discussão familiar a respeito de "comida", ela e seu filho haviam produzido um exemplo para o seu corpus, ela registrou a discussão. L2, no caso, a autora, responde do seu lugar de mãe e de eventual cozinheira da família ao filho adolescente, L1. O demonstrativo, em sua primeira ocorrência, é marcado foneticamente pela acentuação (enfática) da sílaba tônica.

relação catafórica com a CR "que a gente põe na mesa e todo mundo come", e em função da rejeição às formulações pressupostas de L1. Aquela, sem marcas especiais de superfície, sugere a substituição das formulações de L1 por outras: "que um filho bonzinho e não enjoado come", "que dá para a gente que trabalha fora fazer", "que não arrebeste o orçamento doméstico", "os filhos devem obedecer e respeitar os pais", etc. A diferença no acento ajuda a marcar a diferença entre os dois valores referenciais de aquela.

Esse exemplo serve para mostrar que enunciados aparentemente "neutros" marcam sua ideologia.

Da mesma forma que a referência, pertencendo à significação e orientado para tema da enunciação, será considerado o sentido dos demonstrativos. O sentido constitui diferentes modos de funcionamento do discurso, no processo de construção da referência. Assim, temos, por exemplo, o "modo endofórico", com instruções de sentido como: "procure no contexto lingüístico anterior", "procure no contexto lingüístico posterior"; e o "modo exofórico": "procure nas pressuposições dos interlocutores", "procure na situação". Não são modos oponentes. Segundo se viu, no primeiro capítulo, toda exófora pode ser interpretada como um tipo de anáfora, idéia que será desenvolvida no terceiro capítulo. Não são ainda modos "disponíveis em língua", mas modos de funcionamento do próprio discurso.

Não se trata, como poderiam pensar alguns, da mesma concepção de significação que se encontra em Ducrot (1984 e

1989), porque, para Ducrot, aquilo que ele chama de "significação" é uma entidade da frase, concebida a partir da estrutura léxico-gramatical.

2.3. CONCLUSÕES

Nessa rápida incursão nos domínios da Filosofia da Linguagem, em busca de uma maior compreensão da questão da referência, deu-se destaque ao trabalho de Austin e ao de Bakhtin, por se entender que somente esses dois filósofos conseguem superar (se não totalmente, pelo menos, em parte) "um quadro clássico" constituído dos seguintes elementos inter-relacionados: 1. a concepção de linguagem enquanto representação do mundo, o que implica na postulação de um pressuposto inquestionável, segundo o qual o que se afirma através da linguagem será verdadeiro ou falso; 2. a dicotomia língua/discurso, ora o discurso sendo marginalizado (Frege, Russell), ora o discurso coexistindo lado a lado com a língua (Strawson, Donnellan, Searle), o que equivale a considerar duas "realidades" concomitantes, uma do discurso, outra do mundo que a linguagem continuará representando ; 3. o princípio segundo o qual o sentido determina a referência, pertencendo o sentido ao domínio das convenções lingüísticas, existentes num "lugar" exterior e independente do discurso.

As reflexões feitas neste capítulo levam-me a afirmar que não se pode fugir da questão da referência.

Extraditada, ela sempre ousará entrar pela porta dos fundos, travestida de qualquer outra coisa. No entanto, a re-inclusão da referência no quadro das ciências da linguagem talvez não demande um projeto tão ambicioso como aquele, no qual que diz Bouquet, devam articular-se a língua, a substância do mundo e a substância psicológica. A referência é de domínio do ideológico, do discurso, não é do domínio de um sistema lingüístico (língua natural ou sistema lógico-formal), a "substância" de que constituem os referentes não é nem "psicológica", nem "do mundo", mas discursiva.

Esse deslocamento do referente para o discurso permite que se diga, a partir de agora, que o que verdadeiramente importa, para a investigação em questão, não é o referente em si, mas a referência, ou seja, o processo de construção dos referentes pelo discurso.

À assunção da teoria fregeana de que a referência é um pressuposto existencial independente da performatividade de uma fonte humana, contrapõe-se, então, a hipótese discursiva da referência, segundo a qual a referência é construída no e pelo discurso, num processo em que referente e discurso não são entidades totalmente distintas, estáveis, independentes. Necessariamente dialógica, construída na interação verbal, a referência, que deve ser entendida agora como "referência discursiva", é um ato, não de constatação do real, mas de sua constituição.

Esse processo todavia não se constitui tão somente no ato de fala isolado, ou seja, na performatividade de cada

ato de discurso. Toda referência se constitui, também, de outras referências. Daí ser possível dizer que a referência é mediada pela orientação discursiva que se estabelece no momento em que se dá sua produção e pelas outras referências que a antecederam e que advirão a ela.

CAPÍTULO 3 - DEMONSTRATIVO, REFERÊNCIA E DISCURSO

"...l'originalité de l'analyse du discours, "une discipline ...inquiète de son objet". Toujours prête donc à se remettre en question."

(Denise Maldidier)

No segundo capítulo, com base no trabalho de Bakhtin, de 1929, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, defini a direção para a qual a investigação da referência dos demonstrativos deve orientar-se: para o que Bakhtin chama de "estágio superior", ou tema - trata-se da investigação contextual dos demonstrativos nas condições de uma enunciação concreta, ou seja, nas condições de um acontecimento discursivo.

De acordo com essa orientação, pragmático-discursiva, não são as convenções da língua que nos dão o sentido, depois de se reduzir os enunciados a suas partes constituintes, e nem é o sentido que determina a referência. É inútil, nessa perspectiva, perguntar se uma palavra tem sentido, ou qual é o seu referente, sem se investigar o contexto em que ela ocorre²⁵.

25. Tendo em vista essa orientação, parece possível afirmar que um "corpus" como o Discurso do Presidente é mais adequado para uma abordagem pragmático-discursiva do que os inquéritos do NURC. Esses inquéritos, poder-se-ia argumentar, são pragmaticamente artificiais, forjados para se medir o desempenho culto da classe média escolarizada de alguns centros urbanos do Brasil, carecendo, portanto, de

Essa orientação implica numa recusa, já confessada nas páginas anteriores, de se manter a oposição língua/discurso tal como ela vem sendo usada na Lingüística desde Saussure, ou seja, uma recusa de referir-se à língua como um sistema independente do sujeito e das condições discursivas, e referir-se ao discurso como um "exterior" com relação a um "centro", interior, lingüístico, que seria a língua.

3.1. IDEOLOGIA, DISCURSO E HISTÓRIA

Assumir com Bakhtin a ideologia necessária do signo lingüístico não implica em assumir uma concepção marxista de ideologia.

Segundo procurei argumentar no segundo capítulo, o próprio Bakhtin parece não se enquadrar em nenhuma vertente dogmática do marxismo, e é possível situar a ideologia do signo bakhtiniano acima de uma concepção estritamente marxista.

interlocutores reais, assim como de circunstâncias reais. No entanto, acho perfeitamente possível sua utilização para a realização da tarefa que aqui se propõe, desde que se levem em conta as reais circunstâncias de seu acontecimento, isto é, que se reconheça que os sujeitos desses inquéritos são "documentadores" com gravadores à mão, e "documentados", inqueridos, não raramente, através de questões tolas, que apenas mantenham os "documentados" falando, não importando muito o quê. É preciso considerar contudo que, repetidas vezes, essas circunstâncias artificiais são esquecidas e os "documentados" e "documentadores" logram atingir uma verdadeira interlocução. É o que parece acontecer, por exemplo, no inquérito SP D2 62.

A ideologia necessária do signo, para Bakhtin, transcende uma visão marxista corrente de ideologia, uma visão redutora, segundo a qual a ideologia deve ser entendida como um mascaramento necessário à dominação, que elimina as contradições entre a força de produção, as relações sociais e a consciência, resultantes da divisão capitalista do trabalho material e intelectual.

A ideologia necessária do signo bakhtiniano está na concepção dialética do valor do signo: o valor do signo é dado por critérios de avaliação ininterrupta, o que implica na descrença de uma verdade única, a priori, objetiva, independente de sujeitos e atos discursivos.

O fenômeno ideológico é por demais rico para ser reduzido a uma análise de classes sociais, ou a uma crítica marxista ao sistema capitalista. Assim, não se aceita aqui a redução do fenômeno ideológico à categoria filosófica da enganação, da ilusão ou do mascaramento da realidade social, como fazem Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*. A ideologia é muito mais do que o simples reflexo dos interesses de uma formação social dada, que levaria ao escamoteamento da realidade social, ou ao apagamento das contradições que são inerentes a essa realidade.

A ideologia não deve ser encarada como um desvio de percurso que inverte a realidade e mascara, em favor das idéias da classe dominante, a verdadeira ligação entre a estrutura social e política e a produção. Nem deve ser entendida no sentido que lhe confere Althusser (1970) de

funcionamento interventor (e repressor), através daquilo que o autor chama de aparelhos ideológicos de estado (AIE), a serviço da submissão da classe dominada às relações de exploração da classe dominante.

Uma vez rejeitada a redução da ideologia à especificidade de domínio de classe, por se entender aqui que a ideologia é um fenômeno *insuperável*, deve-se buscar a compreensão do fenômeno ideológico na relação entre o ser humano e a realidade, ou seja, na constituição simbólica da realidade, que é inexoravelmente uma interpretação.

Essa concepção da ideologia como sendo alguma coisa *insuperável*, necessária, também não se enquadra nos moldes estruturalistas da "ideologia em geral", que Althusser desenvolve na última parte de seu trabalho de 1970, pelas razões expostas a seguir.

A "ideologia em geral" de Althusser, a qual, segundo o autor se apreende da "abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta", consistindo na "fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia", é formulada através de três hipóteses:

Primeira hipótese:

"a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência".

A ideologia é, segundo essa primeira hipótese de Althusser, a maneira pela qual os homens vivem sua relação com

as condições reais de existência, e essa relação é necessariamente imaginária.

Na perspectiva que aqui se defende, a relação ideológica dos homens com sua existência não é fictícia, nem é imaginária, como pensa Althusser, mas é a única realidade possível.

Segunda hipótese:

"a ideologia tem uma existência porque existe sempre um aparelho na sua prática ou suas práticas".

Para Althusser, a ideologia somente se materializa na medida que sua existência é possível no interior de um "aparelho ideológico", material, concreto.

Na perspectiva que aqui se defende, a ideologia, essa relação que o homem tem com a realidade, se materializa ou se concretiza não através de um aparelho, mas através do signo, que é, em última instância, a única realidade para aqueles que interpretam sua existência.

É nesse sentido que é possível dizer que a ideologia é insuperável: a realidade se constitui inexoravelmente de uma interpretação.

Terceira hipótese:

"a ideologia interpela indivíduos como sujeitos".

Para Althusser, através do mecanismo ideológico de interpelação e (re)conhecimento) os indivíduos concretos são constituídos como sujeitos, os quais já são contudo "sempre já sujeitos".

Na visão da ideologia insuperável, que aqui se defende, os indivíduos não são interpelados de maneira a se identificarem com a posição que desde sempre lhes determina a ideologia. Não se trata nem de interpelação, nem de reconhecimento, mas, pelo contrário, de uma constituição efetiva de sujeitos pela ideologia. Em outras palavras: a ideologia tem a função de constituir os sujeitos e transformá-los, através da prática social, discursiva, dialógica.

A concepção do signo como necessariamente ideológico está em harmonia com a hipótese da referência discursiva: o signo não representa, nem substitui uma realidade a priori; o signo não é uma entidade ideologicamente neutra, com um sentido e uma referência unívocos e transparentes; o signo não é um instrumento técnico para designar objetos precisos e imutáveis, ou acontecimentos, também precisos e imutáveis. O signo está para interpretar e ser interpretado, para avaliar e ser avaliado ideologicamente. Isso equivale a dizer que se os discursos são constituídos de signos, e de fato o são, não utilizam os signos para designar as coisas. O que os discursos fazem através dos signos é muito mais do que isso.

O que estou afirmando é que, sendo a ideologia algo inerente ao signo, é através dessa relação sígnea, ideológica, que o homem constrói seus objetos de referência, ou a sua

realidade. Foucault nos diz de uma **vontade de verdade** (1971), apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucionais, que desenha planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis para uma determinada época. Uma vontade de verdade recorta o mundo de uma maneira que deseja impor como legítima. Nenhuma vontade de verdade, a de uma determinada época, por exemplo, tem o poder absoluto de dizer que outra vontade de verdade, a de uma outra época, por exemplo, é mais verdadeira ou menos verdadeira. Não existe uma vontade de verdade independente que possa julgar a primeira como fiel ou não a um modelo independente. Um modelo de realidade independente ou uma verdade independente da avaliação ideológica, são pura ficção. O modelo com o qual se julga ou através do qual se compara outro modelo também é ideológico, interpretativo.

Sendo o discurso a instância em que a ideologia se materializa, não é possível conceber qualquer discurso fora da ideologia. Não existe um discurso ideológico. Todo discurso é ideológico. Nem mesmo o contexto livra o signo da ideologia. Os contextos também não são unívocos e transparentes. Eles não existem numa forma independente da avaliação e da criação ideológica. São sempre atravessados de ideologia.

A ideologia opera no discurso através de dois eixos históricos. Num primeiro eixo, ela opera "antes de nós", através de outros discursos, dos discursos já construídos. A historicidade, nesse eixo do "antes de nós", não é só temporalidade, é também discursividade. Impossível pensar a

linguagem fora de tal relação com outros discursos. O discurso somente pode ser enunciado se relacionado a um conjunto de entidades da mesma natureza. A presença da ideologia nesse eixo histórico, interdiscursivo, não é transparente, pois mal a sentimos. Seu papel, nesse eixo, não é o de inovar, mas o de perpetuar uma interpretação, isto é, tentar impor uma interpretação como sendo "a realidade", "o mundo das coisas", a "verdade única", "universal", e, se possível, cristalizá-la. Esse é o eixo histórico do repetível, em que tudo é retomada, remissão.

Como nos mostra Foucault (1969), existe um eixo vertical de dependências entre os discursos: *"todas as posições de sujeito, todos os tipos de coexistência entre enunciados, todas as estratégias discursivas não são igualmente possíveis, mas somente as que são autorizadas pelos níveis anteriores"* (pág.80). Em outras palavras: o discurso não é livre dos discursos anteriores.

Essa função de resistir às modificações, de estreitar o caminho para novas interpretações se cruza com uma segunda função da ideologia, aquela que opera no eixo histórico do aqui e agora do acontecimento. Nesse segundo eixo histórico, a ideologia opera "diante de nós", e pode ter uma função modificadora, questionadora. É possível pensarmos sobre a ideologia, mesmo que seja para ratificar as interpretações antigas. É nesse segundo eixo que aquilo que era o repetível do primeiro eixo jamais se repete. No eixo histórico do acontecimento, toda remissão ou retomada é

inexoravelmente uma reformulação. É nele que construímos os acontecimentos discursivos, sempre novos, e que fazemos novas avaliações ideológicas.

3.2. O DOMÍNIO EPISTEMOLÓGICO

Depois de uma breve incursão nos domínios da Filosofia da Linguagem, no segundo capítulo, em busca da referência, e de referentes, para uma maior compreensão da significação dos demonstrativos, volto, neste capítulo, aos domínios da Lingüística, por entender que é a Análise do Discurso, uma disciplina da Lingüística, o campo privilegiado para a inscrição de um trabalho como este, que tem por objeto a referência dos demonstrativos no discurso.

Com Possenti (1988), concebo a Análise do Discurso como uma tarefa lingüística e defendo a possibilidade de uma análise do discurso não necessariamente comprometida com o materialismo histórico.

Suspeitando que o quadro epistemológico proposto por Pêcheux e Fuchs (1975) seja por demais comprometido com o materialismo histórico, Possenti (1988) propõe para uma teoria do discurso um quadro básico formado de dois elementos: uma teoria lingüística e uma teoria auxiliar, *"relativa ao campo "não lingüístico" mais pertinente para a análise de um determinado [tipo de] discurso"* (pág. 30). A teoria auxiliar, *"não-lingüística"*, é opcional, já que, segundo Possenti, certos discursos podem ser analisados exclusivamente por uma

teoria lingüística, desde que "tal teoria se formule de maneira a considerar os fatores da situação" (pág. 31). A teoria auxiliar somente deve ser invocada "quando os mecanismos lingüísticos e as condições usuais de utilização da linguagem não forem suficientes para explicar a ocorrência e a significação do enunciado por incluir conceitos ou relações explicáveis somente no âmbito de uma teoria auxiliar ou em sua articulação com a lingüística" (Possenti, 1988:31).

Ora, no caso da dispensa de uma "teoria auxiliar", "não-lingüística", o quadro epistemológico básico de uma teoria do discurso, na proposta de Possenti, se resume a apenas um elemento: uma teoria lingüística:

"Isto significa postular que certos discursos podem ser analisados exclusivamente por uma teoria lingüística, desde que, repito, tal teoria se formule de maneira a considerar fatores da situação. Por exemplo, para analisar um enunciado como "São dez horas" numa circunstância em que ele deve ser (e é uniformemente) convencionalmente interpretado como "vamos para o recreio", não se faz necessária qualquer teoria auxiliar, no sentido técnico, de vez que convenções que tais fazem parte da própria utilização da linguagem em qualquer circunstância. Invocar condições de emprego de enunciados como necessárias para sua interpretação não está no exterior da lingüística. Pressuposições, implicações, reações a atos de fala, etc., não demandam mais do que o estudo da própria língua em uso (embora não possam ser totalmente explicados pela sintaxe e pela semântica mesmas)." (Possenti, 1988:31)

A Análise do Discurso deve, pois, ser considerada, na perspectiva de Possenti, como um modo de usar a lingüística.

A análise do discurso, que alarga sobretudo as fronteiras traçadas pela Linguística Estrutural, é o lugar privilegiado para a investigação da relação que a linguagem (enquanto discurso) mantém com a realidade que ela mesma, de alguma maneira, no processo de significação, ajuda a constituir. Em outras palavras, a relação do discurso com seu objeto de referência, entendendo-se como **referência** não o olhar neutro da linguagem sobre uma realidade que desde sempre se coloca à espera desse olhar, um olhar "para fora", para as coisas já fatiadas, categorizadas, um olhar para uma verdade (única) que transcende a qualquer aqui e agora. Mas não se entendendo tampouco por referência um olhar "para dentro", isto é, a garantia absoluta através de uma linguagem perfeita, gramaticalmente correta, formada apenas por expressões que se constroem como nomes próprios, ou seja, por meio de sinais **previamente** introduzidos cuja finalidade seja designar objetos.

A Análise do Discurso Francesa (AD), movimento que Michel Pêcheux e um grupo de pesquisadores inauguraram na França, no final da década de 60, contém alguns elementos que permitem abordar, de forma mais adequada, a questão da referência discursiva ou da construção dos objetos discursivos, respondendo em parte àquilo que se busca neste trabalho. No entanto, não é toda a AD que contém os elementos que aqui se buscam. A posição teórica de Michel Pêcheux sofreu uma notável evolução, a ponto de a AD poder ser

caracterizada por três épocas²⁶. O interesse aqui é pela terceira época (AD-3), ou mais especificamente pelo momento atual, que propõe aos analistas de discurso reverem suas posições para conceberem o processo de uma AD, de modo que esse processo seja uma nova maneira de "ler" as materialidades escritas e orais, uma leitura "em espiral", que apreenda o encontro entre um espaço de interlocução, um espaço de memória e uma rede de entrecruzamentos, reuniões e dissociações de textos e seqüências orais.

Os conceitos de referência e referente não fazem parte do quadro teórico da AD. No entanto, os mais importantes conceitos da AD, que são o de pré-construído, de formação discursiva e de interdiscurso, e que representam, de uma certa forma, etapas importantes do pensamento de Pêcheux, emergem de uma reflexão que se fez no interior da AD a respeito da relação entre o discurso e um "exterior" a que o discurso se refere.

Segundo Maldidier (1990), a noção de pré-construído em Pêcheux (1975) constitui a reformulação da noção do pressuposto fregeano. O conceito emerge da leitura "materialista" que Pêcheux e Paul Henry fazem da obra de Frege e também das reflexões críticas ao trabalho de Ducrot. Para Paul Henry e Pêcheux, o pressuposto se situava no lugar em que o discurso se articulava sobre a língua (fora de uma interpretação logicista). Propõem, então, o termo "pré-

26. A respeito das diferentes épocas da AD, consultar Pêcheux (1983a).

construído", dado que o termo "pressuposto" tem conotações lógico-filosóficas. O termo aparece em Pêcheux no fim do artigo de *Langages* 24 e será desenvolvido em *La Vérité de La Palice*, em 1975, traduzido para o português como *Semântica e Discurso*, em 1988. A noção de pré-construído já havia sido contudo usada de forma embrionária por Ducrot²⁷, quando desenvolveu os conceitos de "pressuposição" e de "implicação".

O "pré-construído" na AD permite "pensar e pegar" o interdiscurso, que é, no dizer de Malidier, o conceito mais difícil e mais fundamental da construção teórica de Michel Pêcheux. O interdiscurso, como nos faz ver Malidier, não deve ser entendido nem como a designação banal dos discursos que existiram antes nem como a idéia de que seja qualquer coisa comum a todos os discursos. Ele é o "todo complexo ao dominante" das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas e "submetido à lei da igualdade-contradição-subordinação". Em outras palavras: o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas, em função das relações de dominação, subordinação e contradição. Todo discurso, para se constituir, tem que referir-se ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção.

O fundamento do interdiscurso está numa fórmula de Culioli, um dos mentores de M.Pêcheux: "o não dito precede e

27. Ducrot não pertence ao quadro da AD, mas a uma tendência da Linguística que AD classificou como a "linguística da fala" ou da "enunciação". Contudo a importância de Ducrot é fundamental para a AD, na medida que sempre se colocou como seu interlocutor à mão.

domina o dito". Essa precedência e dominação (a posse do interdiscurso) é contudo esquecida: o sujeito esquece que o sentido se forma num processo que lhe é exterior e pensa que ele mesmo é a fonte do sentido. O sentido se produz no nível do "fala-se" (ON), pela existência do interdiscurso.

O conceito de interdiscurso já está, de certa forma, inscrito no trabalho de 1969 de Pêcheux, *Análise Automática do Discurso*, na hipótese da relação do discurso como o "já dito" ou "já entendido". No entanto, é na AD-3 que a noção de interdiscurso começa a fazer diluir a própria noção de formação discursiva (FD), tão importante para as fases anteriores da AD, quando era concebida, à maneira de um bloco fechado, homogêneo, igual a si mesmo, como "aquilo que pode e deve ser dito numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição de classe no seio de uma conjuntura dada", ou ainda, como "o espaço de reformulação-paráfrase", "a matriz dos sentidos", onde se constitui a ilusão necessária de uma "intersubjetividade falante" e através do qual cada um já sabe de antemão o que o outro vai pensar e dizer.

Em suas últimas obras, mais especificamente a partir de *Remontons de Foucault a Spinoza* (1977), Pêcheux parece abandonar o conceito de formação discursiva que havia norteado seus trabalhos anteriores, como "aquilo que pode e deve ser dito". A partir de uma reflexão sobre a categoria contradição, desenvolvida em *Remontons*, a formação discursiva, tanto quanto a formação ideológica, não pode mais ser pensada como um bloco homogêneo, idêntico a si mesmo, mas deve ser

pensada como algo essencialmente heterogêneo. Trata-se da introdução do tema da heterogeneidade no quadro teórico da AD. O que antes se buscava através da categoria marxista da **contradição** passa a se inscrever no tema da **heterogeneidade**.

O tema da heterogeneidade vai ser desenvolvido principalmente a partir dos trabalhos de Authier (1981) e Authier-Revuz (1982, 1984), os quais evidenciam, com base nos escritos de Bakhtin e Lacan, as rupturas enunciativas do "fio do discurso". O discurso é colocado, então, sob o primado teórico do outro sobre o mesmo. O corpo sócio-histórico dos traços discursivos constituintes do espaço da memória é assimilado ao interdiscurso. As duas heterogeneidades, a **constitutiva** e a **mostrada**, permitem entrever o jogo do interdiscurso (o não dito constitutivo de todo discurso) no intradiscurso.

Em *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* (1983b), última obra de Pêcheux, o conceito de FD se reaproxima do conceito original de Foucault, em que a formação discursiva é entendida como lugar de **agitação** ou de **movimento**, entendida ainda como agrupamento provisório, sem recorte definido de enunciados.

Creio ser pertinente apontar agora, resumidamente, as razões que me levam a não aceitar as perspectivas teóricas das AD1 e 2.

A primeira razão é que, no contexto das duas primeiras ADs, as significações e, portanto a referência, são

socialmente determinadas, o que equivale a dizer, **pré-determinadas**. O discurso, nessa perspectiva, é uma máquina de repetição de significações.

A AD-1 concebe a interpretação das significações como determinada pelas relações de papéis sociais, num jogo de imagens, o qual, segundo Pêcheux (1969), sustenta toda a produção dos discursos. Todo processo discursivo supõe, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, sobre a qual se fundamenta a estratégia do discurso.

Partindo do esquema informacional de Jakobson (1963), Pêcheux mantém o **referente** (a que Jakobson chama de **contexto**, "verbal ou suscetível de ser verbalizado"), ao qual toda mensagem deve remeter para ser operante, deslocando, contudo, o referente para as condições de produção do discurso. Trata-se, segundo Pêcheux, "de um objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física" (pág. 83). O referente, no quadro de imagens concebido por Pêcheux, é suscetível de "dois pontos de vista": IA(R), o "ponto de vista de A (emissor) sobre R", e IB(R), "o ponto de vista de B (receptor) sobre R". O "ponto de vista", na perspectiva de Pêcheux, é de um produtor socializado, já que o sujeito fala sempre de um lugar social determinado.

É contudo na AD-2, mais especificamente em *Semântica e Discurso* (1975), que Pêcheux desenvolve a questão da referência, sob o determinação de dois elementos do interdiscurso, o "pré-construído" e a "articulação".

Como "pré-construído", o interdiscurso corresponde ao "sempre-já-lá" da interpelação ideológica que impõe a "realidade" e seu "sentido" sob a forma de "universalidade" ou o "mundo das coisas". Nesse sentido, o interdiscurso funciona como se fosse a realidade, ou um sistema de evidências, universal, verdadeiro, imanente, *a priori*.

Como "articulação", o interdiscurso põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído. A "articulação", que está em relação direta com o discurso transversal, e provém da sintagmatização do discurso transversal no eixo do *intradiscurso*, é o funcionamento do discurso com relação a si mesmo, ou seja, o conjunto dos fenômenos de *co-referência* que garantem aquilo que se pode chamar de "fio do discurso", enquanto discurso de um sujeito.

O interdiscurso, sob essa dupla forma, impõe o assujeitamento do sujeito ao mesmo tempo que dissimula esse assujeitamento. O sujeito *esquece a referência*, ou seja, a relação do seu discurso com o "todo complexo com dominante das formações discursivas", no interior das quais se constituem os sentidos. Sendo os traços do interdiscurso re-inscritos no discurso do próprio sujeito, através da articulação, esquece-se a *referência* em função da *co-referência*. O que parece ser *co-referência*, ou seja, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo, que garante o "fio do discurso", enquanto domínio de um sujeito, é, na verdade, *referência*, uma relação do discurso com a ideologia que o domina, através da FD que a

"representa" na linguagem. Relação acobertada, contudo, por esse duplo funcionamento do interdiscurso.

A segunda razão que me faz não aceitar o posicionamento teórico das duas primeiras ADs, é seu flagrante estruturalismo, que acaba por fazer de sua "Ciência da História" uma ciência, antes de tudo, a-histórica.

Constatando, como os sociolinguistas, que a oposição língua/fala não poderia se incumbir da problemática do discurso, Pêcheux procurou resolver o problema. Contudo não o fez pela diluição da oposição, mas por meio de uma reflexão sobre o pólo menos desenvolvido da oposição saussuriana: a *parole*. Pêcheux manteve a *langue*, tal como Saussure a concebeu, e elevou a *parole* ao status de discurso, concebido, agora, como uma estrutura, isto é, como um sistema estável de formas normativamente idênticas. Essa posição começa a se evidenciar já em *Analyse automatique du discours* (1969), na proposta de que o discurso tenha um funcionamento compatível com o da língua.

Os discursos e também a ideologia são concebidos, então, na AD-1 e AD-2 como sistemas formais de nível mais alto do que o sistema lingüístico concebido por Saussure. Esses sistemas permitem traçar os padrões ideológicos que definem o lugar em que os indivíduos se reconhecem ou se identificam como sujeitos, assim como determinam aquilo que pode e deve ser dito pelo sujeito (segundo a tese da interpelação de Althusser).

Nesse quadro estruturalista das duas primeiras épocas, os discursos, considerados socialmente (historicamente) determinados, são concebidos como formas de reprodução ideológica. As ideologias são entendidas como Althusser as concebeu, isto é, como sistemas de representação que identificam os sujeitos individuais e os constituem como sujeitos sociais.

Ora, desejo argumentar, esse compromisso com o estruturalismo não permite apreender o discurso enquanto acontecimento local, histórico (histórico naquilo que Bakhtin chama de "escala microscópica"), nem permite a constituição de sujeitos concretos, agindo. Esse compromisso permite apreender, outrossim, o discurso, enquanto objeto teórico, um modelo abstrato de discurso, e concebe os sujeitos como funções possíveis no discurso, inteiramente previstos, "idealmente" assujeitados.

O compromisso com o estruturalismo althusseriano fez, assim, com que AD caísse nas malhas dos padrões globais de um condicionamento ideológico. O modelo de condições de produção do discurso, que tinha por objetivo fixar as coordenadas teóricas que permitissem analisar os discursos como eventos históricos, através dos quais os sujeitos são socialmente constituídos, acabou tornando-se genérico e formalista demais, além de simplista: as formações econômicas produzem as formações sociais, as quais produzem as formações ideológicas, que, por sua vez, produzem as formações discursivas. Simplificando-se o esquema: as ideologias

produzem os discursos. O sujeito, constituído ideologicamente pelo discurso, é inconscientemente compelido a ocupar o seu lugar na conjuntura social, lugar de onde pode falar o que deve falar.

Confome suspeita Borutti (1984) (ao buscar um modelo alternativo de Pragmática, que supere o ideal burquês de um sujeito autônomo, e que supere a idealização, a sistematização, o formalismo e a globalização a que a Pragmática tem estado sujeita na busca do entendimento do que há de universal da comunicação lingüística), até mesmo um modelo de condições de produção, como o de Pêcheux, pode tornar-se genérico e simplista demais, um modelo determinista e idealista: os sujeitos pertencem aos sistemas de significações, que escondem suas reais condições.

Robinson (1986) vai, entretanto, muito mais longe. Criticando o posicionamento de Borutti quanto à necessidade de fixação de coordenadas teóricas para analisar os discursos como eventos históricos, através dos quais os sujeitos sociais são constituídos, nos alerta para a facilidade com que trocamos uma "discursividade ideal" por outra, mesmo quando estamos cientes desse perigo (que é o caso de Borutti, que tão apropriadamente critica o modelo de Pêcheux). Há de se ver que, conforme argumenta Robinson, não há diferença substancial entre "um sistema de significações para sujeitos", defendido por Borutti, com base em Althusser, e uma "estrutura ideal", que constrói sujeitos ideais, com uma competência comunicativa, inteiramente previstos, mas sem qualquer

interação comunicativa, que Borutti tanto critica na Pragmática.

O que faz de um discurso um acontecimento sócio-histórico? Como explorar o discurso enquanto um acontecimento histórico sem globalizar, sem formalizar, sem cair nos domínios de uma "estrutura ideal"?

O caminho não será certamente o do estruturalismo althusseriano.

A terceira razão, que me faz não aceitar os quadros teóricos das duas primeiras AD, é a concepção de ideologia. Em suas duas primeiras épocas, a AD compartilha da aceção de ideologia como "enganação", "falsa consciência", a qual coloca a ciência no exterior do ideológico. Veja-se que em *Semântica e Discurso* (1975), uma das mais importantes obras da AD-2, ideologia significa, para Pêcheux, "mascaramento da verdade", ou mascaramento da existência das disciplinas verdadeiramente científicas. Esse mascaramento é promovido, segundo Pêcheux, pelo idealismo (em suas duas expressões: o "racionalismo metafísico" e o "empirismo lógico") que impossibilita enxergar que o homem, como parte da natureza, entra em relação com a natureza e suas leis, e impossibilita enxergar ainda que as forças produtivas e as relações de produção determinam a história das sociedades humanas, através da luta de classes que lhes corresponde.

Nessa obra, guiado por essa crença na neutralidade ideológica da ciência, Pêcheux acusa tanto o "racionalismo metafísico" como o "empirismo lógico" de serem os dois núcleos

filosóficos mais fortes do idealismo, que têm orientado a Filosofia da Linguagem. Sua acusação mais severa é a de que tanto uma quanto outra orientação filosófica acabaram por anular a separação entre dois espaços heterogêneos, que não deveriam ser confundidos: a teoria do conhecimento e a retórica. Defende, paralelamente à existência da "disciplinas de interpretação" ou retóricas, a existência das "disciplinas cientificamente constituídas", e a existência da "Ciência da História", não ideológica:

"Podemos resumir nossa investigação pela seguinte constatação: as teorias empiristas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, em proveito de uma teoria universal das idéias, quer tome ela a forma realista de uma rede universal e, a priori, de noções, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos." (Pêcheux, 1975:72)

Segundo Pêcheux, o "realismo metafísico", cujos alicerces se encontram na lógica de Port-Royal e em Leibniz, e cuja versão mais moderna se encontra em Husserl, teve o "privilégio" de anular a separação entre a Retórica e a Teoria do Conhecimento através da subordinação do contingente ao necessário, isto é, ao mostrar a possibilidade (falsa, segundo Pêcheux) de tratar todos os seres, os da moral, os da religião, os da política, etc., como análogos lógico-matemáticos. O empirismo lógico, por sua vez, que abrange, segundo Pêcheux, toda a constelação filosófica dos temas do

empirismo inglês do século XVIII, até o empirismo de hoje, dominado pelo criticismo kantiano, conseguiu a "façanha" de subordinar a Teoria do Conhecimento à Retórica ao pregar que o fim acessível a toda ciência é a convicção científica (portanto, uma não-verdade) e não a certeza objetiva.

"História" em *Semântica e Discurso* deve ser entendida em duas acepções: a) da forma como Althusser a concebeu, ou seja, como um imenso sistema "natural humano" em movimento, cujo motor é a luta de classes; a história da luta de classes deve ser entendida como a reprodução das relações de classes, com os caracteres infra-estruturais (econômicos) e superestruturais (jurídicos, políticos e ideológicos) que lhes correspondem; b) como uma ciência que permite começar a "dominar a história". Em outras palavras, a produção histórica de um conhecimento científico dado deve ser pensada como o efeito de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica.

Pode parecer que aqui vai um certo exagero, mas a AD, pelo menos nas suas primeiras épocas, se outorga uma missão salvacionista, a de desmascarar o jogo dos efeitos ideológicos dos discursos, na medida que pretende mostrar que o sentido é de fato determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras e expressões são produzidas (o que equivale a dizer, reproduzidas). Considerando-se, assim, um campo do saber cuja missão é o desmascaramento do jogo ideológico dos

discursos, reserva-se o privilégio de ser ela mesma um campo não-ideológico, embora também constituído de discurso.

Somente nos seus últimos trabalhos, "Sur la (dé)construction des théories linguistiques" (1982) e sobretudo em *Discurso, Estrutura ou Acontecimento* (1983b), o pensamento de Pêcheux passa a ser dialético, já que Pêcheux admite, então, que a ciência da história é uma ciência/disciplina de interpretação e, por isso mesmo, histórica. Já então desconfia que nem Marx, nem o Marxismo, puderam liberar o "real histórico" de interpretações divergentes ou contraditórias, para ser constituído em processo:

"A questão que coloco aqui é a de saber se Marx pode, ou não ser considerado como o Galileu do "continente história". Há um impossível específico à história, marcando estruturalmente o que constituiria o real? Há uma relação regulada entre a formulação de conceitos e a montagem de instrumentos suscetíveis de aprisionarem esse real? E podemos discernir, com o advento do pensamento de Marx, uma descontinuidade tal que o real deixasse de ser objeto de interpretações divergentes, ou contraditórias, para ser constituído, por sua vez, em processo (por exemplo, "em processo sem sujeito nem fim(ns), segundo a célebre fórmula de L. Althusser)?" (Pêcheux, 1983b:38-39)

É justamente a desilusão com a promessa de "uma ciência régia marxista", cuja pretensão era a de produzir as "leis dialéticas" da história e da matéria, que faz Pêcheux reconhecer que a História é uma disciplina de interpretação:

"Vamos parar de proteger Marx e de nos proteger nele. Vamos parar de supor que "as coisas-a-saber" que concernem o real sócio-histórico formam um sistema estrutural, análogo à coerência conceptual-experimental galileana. E procuremos medir o que este fantasma sistêmico implica, o tipo de ligação face aos "especialistas" de todas as espécies e instituições e aparelhos de Estado que os empregam, não para se colocar a si mesmo fora do jogo ou fora do Estado (!), mas para tentar pensar os problemas fora da negação marxista da interpretação: isto é, encarando o fato de que a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo." (Pêcheux, 1983b:42).

Nessa obra de 1983, Pêcheux reconhece finalmente que a estrutura, funcionando como "um transcendental histórico", "grade de leitura ou memória antecipadora do discurso", corre o risco de absorver o acontecimento. A AD (em suas duas primeiras épocas), confessa então Pêcheux, apagou o acontecimento discursivo, em função da sistematicidade dos corpora discursivos:

"A noção de "formação discursiva" emprestada a Foucault pela análise do discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre- interpretação antecipadora." (Pêcheux, 1983b:56).

O discurso não deve ser concebido, a partir de agora, nem como estrutura, nem como puro acontecimento, ou seja, nem como um dado de uma série, nem como um "aerolito miraculoso", independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe:

"...só por sua existência, todo discurso marca uma possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos (redes de memória e trajetos sociais): todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (...)." (Pêcheux, 1983b:56)

Feitas essas considerações, apresento, a seguir, resumidamente, os elementos da AD-3 pertinentes para a questão da referência discursiva, e também aqueles que me parecem úteis para corrigir as noções "ideais" de discurso e de sujeito:

1. a recusa de toda a suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso²⁸;
2. a recusa de considerar o discurso enquanto texto, isto é, enquanto um objeto isolado, uma seqüência lingüística fechada em si mesma²⁹;
3. a recusa de considerar o discurso como um bloco homogêneo, compacto, em oposição a outro - o discurso, na perspectiva da AD-3, deve ser considerado uma realidade heterogênea em si mesma;
4. a afirmação do primado teórico do outro sobre o mesmo, que dilui a noção anterior de maquinaria discursiva

28. Essa recusa caracteriza as três épocas da AD, embora só na terceira essa recusa se oriente para o fenômeno da heterogeneidade discursiva.

29. Também essa recusa caracteriza as três AD.

estrutural - a descoberta dos trabalhos de Bakhtin faz do "dialogismo", da relação com o outro, o fundamento de toda discursividade, com a conseqüente recusa de considerar a constituição do sujeito independente desse dialogismo generalizado;

5. a dupla direção da dialogização do discurso: numa primeira direção, ela é voltada para os "outros discursos"; numa segunda direção, a dialogização do discurso é voltada para o outro da interlocução, ou o interlocutor;

6. a valorização do discurso enquanto acontecimento - o desenvolvimento de pesquisas sobre os encadeamentos intradiscursivos permite a abordagem do estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos;

7. a possibilidade de tratamento da enunciação sob duas categorias: a da **contradição**, designada de forma mais descritiva de **heterogeneidade**, e a do **acontecimento**, enquanto uma seqüência discursiva única e não repetível;

8. o "novo" conceito de formação discursiva (FD), com um trabalho no interior do interdiscurso - o conceito de FD aproxima-se cada vez mais do conceito original de Foucault (1969); e mais do que esse "novo" conceito de FD, a possibilidade de colocar em causa a própria noção de formação discursiva em prol da noção de heterogeneidade enunciativa, constitutiva de todo discurso;

9. A desestabilização das garantias sócio-históricas que se supunham assegurar a priori a pertinência teórica;

10. A compreensão do fenômeno ideológico e da história à luz do fenômeno discursivo.

A AD teve o mérito de deslocar a questão da referência para o lugar da relação inter-discursiva, ou seja, o lugar através do qual o discurso se relaciona com outro discurso (ou com todos os discursos possíveis). Teve ainda o mérito de tentar superar a oposição estrutura/acontecimento. Sob essa perspectiva, o discurso não é nem o lugar do já-dito, que se impõe ao indivíduo como norma peremptória, o lugar do reiterável como parte do sistema, independente de todo ato de criação individual, de toda intenção ou desígnio, como também não é um acontecimento puro, o totalmente novo, independente de construções anteriores, e totalmente originado do sujeito.

Como resolver a questão da oposição entre o que é sistemático e o que não é? O próprio Foucault (1969) rende-se a algumas sistematicidades. Não admitindo sistematicidade para a **enunciação**, que deve ser entendida como o lugar do acontecimento único, do não reiterável, Foucault faz sua rendição à sistematização na concepção de **enunciado**, como o lugar do regularidade, da materialidade repetível. Foucault (1966) ainda rende-se à sistematicidade nas suas **epistemes**, concebidas como unidades homogêneas (como explicar as súbitas mudanças de uma episteme à outra?).

A questão da oposição saussuriana língua/discurso tem sido fortemente questionada no interior da AD. Condenando denominações como "interior da língua", "exterior da língua",

"lingüística central", "lingüística periférica", Maingueneau (1990) argumenta que a oposição língua/discurso é irreduzível. A lingüística, devido ao seu campo heterogêneo, está submetida a diferentes tipos de abordagens, "mais gramaticais" e "menos gramaticais".

Geraldi (1991) propõe, no lugar da oposição entre o que é sistemático e o que não é sistemático, a compreensão dos fenômenos lingüísticos e discursivos através da idéia de um trabalho processual, ininterrupto, a que chama de **sistematização aberta**:

"O trabalho lingüístico, ininterrupto, está sempre a produzir "uma sistematização aberta", conseqüência do equilíbrio entre duas exigências opostas: uma tendência à diferenciação, observável a cada uso da expressão, e uma tendência à repetição, pelo retorno das mesmas expressões com os mesmos significados presentes em situações anteriores."
(Geraldi, 1991:12)

A proposta de Geraldi está em consonância com as idéias de Bakhtin, segundo as quais o sistema lingüístico não está em equilíbrio em lugar algum. No entanto acho que o termo "sistematização" ainda é "forte" demais. Desejo argumentar que esse trabalho ininterrupto, acusando uma tendência à repetição, sem contudo jamais repetir-se, sempre a produzir uma diferenciação, uma realização única, não é uma **sistematização**, ainda que "aberta". Uma sistematização pressupõe um processo sem sujeitos.

Para Geraldi, no entanto, o trabalho lingüístico ininterrupto é mediado por sujeitos. Dizer, para Geraldi,

implica em compromisso. O locutor, que assina o seu discurso, compromete-se com ele, mesmo que seu dizer seja uma reprodução, o repetir dos já-ditos. Toda repetição ou reprodução de uma "verdade", ou de um ponto de vista, implica de fato em um deslocamento dessa "verdade", desse ponto de vista, porque passa a ser uma "verdade" ou um ponto de vista dito por outro locutor, em outro lugar, em outro momento histórico.

Dito de outro modo: apesar da relação necessária do discurso com os elementos do interdiscurso que permitem ao locutor enunciar, ou com "as redes de memória" e "trajetos sociais" em que o discurso irrompe, todo discurso é um acontecimento pelo qual se responsabiliza seu locutor, na medida que assinala um trabalho de deslocamento do espaço de que irrompe.

Geraldi vê dois sentidos diferentes no compromisso da articulação individual da palavra do locutor, através da fórmula de compromisso "eu digo que...", implícita ou explícita de toda enunciação: um sentido relativamente aos sujeitos que estão sendo interrogados pela doutrina (formação discursiva em que se insere), e um sentido relativamente às diferentes articulações responsáveis pela produção de novos discursos (ainda que com expressões velhas), que se somam aos sentidos anteriores, reafirmando-os ou deslocando-os no momento presente, isto é, no aqui e agora da enunciação.

Como deve ser entendida hoje a Análise do Discurso dentro dessa nova posição?

Como afirmou o próprio Pecheux (1983b:18), "as pesquisas atuais tendem, antes de tudo, a produzir questões, mais do que a fazer valer a qualidade suposta das "respostas". Cabe, então, aos analistas de discurso retirar dessa nova posição as conseqüências para a disciplina Análise do Discurso, o que significa rever noções como já dito e sua relação com o dizer, noções de lugar e de ocupação de lugar, as noções de sujeito como interpelado por e interpelante da ideologia, a noção de interdiscurso enquanto se considera o discurso como acontecimento. E lingüisticamente rever noções, como paráfrase, repetibilidade, sentido, efeitos de sentido, referência etc.

3.3. DIZER E COMPROMISSO

Como Geraldi, defendo que dizer implica em compromisso, e que o locutor que assina seu discurso não tem como não comprometer-se com ele.

O ex-presidente brasileiro Fernando Collor de Mello, no dia 03 de abril de 1991, comprometeu sua imagem de homem público e estadista, ao afirmar publicamente, repetindo as palavras de seu pai, que nasceu com "aquilo roxo".

Os efeitos do seu discurso, os quais podem ser resumidos como perplexidade, indignação, espanto, admiração, hilaridade etc., efeitos em quase todo o país, dificilmente

serão esquecidos pelos brasileiros que, de alguma maneira, participaram do episódio.

A expressão "saco roxo", maquiada no discurso do Presidente como "aquilo roxo", é uma expressão de domínio popular, utilizada sobretudo nos discursos machistas. O termo "saco" é empregado nos discursos coloquiais para designar a bolsa que envolve os testículos. O "roxo", na expressão, é uma alusão à cor que costuma caracterizar essa membrana em algumas crianças recém-nascidas, obviamente do sexo masculino. Quando um menino nasce com a membrana arroxeadada, a família, ou mais apropriadamente o pai do recém-nascido, festeja o "saco roxo" da criança como sendo uma promessa infalível de virilidade.

A cor roxa nem sempre se liga a "virilidade". No discurso da astrologia ou da espiritualidade, por exemplo, roxo é paz de espírito e força, "libertação dos medos, da ignorância, dos apegos, dos sofrimentos". É a cor dos paramentos de religiosos, mas também é considerado uma cor fúnebre, associada a defuntos. O roxo foi a cor marcante, no início dos anos 70, dos movimentos feministas e gays nos Estados Unidos. Na arte e na moda, usar o roxo implica em alguma audácia, ousadia. A cor foi ainda muito difundida na "art nouveau" (entre o final do século passado e o início deste).

"Aquilo" é empregado no discurso do Presidente fora de sua função dêitica ou anafórica de demonstrativo. Também não equivale ao "x" de uma incógnita, isto é, a um vazio

referencial a ser preenchido, porque o termo "roxo" remete, numa visão discursiva, de memória, imediatamente a "saco", com o qual nos discursos machistas populares forma o sintagma "saco roxo". "Aquilo", no discurso do Presidente, parece ter sido empregado para atenuar o efeito de vulgaridade que o uso de "saco" poderia conferir ao discurso.

O que de tão singular houve para que o uso da expressão "aquilo roxo" no discurso do Presidente provocasse efeitos até certo ponto inesperados e incontroláveis, a ponto de durante semanas o acontecido se tornar o tópico principal da imprensa falada e escrita do país? O que de tão espetacular provocou o uso, a partir de então, de "saco", "aquilo" e "roxo", em artigos de jornais, crônicas, piadas (sem contar os papos de trabalho, de botequim), com referência ao governo, ao seu Presidente e à situação geral do país e seus habitantes?

É possível, através de "saco roxo", "aquilo roxo", "aquilo", "saco", "roxo", e outras expressões cunhadas a partir das três últimas, como "puxa-aquilo", "aquilo-cheio", etc., acompanhar alguns dos traçados do interdiscurso que se estabeleceu no país a partir de então.

Dentre muitos dos trabalhos publicados pela imprensa que "interdiscursam" com "aquilo roxo", merece ser destacada a crônica de Josias de Souza, que aparece, na *Folha de São Paulo*, cinco dias depois do discurso do Presidente.

"Aquilo" cheio

Josias de Souza

BRASÍLIA - Daria um ótimo personagem de desenho animado. Seria um grande nome para um herói brasileiro de história em quadrinhos: o homem que tem "aquilo roxo". Capaz de peitar manifestante em comício; paladino dos fracos na luta contra a elite poderosa; não teme desempregado armado de faca ao pé da rampa; amante dos esportes perigosos; não dá tréguas à máfia da Previdência.

Não faltaria ao cotidiano do herói nacional sequer o grande vilão, indispensável em toda boa aventura. A inflação estaria para o "aquilo roxo" como o Coringa está para o Batman. Seria a criptonita do nosso super-herói tupiniquim.

Teríamos que promover algumas adaptações, é verdade. Precisaríamos providenciar armas novas para nosso herói. Do contrário, de congelamento em congelamento, a história acabaria ficando monótona. No essencial, o enredo seria, porém, mantido. Quando se imaginasse que o vilão poderia ter sido liquidado, a inflação ressurgiria das cinzas.

Como todo herói, o homem que tem "aquilo roxo" seria nas horas vagas uma pessoa normal, um pacato presidente da República. Nos momentos de dificuldade, ocorreria a transmutação. Corpo crispado, a parte roxa reluzindo (não "aquilo", evidentemente, mas um enorme "R" roxeado, estampado no peito), nosso herói estaria pronto para enfrentar qualquer inimigo.

No papel de presidente, "aquilo roxo" se chamaria Collor. A exemplo de Clark Kent, seria um tanto, digamos, atrapalhado. Deixaria de cumprir promessas feitas durante a campanha; nomearia ministros incompetentes; estudaria o financiamento da dívida de usineiros inadimplentes... Ninguém suspeitaria que "aquilo roxo" e Collor são a mesma pessoa.

O diabo é que, no Brasil, a realidade insiste em imitar a ficção, pondo fim à graça de toda a história. Entre nós, presidente e herói se confundem num roteiro que mistura drama e pastelão. Com todo o cuidado, preservando a elegância verbal de Collor, é preciso registrar que o brasileiro está ficando com "aquilo" cheio.

(Folha de São Paulo, 08/04/91)

A crônica acima, assinada por Josias de Sousa, e pela qual seu autor obviamente se compromete, incorpora de fato muitas outras vozes anônimas, as vozes dos brasileiros que, contrários à política e à pessoa do Presidente, associada à figura de um suposto super-herói tupiniquim, machista e exibicionista, entenderam que houve uma inadequação no uso da expressão "aquilo roxo". Expressão "pesada", deselegante, vulgar, para um discurso presidencial. Nosso líder, em mais um de seus arroubos populistas, ou em sua histeria machista de exibição de virilidade, teria utilizado uma retórica vulgar e medíocre!

A deselegância na retórica do ocupante do poder federal vem obscurecer a imagem de elegância fabricada para a corrida presidencial. Quando Fernando Collor de Mello assumiu o cargo, um ano antes, em 1990, Paulo Francis, jornalista brasileiro, domiciliado em Nova York, exclamou: "Ele é bonito, alto, loiro". No momento, o articulista, em cuja voz se desdobrava a voz de milhares de brasileiros, comparava o novo príncipe eleito com Luís Inácio da Silva, o Lula, candidato derrotado, considerado pela mídia um homem feio, moreno, baixo, gorducho, deselegante, sem contar que "não sabia falar direito" e que, antes de ser político, tinha sido pobre e operário.

O discurso de Josias de Souza, além de "interdiscursar" com o discurso do Presidente, somente faz sentido para um conjunto específico de leitores, ou seja, os leitores de desenhos animados ou de revistas em quadrinhos. É

no interdiscurso dessa "literatura" que Josias de Souza vai buscar os elementos de seu discurso: 1. o herói (Batman, Superman, "aquilo roxo"), "imortal", "paladino dos fracos e dos oprimidos", "amante dos esportes perigosos" etc.; 2. o vilão (Coringa, criptonita, a inflação brasileira), que como fênix renascida reaparece sempre no capítulo ou na história seguinte; 3. o disfarce (Batman é o milionário Bruce Whine nas horas de folga, Superman é Clark Kent, "aquilo roxo" é Collor) através do qual o herói competente se disfarça em cidadão incompetente, com a respectiva troca de nomes; 4. a roupa de herói (o uniforme do Batman, do Superman, do "aquilo roxo") que provoca a transmutação do cidadão incompetente em super-herói; 5. a marca da roupa (o morcego na roupa do Batman, o S na roupa do Superman, o enorme "R" roxeado no peito de "aquilo roxo"); 6. as atrapalhadas do herói quando disfarçado de cidadão comum: o não cumprimento de promessas, a nomeação de ministros incompetentes, o financiamento das dívidas dos usineiros inadimplentes... Obviamente faltaram outros elementos que o locutor não deve ter mencionado por absoluta falta de espaço, como, por exemplo, a namorada (A Mulher Gato do Batman, a Mirian Lane do Superman e a Rosane do "aquilo roxo").

O discurso do Presidente, por sua vez, incorpora outras tantas vozes anônimas, as vozes daqueles que medem o caráter, a força e a coragem do homem pela virilidade. Do interior de um discurso machista popular foi possível ao Presidente enunciar, foi possível dizer que nasceu com

"aquilo" roxo (na verdade, primeiro disse que o pai disse, tendo afirmado que "nasceu mesmo" em seguida). Isso equivale a dizer que o discurso de Juazeiro do Norte, no qual o Presidente ergueu sua potência sexual, constatada desde o berço pela figura paterna, se dirige a um público simpático ao machismo, ou, pelo menos, que o Presidente pressupunha simpático.

Entre essas vozes uma delas deixa o anonimato e interdiscalça na multidão. Depois de ver o presidente Collor em Juazeiro do Norte (CE), o vigia João Ferreira da Silva, em reportagem à imprensa, o comparou a seu pai Lampeão, o herói do cangaço: "Até hoje, homem de coragem como meu pai só teve um, é Collor de Mello, é macho mesmo".

O compromisso daquele que rubrica o discurso é um compromisso de interlocução: dizer o que se diz para quem se diz. O Presidente Collor de Mello poderia ter dito o que disse, sem causar tanta indignação e perplexidade, se tivesse dito o que disse apenas para os os "cabras machos de Juazeiro" ou aos "cabras machos do Ceará", "aos filhos de Lampeão", isto é, para aqueles que o Presidente pressupunha acreditarem que o poder se mede pela força, que quanto mais forte for o governante, quanto mais viril ele for, mais capacidade terá de exercer o poder. Ou talvez ainda, o Presidente poderia ter dito o que disse, sem causar tanta polêmica, se os interlocutores do "aquilo roxo" se resumissem nos inimigos presentes aos quais desejava atacar, isto é, os adversários

políticos presentes, toscos e vulgares, aos quais só poderia atingir com expressões que eles pudessem entender, toscas e vulgares.

Apesar de Collor de Mello ter sido repetidas vezes elogiado (e atacado) pela imprensa por sua capacidade inigualável de saber ajustar suas palavras aos seus interlocutores, neste discurso de Juazeiro do Norte, o Presidente cometeu um erro de interlocução. Os interlocutores do seu discurso não se resumiam aos "cabras machos de Juazeiro", aos "filhos de Lampeão", vozes anônimas do "aquilo roxo", que gostariam de ver um estadista-herói identificar-se com eles, portando-lhes a voz; tampouco seus interlocutores se resumiam aos seus adversários políticos presentes. A nação inteira era seu interlocutor. Vozes provindas de muitos lugares diferentes, entrecruzadas. Vozes que iriam aplaudir...vozes que iriam questionar a idéia de poder reduzido à força bruta ou mesmo à macheza. Daí a confusão.

Como nos faz ver Foucault (1971), o sujeito não é livre para dizer o que quer, onde quer, para quem quer. Existem procedimentos, internos e externos, de controle e delimitação do discurso, procedimentos que oferecem o objeto de que se pode falar, onde falar, como falar e para quem falar. Não se pode violar a ordem do discurso sem conseqüências.

Mesmo que considerássemos o orador do "aquilo roxo" um mentiroso, que diz a cada platéia o que esta deseja ouvir,

um artista encenando num palco, algo subsiste de seu discurso. E não há como fugir a essa responsabilidade.

3.4. DISCURSO E REFERÊNCIA

Discurso, neste trabalho, é concebido como um fenômeno observável, um objeto empírico, constituído de uma seqüência linear de enunciados. É um acontecimento histórico.

É histórico em dois sentidos: num primeiro sentido porque é dependente do jogo de influências sociais que o condiciona e de outros discursos com os quais dialoga; num segundo sentido, pela sua singularidade situada e datada de acontecimento único, irrepetível, dependente da noção de ato, e de um conceito de enunciação que encerra em si a noção de sujeito responsável.

Não se trata de um ato de apropriação da língua, como preconizava Benveniste. Trata-se de um ato de linguagem daquele que fala, para quem fala, no momento e no lugar em que fala.

Não se pode separar o fato de um discurso aparecer em um determinado momento, em um determinado lugar, do ato que causou esse aparecimento. No discurso não se pode separar o processo e o produto. Dicotomias como o "a enunciação de um enunciado" e o "texto de um enunciação", fora de propósitos muito específicos de análise, são totalmente infundadas. Segundo a lição de Austin (1962), já apresentada no segundo

capítulo, a linguagem antes de ser constatativa ou cognitiva é performativa. Daí o abandono que Austin faz da oposição constatativo/performativo em favor dos atos de linguagem.

Conforme a posição aqui defendida, o discurso também não é um acontecimento enquanto uma materialização ou pontualização de um tipo de discurso. Não se trata de dizer que um discurso de tal tipo irrompe em acontecimentos. Temos de partir dos acontecimentos se quisermos traçar hipóteses sobre um tipo de discurso, e não fazer o caminho contrário, de um tipo de discurso para as suas possíveis materializações ou pontualizações. O discurso enquanto tipo é uma ficção e serve apenas para certos fins teóricos de análise.

O discurso, enquanto acontecimento, é o lugar da constituição da referência.

A referência nunca é o ponto de vista de um sujeito sobre o mundo, porque todo sujeito, consciente ou inconscientemente, está vinculado a uma formação discursiva, da qual faz parte e com a qual se compromete em sua enunciação; a referência tampouco é um processo sem sujeito, através do qual os discursos se repetem mecanicamente, porque a referência somente se instaura quando um locutor assume o discurso como sendo seu, comprometendo-se, portanto, com sua enunciação.

Não se defende aqui a diluição absoluta das FDs, em função de uma interdiscursividade generalizada. A noção de FD serve para controlar, em pontos nevrálgicos, a polissemia aberta pelo interdiscurso.

Como Foucault (1969), proponho manter esses agrupamentos, que constituem as FDs, mas para colocá-los sob suspeita permanente, já que constituem recortes instáveis, provisórios, que servem aos propósitos do analista.

Esses recortes não chegam a constituir um sistema, pois perdem sua "evidência" toda vez que questionamos sua validade. Os recortes são sempre interpretativos.

Nessa perspectiva, não existe um domínio da memória, ideológico, como um domínio de **referentes discursivos**, ou como o domínio de uma estabilidade referencial, que imporá aquilo que o sujeito pode e deve falar, como também não existe uma liberdade absoluta, na constituição dos referentes do discurso.

Os "pré-construídos" ideológicos irrompem no intradiscurso como se fossem os objetos de referência do discurso. Remetendo a uma construção anterior e exterior, independente, por oposição àquilo que é construído pelo acontecimento discursivo, esses "pré-construídos" não são contudo os objetos de referência do discurso. Os "pré-construídos", ou pressupostos discursivos, são apenas os "antecedentes" que servem de ponto de partida para a construção da referência pelo discurso, processo pelo qual se faz uma reavaliação desses "antecedentes".

O domínio do pré-construído, conforme já afirmei, está a serviço da função que a ideologia tem de barrar as modificações, de estreitar o caminho para novas interpretações, através da tentativa de imposição de uma

interpretação como sendo "a realidade", "a verdade" ou "o mundo das coisas": como sendo "aquilo que todo mundo sabe", "que é por demais óbvio para ser questionado", "o que cada um pode ver com os próprios olhos" etc.

O domínio do acontecimento está a serviço da segunda função da ideologia, que é sua função modificadora, questionadora, pela qual os pressupostos ideológicos do domínio do pré-construído são retomados para uma avaliação também ideológica.

A "ideologia antes de nós", que procura perpetuar os objetos e as verdades, apresentar os "antecedentes" como se fossem os "referentes" do discurso, é questionada pela "ideologia diante de nós". Através desse questionamento dá-se a constituição dos referentes de cada acontecimento discursivo.

3.5. HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA, DEMONSTRATIVOS E O FIO DO DISCURSO

Uma das questões que levantei no primeiro capítulo é que a anáfora não é simplesmente um mecanismo sintático-semântico. Suspeitava já no início deste trabalho que existe um nível pragmático-discursivo de interpretação que preside à constituição da referência, mesmo quando anáfora é um dos principais mecanismos da construção da referência pelo discurso.

Com respeito ao trabalho de Berrendonner (1983), disse que, fugindo à tradição de reservar o emprego anafórico aos tradicionais pronomes, tradição que remonta a Apolônio Díscolo (século II d.C.) na Grécia, muitos autores têm acusado o funcionamento da anáfora em outras partes do discurso, argumentando que o funcionamento anafórico é muito mais complexo do que o processo semântico-sintático que possa ser atribuído a ele no interior de um contexto lingüístico.

Numa perspectiva muito próxima à de Berrendonner, Sériot (1985) estende o funcionamento anafórico aos sintagmas nominais, reconhece que a anáfora nominal implica um efeito de pressuposição, conforme os exemplos abaixo, em que se pressupõe a co-referencialidade dos itens grifados:

(1) *Gustave Flaubert naquit à Rouen en 1821.
Le père du naturalism...* (pág.150)

(2) *Aliocha tomba amoureux de Vera. Son amour
fut un coup de foudre.* (pág.148)

Na análise de Sériot, somente um saber extra-lingüístico, partilhado entre os interlocutores, ou mais exatamente, um "efeito de saber", permite reconhecer a co-referencialidade. Isto equivale a dizer que a anáfora nominal repousa sobre um efeito de pressuposição, um tipo de pressuposição que permite postular a identidade referencial de dois sintagmas nominais (exemplo (1)) ou de um sintagma nominal e uma proposição (exemplos (2)).

A reprise anafórica, dessa forma, não é estabelecida por um determinado signo formal, mas por um ato de reconhecimento, ou por um funcionamento "endoxal", correspondente ao que Aristóteles chamava "doxa", ou opinião comum. Deve ficar claro que a fonte do doxa não é a natureza das unidades, mas um funcionamento discursivo:

"On peut dire, en d'autres termes, que c'est la substituabilité de l'unité que constitue l'objet du discours en objet extérieur au discours. Autrement dit, la substituabilité par anaphore nominale n'est pas une caractéristique intrinsèque de l'unité, mais une possibilité de fonctionnement, déterminée par un rapport entre une production et une réception. Selon que l'anaphorisation sera acceptable ou non par le récepteur (et reconnue comme telle ou pas) on aura affaire ou non à un fonctionnement "endoxal", correspondant à ce qu'Aristote appelait "doxa", ou opinion commune. Mais c'est ici un fonctionnement, et non une nature des unités, qui est source de doxa." (Sériot, 1985:151).

A análise de Sériot é bastante próxima a de Berrendonner, sem que, contudo, possa ser acusada de ser demais rica em conotações cognitivas, como acontece com a análise de Berrendonner (Durrer, 1988), já que Sériot se situa, conforme se verá, numa perspectiva "mais discursiva".

Uma característica da anáfora nominal, segundo Sériot, é que o funcionamento anafórico repousa sobre uma predicação implícita: sob a aparência de uma simples reprise, de uma simples substituição, a segunda menção é quase sempre

uma predicação, de modo que a anaforização, que é em princípio um fator de coerência textual, mascara com efeito a adjução de uma informação, que permite fazer o texto caminhar numa nova direção. Assim, em (1) a reprise anafórica repousa sobre a seguinte predicação: "G. Flaubert é o pai do naturalismo".

Também a anáfora por nominalização, que tem por antecedente não um nome, mas uma proposição (exemplo (2)), pode acrescentar uma nova relação predicativa, sobretudo quando a nominalização é feita por uma descrição definida que não corresponde lexicalmente à proposição que ela retoma, como no exemplo abaixo:

(3) *Le Parti Communiste de l'Union Soviétique compte actuellement 12.471.000 membres et stagiaires, ce qui représente un accroissement d'effectifs, pour la période embrassée dans ce rapport, de 2.755.000 personnes. Une telle évolution témoigne de la grande autorité et de la confiance absolue dont le Parti jouit auprès du peuple soviétique.* (Pág.153)

Esse exemplo é a tradução oficial (*Cahiers du Communism*) de um texto russo em que há a saturação da reprise, isto é, em que parece haver uma concordância exata entre o funcionamento anafórico e a derivação morfo-sintática (a mesma relação predicativa, com os mesmos itens lexicais):

(4) *Kommunisticeskaja partija Sovetskogo Sojuza nascityvaet nyne 12 millionov 471 tysjacu clenov i kanddidatov partii. Eë rjady za otcétnyj period vyrosli na 2 milliona 755 tysjac celovek. Rost rjadov KPSS otrazaet vydokij avtoritet partii i*

bezgranichnoe doverie k nej sovetskogo naroda (L.I. Breznev, XXIII s"ezd KPSS)

("Le parti communiste de l'Union Soviétique compte actuellement 12 471 000 membres et stagiaires. Ses rangs ont augmenté, pendant la période considérée dans ce rapport, de 2.755.000 personnes. L'augmentation des rangs du PCUS reflète la haute autorité du parti et la confiance sans bornes envers lui peuple soviétique" (L.I. Brejnev, XXIIIe Congrès du PCUS)).

Se no texto original (exemplo (4)) a reprise anafórica repousa sobre um esquema tautológico: "esse aumento é um aumento", na tradução oficial francesa (exemplo (3)) a reprise anafórica acrescenta uma nova predicação: "esse aumento é uma evolução".

Essa tese, defendida por Sériot, de que o funcionamento co-referencial repousa numa predicação, é mais ou menos consensual (ver Maingeneau, 1976 e também Possenti, 1988).

O principal critério diferenciador de **referência** (total identidade referencial entre os elementos da cadeia anafórica) e **substituição** (redefinição na retomada dos elementos), sustentado por Halliday-Hasan (1976), caiu por terra após o avanço da Lingüística Textual e as considerações de autores, como Brown & Yule (1983), que fizeram ver que o estatuto do referente se modifica à medida que o texto progride.

No entanto, mais do que defender a superação da concepção substitutiva tradicional da anaforização, Sériot

pretende mostrar que o funcionamento anafórico coloca em questão a unicidade do texto, ou a noção de "fio do discurso", e desloca a idéia de coesão-coerência textual para a noção discursiva de heterogeneidade constitutiva.

Nos casos de funcionamento exofórico, uma anáfora potencial é reconhecida por Sériot. Com base em lingüistas soviéticos, como Paduceva, afirma que a pressuposição é um enunciado que não é necessário afirmar, na medida que já é dado à interlocução. Esse enunciado pressuposto, mesmo não estando presente materialmente no contexto lingüístico, pode ser o elemento anaforizado pela nominalização.

Assim, Sériot propõe ampliar a anáfora a todo comportamento exofórico, de modo que uma anáfora por nominalização tanto pode remeter a uma anterioridade material no contexto à esquerda como a uma exterioridade ao texto, exterioridade contudo específica àquilo que constitui o universo de referência do discurso, e que não há necessidade de ser efetivamente dito.

Ao afirmar que a primeira menção de uma nominalização pode ser uma proposição e que essa proposição pode estar exterior ao próprio texto, por ser um pressuposto discursivo ou um elemento dado à interlocução, Sériot assume que a exófora não faz referência a uma realidade extra-lingüística, mas relaciona o discurso com uma anterioridade/exterioridade discursiva, ou com uma alteridade enunciativa. Nenhum discurso, seja qual for o seu gênero, é

centrado sobre a criação de um sujeito-autor. Todo discurso é tecido não somente de palavras já ditas por outrem, mas de outros ditos, de asserções já proferidas.

Em resumo, é a heterogeneidade enunciativa que constitui o fio do discurso. O funcionamento exofórico por anáfora nominal é uma ponte entre o discurso que se constitui na interlocução e o interdiscurso, o qual, formado pelo conjunto de enunciados pertencentes a uma determinada época e a um grupo social determinado, é a condição de existência do próprio discurso:

"Ce que je veux montrer est que l'anaphore par nominalization est un point de passage entre la cohérence linéaire superficielle des phrases d'un texte, et l'avant texte, inter-texte ou interdiscours qui en est la condition de possibilité et auquel el est mêlé en un entrelace inextricable."
(Sériot, 1985:158)

Longe estou de discordar de Sériot. De fato o discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, conforme muitos não se cansam de repetir (Maingeneau, 1987). O discurso não é homogêneo, ele se constrói através dos já-ditos de outros discursos, dos discursos de outrem (Bakhtin, 1929, Authier-Revuz, 1982). O discurso se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes concorrentes que se cruzam, que se complementam, que se contradizem. A exófora parece constituir o ponto de contato do discurso que se constrói na interlocução com uma anterioridade/ exterioridade discursiva.

Sériot, no entanto, mantém a oposição anáfora nominal e anáfora pronominal. O funcionamento "endoxal" da anáfora nominal é concebido através de uma oposição com um pressuposto funcionamento "não endoxal" da anáfora pronominal. Em outras palavras: Sériot não endossa que os sintagmas nominais e os sintagmas pronominais possam desempenhar as mesmas funções na constituição da referência, isto é, não concede aos sintagmas pronominais o mesmo privilégio que concede aos nominais. Logo após afirmar (pág.151) que a fonte do doxa é um funcionamento e não a natureza das unidades, nega que o doxa possa funcionar quando a anáfora for pronominal:

"Ainsi, à la différence des pronoms, rien dans un nom ne permet de lui reconnaître par une seule analyse intra-textuelle, formelle, le statut d'anaphore". (Sériot, 1985:151)

Mais adiante:

"Parler d'anaphore comme rappel (au niveau pressupposé) de ce qui a été dit avant aligne l'anaphore nominale sur l'anaphore pronominale. C'est à dire qu'en ne parlant que de reprise, on ne pose pas le problème de ce qui est perdu ou modifié dans le passage de l'antécédent à son anaphore." (Sériot, 1985:156)

Sériot é fiel à mais autêntica tradição francesa. Basta lembrar que para Benveniste (1966a), conforme comentário anterior, feito no primeiro capítulo, a anáfora pronominal é um fenômeno sintático, pertencendo ao domínio daquilo que o lingüista categorizou como "terceira pessoa". A "terceira

peessoa", na qual Benveniste inclui todo o sistema anafórico da língua, cumpre uma função representacional, por oposição à primeira e à segunda pessoas, que cumprem uma função enunciatória ou discursiva.

Ora, conforme desejo argumentar, esse funcionamento pragmático-discursivo de referência, acusado por Sériot, não é privilégio da anáfora nominal. É igualmente válido para os casos de anáfora pronominal, que a língua em uso não se cansa de exibir. Um exame mais apurado dos demonstrativos vai mostrar que os demonstrativos anafóricos, de "terceira pessoa", cumprem igualmente uma função enunciatória, discursiva, intradiscursiva. Sua referência não é determinada por um mecanismo sintático independente, como querem Benveniste e Sériot, mas por um mecanismo discursivo, em cuja base está uma pressuposição. Daí ser possível afirmar que a anáfora (demonstrativa) pronominal, tanto quanto a nominal, tem como base uma pressuposição.

3.5.1. PRESSUPOSIÇÃO, POLIFONIA E HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

Antes de ilustrar com exemplos o funcionamento "endoxal" da anáfora pronominal, gostaria de apresentar uma forma de enriquecer essa análise.

A noção de pressuposição, cuja importância é considerável para a AD, pode ser enriquecida se encarada como um fato de polifonia.

A relação entre polifonia e pressuposição foi estabelecida por Berrendonner (1976). Por trás da reformulação da pressuposição como um fato de polifonia, como afirma Maingueneau (1987), pode-se ler uma reorientação da "verdade" dos enunciados, através da introdução do "agente verificador" de Berrendonner, a instância posta como responsável, fiadora da validade do enunciado. Entretanto, como faz ver Maingueneau, a introdução de agentes verificadores não desemboca verdadeiramente sobre a uma concepção "polifônica" da pressuposição. É somente com Ducrot (1984) que o princípio da pressuposição será encarado como uma pluralidade de fontes enunciativas, de modo a enriquecer sobremodo a análise lingüística.

Ducrot denuncia a "evidência" do sujeito, ou seja, a crença de que cada enunciado possui um e somente um autor. Bastante coerentemente com a tese que defende, Ducrot reconhece a polifonia de "sua" teoria polifônica: ela constitui uma extensão (bastante livre) à lingüística dos trabalhos de Bakhtin sobre a literatura. Além disso, "sua" teoria polifônica deve muito a Authier (1978) e Plénat (1975).

O objeto de uma concepção polifônica do sentido é, segundo Ducrot, mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes.

Para Ducrot, a enunciação é o fato de o enunciado aparecer, e se constitui de um sujeito falante, que é um ser empírico, um locutor, que é o ser do discurso, e um locutor

enquanto pessoa do mundo. Além desses elementos, existem os enunciadores, seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas: se eles "falam", é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras.

Os conceitos de locutor e enunciador, formulados por Ducrot, podem ter um inigualável valor operacional para a análise do discurso. No entanto, para que tenham esse valor, é necessário que se recupere a noção de historicidade que estava originalmente presente no conceito de polifonia de Bakhtin e é preciso principalmente que se recupere a concepção do signo lingüístico como necessariamente ideológico.

O quadro teórico de Ducrot dá conta do locutor, que para ele é "um ser do discurso, pertencente ao sentido do enunciado, e resultante desta descrição que o enunciado dá de sua enunciação" (pág. 195), mas não dá conta da enunciação dos enunciadores.

A meu ver, a incapacidade de suplantar as dificuldades da enunciação dos enunciadores no quadro de uma construção teórica é decorrente do conceito monovalente de historicidade em Ducrot.

Ducrot inscreve sua teoria polifonia no domínio da "pragmática lingüística" ou "semântica", recusando-se a dar um salto maior, "discursivo", de modo a inscrever a polifonia num

domínio mais abrangente que extrapole as rígidas fronteiras daquilo que ele considera "propriamente lingüístico".

Considerando a enunciação apenas enquanto um acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado, um acontecimento histórico, histórico enquanto uma "aparição momentânea", independente do jogo de influências sociais que a condiciona (novamente a preocupação com o "propriamente lingüístico!"), independente de outras enunciações, e independente, ainda, da noção de ato (um conceito de enunciação "que não encerre em si, desde o início, a noção de sujeito falante" (pág. 169)), Ducrot ignora elementos relevantes para a compreensão da verdadeira trama polifônica do discurso.

Falta à teoria polifônica de Ducrot a relação do discurso com o interdiscurso, ou seja, falta a consideração do eixo histórico "vertical", da memória, ocultado pelo eixo horizontal (Courtine, 1984, Maingeneau, 1987). É justamente nesse primeiro eixo histórico, vertical, o eixo da ideologia "antes de nós", que, a meu ver, devem estar situadas as "entidades" a que Ducrot chama de **enunciadores**.

A fundamentação da teoria polifônica através da analogia da linguagem cotidiana com a linguagem teatral me parece totalmente infundada: para Ducrot, a enunciação é um palco, uma representação. Os enunciadores são "personagens" controladas, dominadas, "postas em cena" pelo locutor. O enunciador está para o locutor, assim como o personagem de uma peça teatral está para o autor.

Ora, a enunciação não é de fato uma ficção discursiva, criada, dominada inteiramente por um autor, que coloca personagens em cena e lhes confere palavras. A enunciação é, diferentemente do que supõe Ducrot, um fenômeno regido por uma heterogeneidade constitutiva do qual o próprio locutor nem sempre se dá conta. Locutor algum dá conta de todos os enunciadores do seu discurso. E se o locutor não dá conta inteiramente dos enunciadores do seu discurso, os porta-vozes da "ideologia antes de nós", é porque esses enunciadores pertencem ao eixo da história, que Ducrot apaga quando considera apenas o momento concreto da enunciação, independente das redes sociais e de memória nas quais um discurso irrompe.

Nem sempre a presença do outro é marcada através de formas ostensivas. Essa presença pode estar velada, disfarçada no intradiscurso, ou diluída a tal ponto que pode ser descoberta somente através de hipóteses feitas pelo intérprete acerca do interdiscurso, ou o espaço da memória do discurso.

O espaço da memória é um dos elementos da interlocução, a ancoragem necessária, como diz Authier-Revuz (1982) para as formas mostradas de heterogeneidade.

Segundo a hipótese da referência discursiva aqui defendida, esse espaço fornece os "antecedentes" pressuposicionais, polifônicos, para a construção dos referentes do discurso. Esses "antecedentes", que se localizam nessa anterioridade/alteridade discursiva, constitutiva de todo discurso, e que podem fugir ao controle do locutor

responsável, não são, de fato, os referentes do discurso, mas, conforme venho afirmando, antecedentes para serem reconstituídos, reavaliados, renovados.

No caso específico do discurso do Presidente, além de um outro locutor que o locutor responsável "coloca em cena", que é seu pai, parecem existir "personagens" de que o locutor "responsável" não se dá conta, fugindo-lhe ao controle: são os enunciadores anônimos, que enunciam, do interior de um discurso machista popular, que a coragem de um homem se mede pela sua virilidade e que a ação política de um governante se mede pela força.

3.5.2. O FUNCIONAMENTO "ENDOXAL" DA ANÁFORA DEMONSTRATIVA

Conforme tenho afirmado, a anáfora pronominal, assim como a anáfora nominal, tem como base uma pressuposição.

Marcas formais não garantem a co-referência, mesmo quando há coincidência de gênero e número entre elementos formais, candidatos a co-referencialidade, como no exemplo abaixo, extraído do discurso do Presidente, linha 43:

039. "Vocês sabem como é difícil para o
040. nordestino se afirmar no cenário nacional.
041. Saí do governo de Alagoas, dois anos e dois
042. meses de governo, lutando contra os
043. poderosos, contra aqueles que humilhavam o
044. nosso povo"

Somente um saber determinado e partilhado pelos interlocutores permite decidir se "os poderosos" e "aqueles que humilhavam o nosso povo" são ou não co-referenciais. Quem são os poderosos? Quem humilhava o povo nordestino? Não é preciso que se o diga, pois já está pressuposto na interlocução. A hipótese que faço é que "os poderosos" sejam: "os detentores do poder", "os políticos do sudeste", "os empresários dessa poderosa região brasileira", ou simplesmente "os poderosos, que humilham o povo nordestino".

O referente de "aqueles que humilham nosso povo" pode ser constituído ainda através de um jogo de interlocução no qual se dá um processo de identificação de eu, o locutor, e tu, o alocutário, por oposição a ele, "a pessoa de quem se fala". Eu, o locutor, não é o apenas o Presidente e tu, o alocutário, "a gente amiga de Juazeiro, a gente amiga do Ceará". O referente de eu e de tu é o nordestino, lutando contra ele, a "terceira pessoa", aquela que está "fora" eixo da interlocução, que são os inimigos dos nordestinos ("os poderosos"). O Presidente, um nordestino, chefe político supremo da nação, se opõe a "aqueles que humilhavam o povo nordestino, os poderosos", assim como esses poderosos se opõem ao povo, e, através dessa oposição povo nordestino-Presidente nordestino X "os poderosos", o Presidente se identifica com o povo.

A análise que aqui proponho contraria um postulado bastante comum (ver segundo capítulo) segundo o qual um dêitico como eu tem uma referência inequívoca, independente de

fatores interpretativos do discurso. Segundo esse postulado, eu se refere invariavelmente ao locutor, uma referência que se supõe determinada pelo sentido preciso dos dêiticos, fornecido na e pela língua, apreendido por qualquer falante mediante apenas sua própria competência lingüística.

Ajuda ainda a constituir o referente de **aqueles** a pressuposição do ato messiânico do Presidente: um presidente nordestino lutando sozinho contra "os poderosos" para salvar seu povo. Uma luta que só encontra um equivalente num interdiscurso religioso, ou mais especificamente nos atos bíblicos de Moisés, conduzindo o seu castigado povo em busca da terra prometida.

Na linha 37, este não tem o valor dêitico de "atual", ou seja, **este governo** parece não ter como referente "o governo atual, iniciado em 1990 e previsto de se estender até 1994".

029. Todos vocês sabem que eu venho daqui de
 030. perto, que venho das Alagoas, Estado que
 031. anualmente manda e envia muitos de seus
 032. filhos para participar da semana dedicada ao
 033. nosso Padre Cícero. Venho das Alagoas, terra
 034. sofrida, terra digna e terra que, como o
 035. Ceará e todo o Nordeste, precisa e merece, e
 036. haverá de ter, o apoio integral deste governo
 037. para promover o seu desenvolvimento e a sua
 038. justiça social.

Este governo extrapola tal domínio de referência e parece ter o valor referencial de "governo de um nordestino", de acordo com o contexto lingüístico anterior:

"venho daqui de perto, venho das Alagoas..."

No entanto, o referente de **este governo** não é só "governo de um nordestino" e não é dado apenas pelo contexto lingüístico anterior. O referente que mais se adequa ao contexto parece ser: "governo, que por ser de um nordestino, irá finalmente dar apoio ao Nordeste", "governo de um igual a vocês", "governo melhor que os demais" etc. Esse valor apreciativo³⁰ não é contudo atribuído por marcas lingüísticas, mas por pressupostos discursivos, dentre os quais o pressuposto da identificação do locutor (nordestino) com seu alocutário (nordestino), um pressuposto que varre o discurso do Presidente de ponta a ponta, e o pressuposto de um governo messiânico, que tem por objetivo redimir o povo nordestino, libertá-lo do cativeiro a que esteve confinado nos governos anteriores.

Da mesma maneira, o demonstrativo **aquela** da linha 09 parece não ter apenas o valor dêitico de "o ano passado, ano de 1990".

Há mais ou menos um ano atrás, eu aqui
 004. estive, em Juazeiro, caminhei o campo de
 005. pouso até o Franciscano junto com milhares
 006. de vocês para trazer a mensagem de paz, a
 007. mensagem de futuro, a mensagem de
 008. esperança para todos vós nordestinos.
 009. Naquela data, em que aqui estive, o

30. Tratar-se-á do valor referencial da apreciação no final deste capítulo.

010. nosso frei Damião comemorava os seus 91 anos,
 011. e eu me lembro bem que, quando entramos no
 012. Franciscano, havia um bolo muito bonito
 013. preparado para frei Damião, em cima do bolo
 014. uma imagem de São Francisco; depois que
 015. cantamos os parabéns para frei Damião, e
 016. depois que ele cortou uma fatia do bolo, ele
 017. retirou a imagem de São Francisco, entregou-a
 018. a mim dizendo: "Presidente, eu quero que esta
 019. imagem lhe acompanhe até o palácio do
 020. governo", e lá está São Francisco, ainda hoje
 021. na minha sala.
 022. Dizia também a Frei Damião que, se eleito
 023. presidente, pela vontade soberana da imensa
 024. maioria do povo brasileiro, eu voltaria aqui
 025. a Juazeiro, para agradecer a cada um de vocês
 026. a extraordinária vitória que concederam ao
 027. jovem candidato a presidente do Nordeste,
 028. Fernando Collor.

Um referente possível para aquela data, na análise que estou propondo, é: "o dia da mensagem de paz, de esperança e de futuro para os nordestinos, em que um santo entregou uma imagem de um outro santo a um Presidente predestinado a ser o salvador de seu povo". Esse referente é construído discursivamente através do intradiscorso (contexto lingüístico anterior e posterior), através de elementos como, por exemplo, "jovem presidente do Nordeste", e também de pressupostos interdiscursivos, dentre os quais: "frei Damião é um santo", "um santo não procuraria proteger um presidente com a imagem São Francisco, não fosse para esse presidente, por sua vez, proteger o seu povo" etc.

Na linha 78 do discurso do Presidente, somente com uma operação de inferência, que interpreta o contexto anterior

da linha 73 a 78 como "toada", é possível dizer que esta é um elemento anafórico.

deixar apenas

074. o alicerce, para partir do alicerce bem
 075. feito, construir uma nova sociedade,
 076. construir um novo Brasil, mais justo, mais
 077. fraterno, mais solidário, e é exatamente,
 078. minha gente, nesta toada que nós estamos
 079. caminhando.

Uma característica da operação interpretativa de inferência é a ausência de pistas lingüísticas seguras. Os elementos superficializados no discurso não dão indicação para uma interpretação de co-referencialidade, e, se o dão, essa indicação não chega a constituir uma base confiável para o analista.

O demonstrativo não deixa contudo de ter uma função específica no processo interpretativo de co-referência. Veja-se que, no exemplo em questão, o emprego do artigo não seria possível, já que o artigo não desempenharia a mesma função dêitica:

(?) deixar apenas

074. o alicerce, para partir do alicerce bem
 075. feito, construir uma nova sociedade,
 076. construir um novo Brasil, mais justo, mais
 077. fraterno, mais solidário, e é exatamente,
 078. minha gente, na toada que nós estamos
 079. caminhando.

Do mesmo modo, a anáfora de este (linha 149) exige que se infira que "querem" (linha 148), ou seja, "o desejo do povo" é um "sentimento" (linha 149):

148. *Eu sei que todos vocês querem,*
 149. *porque este é um sentimento de Norte a Sul,*
 150. *de Leste a Oeste do país, o povo está*
 151. *querendo que as suas lideranças políticas*
 152. *encontrem formas e maneiras de poder*
 153. *conviver, de uma forma que traga benefícios e*
 154. *bem estar social para a nossa população*
 155. *carente*

O reconhecimento da co-referencialidade anafórica, nesses dois últimos exemplos, corresponde a um apagamento de diferenças que seriam contudo relevantes em outros contextos: "a vontade do povo" = "um sentimento", "deixar apenas um alicerce bem feito para reconstruir, a partir dele, um novo país" = "uma toada". Fora desse contexto, afirmar tal tipo de co-referencialidade seria compactuar com a incoerência em diversos graus.

O "funcionamento endoxal" da anáfora pronominal parece ser extensivo também aos casos com pronome neutro, lexicalmente vazio. Conforme já afirmei no primeiro capítulo, os pronomes neutros, por não oferecerem qualquer pista lexical para a identificação do referente, são bastante dependentes da recorrência a fatores situacionais, discursivos e interpretativos.

Uma das particularidades da anáfora neutra (ver 1.3.1.) é a possibilidade de retomar conteúdos de extensão muito variada, os quais ultrapassam, na maioria das vezes, os limites de um constituinte de sentença, como também os limites

da sentença. A "medida" do antecedente (ou conseqüente) vai depender de fatores interpretativos.

Seguem abaixo alguns exemplos dessa dependência do pronome *isso* no discurso do Presidente.

Possíveis candidatos a referente textual do pronome *isso* da linha 155: o contexto lingüístico anterior "*benefícios... a nossa população carente*" (linha 153-155), o contexto lingüístico anterior "*as suas lideranças...carente*" (linhas 151-155), o contexto lingüístico posterior "*o entendimento...Nordeste*" (linhas 156-158), o contexto lingüístico anterior (linhas 151-155) e posterior ao mesmo tempo (linhas 156-158).

148. Eu sei que todos vocês querem,
 149. porque este é um sentimento de Norte a Sul,
 150. de Leste a Oeste do país, o povo está
 151. querendo que as suas lideranças políticas
 152. encontrem formas e maneiras de poder
 153. conviver, de uma forma que traga benefícios e
 154. bem estar social para a nossa população
 155. carente, e é exatamente *isso* que nós estamos
 156. aqui promovendo, o entendimento das diversas
 157. facções políticas do país, não só do Ceará,
 158. do país e do Nordeste, porque sempre com
 159. entendimento, com bom senso, com razão, com a
 160. conversa, e com diálogo é que nós poderemos
 161. trazer efetivamente mais e maiores benefícios
 162. para a população que mais necessita desses
 163. benefícios.

A decisão que tomo pela anáfora e catáfora conjuntas (linhas 151-155 e 156-158), que me parece uma boa leitura, advém de uma interpretação que mobiliza fatores discursivos.

Esses fatores me levam a identificar o referente textual de isso com "a vontade do povo".

A interpretação do referente de isso como "a vontade do povo" pressupõe uma base comum de significação para:

- a convivência das lideranças políticas (151-153),
- o benefício e o bem-estar social da população carente (153-155),
- o entendimento das diversas facções políticas do país (156-158).

Frege (1892) nos alertou para a ambigüidade referencial de expressões como "a vontade do povo":

"O abuso demagógico se apóia facilmente sobre isso, talvez mais facilmente do que sobre a ambigüidade das palavras. "A vontade do povo" pode servir de exemplo, pois é fácil estabelecer que não há uma referência universalmente aceita para esta expressão." (Frege, 1892:76)

Uma vez admitido com Frege que não há referência universalmente aceita para "a vontade do povo", de onde vem então a identificação dos elementos acima apontados com "a vontade do povo"?

O texto que se analisa é mais do que um texto, é um discurso. Como discurso, está sujeito a três fatores condicionantes; 1. está inscrito na enunciação que o constitui enquanto acontecimento; 2. está inscrito numa rede

de filiações sócio-históricas; 3. está sujeito ao ato de interpretação do interlocutor ou do analista. Para interpretá-lo enquanto acontecimento, com um sentido determinado, o analista vai buscar no interior das redes, as quais supõe constituir a memória do discurso, ou o seu interdiscurso, os elementos que julga constituir o ponto de partida para a atribuição dos referentes.

No interior dos discursos demagógicos, populistas, de que o discurso do Presidente parece ser um exemplar perfeito, "povo", "a vontade do povo", são expressões que são empregadas como se tivessem uma referência unívoca e estável, e são quase sempre associadas a uma rede de expressões, tais como:

"população carente" - aquilo que a maioria do povo (brasileiro) é e não deseja ser;

"benefícios", "bem-estar social" - aquilo que o povo deseja receber através da ação político-administrativa de seus governantes;

"entendimento", "bom-senso", "razão", "conversa", "diálogo" - aquilo que o povo deseja para os representantes do poder.

O princípio que fundamenta essa análise é o da **paráfrase e sinonímia** (ver Fuchs, 1982).

É possível que se diga que os enunciados em questão (*a convivência das lideranças políticas, o benefício e o*

bem-estar social da população carente, o entendimento das diversas facções políticas do país) não estão numa relação interparafrástica, argumentando-se que eles não constroem as mesmas significações, pois embora possam ter o mesmo referente, não têm o mesmo sentido. No entanto, a "obviedade" na semelhança de sentido dos enunciados é um fenômeno discursivo, não lingüístico. Em outras palavras: uma relação interparafrástica não é um fato independente do discurso, um fato dado pela língua, através de semelhanças entre a significação das palavras ou das construções gramaticais. A relevância ou a irrelevância da diferença existente entre os enunciados depende sempre de um julgamento de quem produz e de quem interpreta.

A AD sempre teve uma relação essencial com a paráfrase. No entanto, o conceito de **paráfrase** empregado neste trabalho não pode ser o mesmo que Pêcheux utilizou a AD, pelo menos o que se utilizou na AD-1 e AD-2, quando o discurso não era considerado ainda um acontecimento, mas um objeto teórico, um "tipo" passível de repetir-se, e as FD eram consideradas entidades homogêneas, fechadas, iguais a si mesmas.

Nas AD-1 e 2, a fonte dos sentidos era uma FD e a referência era a relação da palavra com a FD que constitui o seu sentido, determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo. As palavras, expressões e proposições, nesse sentido, eram sempre reproduzidas. Essa reprodução se dava pela operação de referência: as palavras, expressões e

proposições se referiam a uma FD, o espaço de reformulação-paráfrase, onde os sentidos eram constituídos. A paráfrase consistia, então, na possibilidade de as palavras, expressões e proposições "literalmente diferentes", isto é, constituídas de diferentes significantes, terem o mesmo sentido no interior de uma FD, e serem reproduzidas, com o mesmo sentido, embora com expressões diferentes.

Na análise que proponho, a FD não é o espaço que determina a paráfrase, no sentido de que cada um sabe de antemão o que o outro vai pensar ou dizer. A FD, conforme já expus, é um agrupamento ou um recorte provisório, instável, no qual se podem hipotisar conjuntos de enunciados em relação inter-parafrástica. A paráfrase, contudo, nunca é uma reprodução. Não existe reprodução desses enunciados no acontecimento discursivo. Não se pode dizer a mesma coisa em momentos diferentes e em lugares diferentes. Toda retomada implica numa reformulação, ainda quando a pretensão seja de dizer "o igual", "o mesmo", "o evidente" etc.

Para ser fiel a essa análise, a operação de referência não pode ser concebida como uma remissão a palavras, expressões e proposições situadas no interior de uma FD, mas sim como um processo muito mais complexo, através do qual essa remissão ou retomada consiste numa reavaliação pelo discurso que se constrói na interlocução.

Outro exemplo de recorrência a fatores discursivos na determinação do referência de isso: em 84, isso pode, da

mesma forma que em 155, ser considerado apenas catafórico, ou anafórico e catafórico ao mesmo tempo. Se digo "podem" é porque isso, "por si mesmo", não dá pistas sintáticas ou semânticas acerca de seu antecedente ou de seu conseqüente.

080. Vocês me conhecem, e sabem que eu sou
 081. homem de enfrentar desafios, eu enfrento
 082. todos os desafios que foram colocados diante
 083. de mim, não nasci com medo de assombração,
 084. nem tenho medo de cara feia, isso o meu pai
 085. já me dizia, desde quando eu era pequeno, que
 086. eu havia nascido com aquilo roxo, e tenho
 087. mesmo, para enfrentar todos aqueles que
 088. querem conspirar contra o processo
 089. democrático.

Assim, no exemplo em questão, isso será anafórico e catafórico desde que se considere "não nasci com medo de assombração, nem tenho medo de cara feia" e "eu havia nascido com aquilo roxo" os ditos atribuídos ao pai do locutor. Será, no entanto, apenas catafórico se o dito atribuído ao pai for apenas: "eu havia nascido com aquilo roxo". A interpretação catafórica, uma das interpretações possíveis, é a que provavelmente mais se ajusta à pressuposição possível de ser feita do paternal orgulho machista brasileiro, um pressuposto ideológico, traduzido através da conhecida expressão popular "nascer com o saco roxo". No entanto, é possível pressupor-se, também, uma relação de causa e efeito entre "nascer com "aquilo" roxo" e "não ter medo de assombração": "não tem medo de assombração (efeito) porque nasceu com "aquilo" roxo

(causa)". Nesse caso, a interpretação anafórica-catafórica é a que mais se ajusta à pressuposição de causa e efeito.

Outro exemplo: em 143 isso parece anaforizar uma vasta área textual (134-142).

134. *Eu não acredito que possamos*
 135. *construir um Brasil desenvolvido se nós não*
 136. *pudermos investir maciçamente no Nordeste, e*
 137. *investimento tem que ser, minha gente, para*
 138. *permitir a implantação de novas indústrias,*
 139. *para desenvolver pólos industriais, de modo a*
 140. *que esses pólos gerem empregos, gerem renda,*
 141. *distribuição de riqueza, enfim, progresso e*
 142. *prosperidade para a população nordestina.*
 143. *É exatamente isso que nós estamos*
 144. *tratando de fazer, para nós termos o nosso*
 145. *trabalho mais facilitado e mais produtivo é.*
 146. *necessário um entendimento entre os diversos*
 147. *setores partidários da vida pública*
 148. *brasileira.*

A afirmação de que isso domina todo esse contexto somente faz sentido mediante uma interpretação que mobiliza diversos fatores. Demanda considerar "o investimento maciço no Nordeste" hiperônimo de:

- "a implantação de novas indústrias",
- "o desenvolvimento de pólos industriais",
- "a geração de empregos",
- "a geração de renda",
- "a distribuição de riqueza",
- "o progresso",
- "a prosperidade para a população nordestina",

e fora da condicional do contexto anterior ("se nós não pudermos investir maciçamente no Nordeste"). O apagamento da condicional e a substituição do subjuntivo negativo ("não pudermos"), expressão de dúvida, incerteza (atitude subjetiva do falante), pelo indicativo presente ("estamos tratando de fazer" = "estamos investindo"), expressão de certeza, são garantidos por um jogo de pressuposições, das quais uma é a imagem positiva que o Presidente faz de si mesmo e de seu governo e que pressupõe que seu alocutário também faça.

Não discutirei aqui a "origem" da hiperonímia, se lingüística ou discursiva. Seria repetir o que foi dito a respeito da paráfrase.

Para complementar o que venho afirmando acerca da constituição da referência dos demonstrativos do português, no caso anafórico, retomo alguns exemplos do NURC, apresentados no primeiro capítulo:

L2 ela estava contando assim...que uma vez um dos médicos ficou com uma dor no não sei do quê... dor de estômago e tal...falou "vamos chamar os pajés né?" aí vieram três pajés e ficaram duas horas suan::do ali em cima...mas fazendo os maiores estardalha::ços e tal acabaram tirando::... (acho que) uma pena uma pena de passarinho uma galinha... um negócio assim...pronto sarou... mas ((ri)) ficaram duas horas ali em cima cantando pulando eles...suando mesmo né? literalmente

L1 e tiraram o quê? pena de passarinho do cara?

L2 é...um negócio assim...pronto sarou era isso que estava interferindo...era um espírito não sei das quantas...que estava né?
(D2 SP 343:768)

Esse é um curioso exemplo que nos mostra a possibilidade que o espaço da interlocução tem de se constituir de elementos provindos de diferentes espaços discursivos.

Isso, no exemplo em questão, é anafórico e catafórico ao mesmo tempo. Tem como antecedente anafórico "pena de passarinho", elemento do interdiscurso de L1 e L2, e como conseqüente catafórico "um espírito não sei das quantas", elemento do interdiscurso dos indígenas de tribo de que se relata um caso supostamente acontecido.

Uma análise estritamente semântica, que não levasse em conta a heterogeneidade constitutiva do discurso, ou seus pressupostos polifônicos, não nos permitiria dizer que "pena de passarinho", "isso" e "um espírito não sei das quantas" são co-referenciais. Afirmar tal relação seria compactuar com o absurdo. Quando o locutor afirma que era um espírito que estava interferindo, faz-se ouvir uma voz que, evidentemente não é sua, que sustenta o que no discurso do locutor seria o insustentável.

A coerência do discurso é garantida, pois, pelo reconhecimento da heterogeneidade de sua trama enunciativa, constituída pela dialogia de entre dois espaços discursivos, pertencentes a dois grupos sociais diferenciados. Para um grupo social, isso é "uma pena de passarinho", para outro grupo social, isso é um "espírito".

O referente de isso, no discurso que se constitui na interlocução de L1 e L2 não é, contudo, nem uma pena de

passarinho, nem espírito, mas um terceiro elemento construído através da recusa, pelos interlocutores, do antecedente e do conseqüente. Em termos bakhtinianos, o referente se constitui dialeticamente, pela recusa tanto da tese e como da antítese.

Esse exemplo parece colocar em xeque o postulado, bastante generalizado, que identifica a noção de antecedente com a de referente. O referente, numa perspectiva teórica que considera o discurso como acontecimento único, é uma entidade discursiva, construída por esse acontecimento, não se confundindo, portanto, nem com os antecedentes pressuposicionais, interdiscursivos, nem com os antecedentes lingüísticos, textuais, de uma anáfora.

Outro exemplo:

L1 ...gozado a confiança que o homem tem em máquina né? mas...eu estava pensando...será que isso é...sem::pre...desde que começou a haver máquina...sempre há desconfiança?

L2 DESconfiança?

L1 é tanto que se propõe sempre aquilo...o homem ...e a máquina né? (D2 SP 343:809,813)

Uma análise puramente formal, intra-textual, não permitiria reconhecer que "confiança que o homem tem em máquina", "isso" e "desconfiança" são co-referenciais, assim como não permitiria reconhecer a co-referencialidade de "aquilo" e "o homem e a máquina".

No caso da constituição do referente de **aquilo**, parece tratar-se de um exemplo evidente de remissão a outros discursos. Para que o discurso que se constitui na interlocução tenha coerência, necessita-se buscar um pressuposto no interior dos quiproquós discursivos a favor ou contra o tema do processo de mecanização do mundo contemporâneo.

O tema pode ser um elemento que permite agrupar enunciados em uma formação discursiva. Segundo Foucault (1969), uma FD pode ser individualizada a partir da definição dos diferentes temas e teorias que nela se desenrolam, ou seja, se se puder mostrar como esses temas e teorias derivam de um mesmo jogo de relações, apesar de sua diversidade por vezes extrema e sua dispersão no tempo.

No entanto, como nos alerta Foucault, existem possibilidades estratégicas diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis, como existe a possibilidade de introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes, o que equivale a dizer, em formações discursivas diferentes.

Quase impossível ao analista precisar uma FD à qual possa pertencer o tema da relação homem-máquina, ao qual remete o demonstrativo **aquilo** no exemplo em questão. Uma hipótese seria pensar num agrupamento de um certo número de enunciados em que se pudesse definir como "regularidade" o tema homem-máquina correlacionado com um sentimento de **desconfiança** por parte do homem com relação aos benefícios

trazidos pela máquina no mundo contemporâneo. Mas isso ainda é muito pouco.

O demonstrativo *isso*, no mesmo exemplo, que anaforiza textualmente *confiança* e cataforiza textualmente *desconfiança*, pode apontar ou para duas formações discursivas diferentes, ou, então, para uma mesma formação discursiva desde que o tema da relação homem-máquina seja nela colocado sob a categoria da contradição.

Outro analista poderia interpretar o exemplo em questão como um caso de mal entendido. O referente de *isso* seria, então, constituído a partir de um ajuste na interlocução, provocado pela intervenção do interlocutor L2.

No entanto, o contexto anterior e posterior sugerem que não se trata de um malentendido, ou de um erro por parte de L1, que teria dito "confiança", quando sua intenção era dizer "desconfiança". O contexto esclarece que *isso* de fato aponta para a contradição.

O tema da "confiança que as pessoas têm na máquina" aparece no contexto anterior, motivado pela preocupação de L1, um dos entrevistados, quanto ao gravador, se estaria funcionando ou não:

L2 (...)--você não quer dar uma olhada para ver se
está gravando?--
Doc. está está
L2 *confiança absoluta* () ((risos))
Doc. *nunca falhou* ((ri))

A "desconfiança" continua no contexto imediatamente posterior àquele que se analisa:

L1 no colégio...normalmente tem muitas professoras que ficam batendo nos alunos para não deixar...se envolver por máquina et cetera né?

Feitas essas considerações a respeito da anáfora demonstrativa, é possível afirmar que todos exemplos os aqui analisados parecem mostrar que a concepção tradicional de anáfora, segundo a qual a anáfora representa um fenômeno de dependência interpretativa entre duas unidades, a segunda não podendo ter um sentido referencial sem ter sido colocada em conexão com a primeira, não funciona. E não funciona porque ela não privilegia o nível pragmático-discursivo, mas tão somente o nível sintático e o semântico.

3.5.3. O FUNCIONAMENTO "ENDOXAL" DA ANÁFORA EXOFÓRICA

O funcionamento anafórico por exófora, por sua vez, parece confirmar mais uma vez que não há razões para se diferenciar anáfora nominal de anáfora pronominal demonstrativa. Parece possível, como quer Sériot para os sintagmas nominais, ampliar a anáfora demonstrativa a todo comportamento exofórico, já que a anáfora demonstrativa tanto pode relacionar-se com uma anterioridade material no contexto superficial à esquerda, como pode relacionar-se com asserções pressupostas pela interlocução, exterioridade que, por ser pressuposta, não há necessidade de ser efetivamente dita.

Esse funcionamento exofórico por anáfora, que põe em causa a noção de coesão-coerência em função da noção de uma heterogeneidade enunciativa, constitutiva de todo discurso, se manifesta com extrema riqueza através de demonstrativos na língua oral:

para fazer uma obra de arte... mais ou menos... a gente se dispõe... a gente pára aquela vida cotidiana da gente... (EF SP 405:157)

Doc. sim...agora...do milho na fazenda não se fazia nada?...só se vendia?

Inf. bom...fa::z fazem...fazem-se...esses doces tradicionais né? (DID SP 18:342)

preciso...depois de colhido...ah co/colocar o arroz e bater o arroz...pra so/soltar da casca...e também...é a::fica uma...aquilo que chama palha de arroz (DID SP 18:407)

tanto que houve aquela...blá blá blá aí de:...desapropria ali o Colégio" (D2 SP 343:417)

L1 "Você não assistiu àquele filme...aquele ator americano lá - ahn como é que chama?

L2 o::...Banzé no Oeste?

L1 não...não...é::conta a história do oeste mais ou menos verdadeira né? naquele...naquela guerra que teve...acho que entre o sul e o norte..." (D2 SP 343:677,681)

nós entramos ali no aquele arroz unido venceremos (D2 SP 62:227)

não tem como apresentar uma justificativa de cobrar aquele preço que eles cobram (D2 SP 62:1314)

a iluminação era feita
 com::lâmpião...lâmpião daqueles tipo Aladim (DID SP
 18:25)

então ele não tem aquela preocupação que
 NÓS brasileiros temos...o brasileiro tem aquela
 preocupação de ter a casa própria dele (D2 SP 62:
 1163-1164)

que existe nesse nesse clima aqui de São
 Paulo (D2 62:58)

Empregado fora da demonstração propriamente dita, e sem estar anaforizando um elemento anterior **materialmente** presente no contexto lingüístico, o demonstrativo exhibe nesses exemplos um funcionamento anafórico / exofórico pressuposicional. Sua função parece ser a de apontar para esse domínio do "não dito", de modo a unir o discurso que se constrói na interlocução com o interdiscurso no interior do qual se encontram elementos prévios, necessários para a constituição da referência.

A tradição lingüística, e também a filosófica, conforme alguns pontos abordados no segundo capítulo com relação à questão da referência, têm valorizado as pressuposições veiculadas por sintagmas nominais articulados. As pressuposições veiculadas por demonstrativos são contudo ignoradas.

Conforme já expus no início desse trabalho, a "função primeira" dos demonstrativos, tem sido considerada a dêixis ostensiva, aquela que aponta para objetos ou fatos presentes no contexto situacional imediato. Em segundo lugar,

vem a dêixis anafórica, a que aponta para objetos lingüísticos materialmente presentes no contexto lingüístico anterior (ou também posterior, se não se fizer uma oposição entre anáfora e catáfora). A dêixis que aponta para objetos pressupostos na interlocução não é reconhecida, ou não existe para a tradição lingüística e filosófica.

Isso equivale a dizer que a tradição ignora um nível pragmático-discursivo de interpretação no fenômeno da dêixis, quer seja ela ostensiva, quer seja anafórica, talvez por entender que uma das funções da linguagem é mostrar os referentes e essa "mostração", que se supõe tão bem desempenhada pelos demonstrativos, os signos "mais dêíticos" que existem, deve ser pura, livre de interpretações. No entanto, conforme venho argumentando, não existe pura sinalidade quando aquilo que se usa para mostrar é um signo demonstrativo.

Uma alusão rara ao emprego pressuposicional do demonstrativo pode ser encontrada em Ducrot (1972), mesmo assim numa nota de final de capítulo:

"A distinção que tentamos motivar, e que situamos na língua (representada pelo "componente lingüístico), fica freqüentemente atenuada no discurso (e o componente retórico terá de prever-lhe o anulamento). Pode, com efeito, dar-se o caso de o demonstrativo ser empregado fora de qualquer demonstração propriamente dita (Ele fala inglês com aquele sotaque de Alagoas, Comemos daquele tutu de feijão que se faz em Juiz de Fora, Esses tecnocratas são duros de agüentar). Para dar conta de tais fatos, diremos que o locutor, nesses casos, finge estar na presença do objeto, ou finge que esse objeto já foi constituído no discurso anterior:

trata-se, por assim dizer, de uma pseudo-referência." (Ducrot, 1972:256)

No entanto, essa nota expressa fidelidade à tradição que reserva aos demonstrativos a função de mostrar da linguagem, ainda que essa mostração seja um fingimento, ou uma pseudo-mostração. Para Ducrot, assim como para muitos estudiosos da Lingüística e da Filosofia da Linguagem, somente as indicações veiculadas pelas descrições definidas são independentes da função designativa, podendo enquadrar-se na categoria do pressuposto. As indicações existenciais veiculadas pelos demonstrativos devem ser associadas ao ato de designar, demonstrar.

Mesmo mais tarde, quando Ducrot (1984) considera a pressuposição um fato de polifonia, os demonstrativos não são reabilitados. Ducrot não se pronuncia a respeito.

Desde as primeiras linhas deste trabalho, venho tentando dar um passo adiante, procurando colocar em causa esse fosso entre a função dêitica e os pressupostos discursivos, interpretativos, ideológicos. Em outras palavras: venho procurando localizar aqueles espaços do discurso em que os pressupostos se revelam de forma não independente da função referencial ou designativa e vice-versa, ou seja, aqueles espaços em que a designação não é independente da pressuposição.

Por outro lado, não estou pretendendo igualar as pressuposições veiculados pelos artigos e as veiculadas pelos

demonstrativos. Os demonstrativos e os artigos não veiculam as mesmas pressuposições.

Num primeiro momento pode parecer que nesse emprego pressuposicional fica comprometida a diferença entre o tradicional artigo e o tradicional demonstrativo. O demonstrativo seria, então, perfeitamente dispensável, podendo o artigo ser empregado em seu lugar:

para fazer uma obra de arte... mais ou menos... a gente se dispõe... a gente pára a vida cotidiana da gente... (EF SP 405:157)

Doc. sim...agora...do milho na fazenda não se fazia nada?...só se vendia?

Inf. bom...fa::z fazem...fazem-se...os doces tradicionais né? (DID SP 18:342)

preciso...depois de colhido...ah co/colocar o arroz e bater o arroz...pra so/soltar da casca...e também...é a::fica uma...o que chama palha de arroz (DID SP 18:407)

tanto que houve o...blá blá blá aí de::...desapropria ali o Colégio" (D2 SP 343:417)

L1 "Você não assistiu ao filme...o ator americano lá - ahn como é que chama?

L2 o::...Banzé no Oeste?

L1 não...não...é::conta a história do oeste mais ou menos verdadeira né? no...na guerra que teve...acho que entre o sul e o norte..." (D2 SP 343:677,681)

nós entramos ali no no arroz unido venceremos (D2 SP 62:227)

não tem como apresentar uma justificativa de cobrar o preço que eles cobram (D2 SP 62:1314)

a iluminação era feita
 com::lâmpião...lâmpião dos tipo Aladim (DID SP
 18:25)

então ele não tem a preocupação que NÓS
 brasileiros temos...o brasileiro tem a preocupação
 de ter a casa própria dele (D2 SP 62: 1163-1164)

que existe no no clima aqui de São Paulo

Isso contudo não é verdade. A substituição não é possível sem que se percam algumas coordenadas de referência. Com o emprego do artigo não se obtém o mesmo efeito.

Nos exemplos com demonstrativos, não se pressupõe simplesmente a existência de "uma vida cotidiana da gente", de "doces tradicionais", de "um blá blá blá sobre a desapropriação do colégio", de "um tipo de arroz", de "a preocupação que os brasileiros têm de adquirir uma casa própria" etc. O que está sendo trazido para o acontecimento discursivo, através do demonstrativo, são avaliações sociais, ideológicas, formulações de um interdiscurso, formulações não ditas, apenas pressupostas, do tipo: "a vida cotidiana da gente é uma chatice", "os blá blá blás nunca dão em nada, são pura fofoca", "arroz papa é muito ruim, o melhor é o soltinho", "arroz papa é arroz de quem cozinha mal", "adquirir uma casa própria deve ser a primeira necessidade do brasileiro, já que quem não tem casa própria corre o risco de não poder sustentar-se num país dominado pela inflação" etc.

O locutor não é, contudo, obrigado a assumir como suas as formulações pressupostas. Nos enunciados com demonstrativos fica mais evidente o distanciamento (no sentido de Authier-Revuz, 1982) entre o espaço enunciativo do discurso que se constitui na interlocução e o interdiscurso do interior do qual se buscam elementos socialmente já avaliados para a constituição dos referentes. Numa abordagem polifônica, dir-se-ia que essas avaliações, pelas quais o locutor não se responsabiliza, pode ser atribuída aos enunciadores anônimos do discurso. Isso equivale a dizer que nos exemplos com demonstrativos a heterogeneidade constitutiva do discurso é mais marcada. Daí o distanciamento. O demonstrativo é uma marca de herogeneidade, comparável talvez àquelas outras que Authier-Revuz (1982) reuniu sob a denominação de "conotação autonímica".

As freqüentes hesitações dos falantes não devem ser interpretadas como uma provável equivalência de *o* e *esse*, mas como uma necessidade de ajuste, já que *o* e *esse* não têm o mesmo valor referencial:

tem tem o::aquele::...que faz uma pontinha lá...que tem esperança no futuro de ser um grande ator ou uma grande atriz... (D2 SP 62:1314)

nós entramos ali no naquele arroz unido venceremos (D2 SP 62:227)

e também mulheres participavam...
 e::iam...iam colhendo mesmo :...os aqueles chumaços
 de algodão e colocando no saco (DID SP 18:377)

Vejamos uma ocorrência desse emprego
 pressuposicional no discurso do Presidente:

*"Eu quero que vocês aproveitem essa chuva
 que caiu por aí, para que possam plantar, e rezar a
 Deus, com a ajuda de frei Damião, para que venha em
 seguida, uma água que dê para regar, frutificar e
 nós termos uma boa colheita este ano com a graça de
 Deus." (linha 123)*

Essa chuva relaciona o discurso do Presidente,
 enquanto acontecimento, com um conjunto de formulações
 pressupostas, pertencentes ao interdiscurso dos
 interlocutores nordestinos do Presidente, mais
 especificamente aqueles do sertão, castigados pela seca, aos
 quais o Presidente deseja influenciar.

O presidente Collor foi reiteradas vezes elogiado
 (ou criticado) pela imprensa por ter, como poucos políticos, o
 conhecimento de sua audiência e saber, portanto, ajustar muito
 bem suas palavras aos destinatários. Essa chuva em Essa chuva
 que caiu por aí, no discurso do Presidente, não significa "a
 chuva", ou "qualquer chuva", "aquilo que é chuva", mas uma
 chuva "rara", "preciosa", "a chuva do sertão cearense", "que
 cai somente de vez em quando", "quase que santificada",

"prenúncio de fartura", "frutificadora", "a resolução dos problemas", chuva da qual se fala sempre, caindo ou não.

O tom profético, quase que sagrado de "essa chuva", é possível graças ao conhecimento que o Presidente tem do interdiscurso de seus interlocutores, essencialmente religioso, e do interior do qual foi buscar os antecedentes para a construção do referente de "essa chuva". Não há dúvida de que os elementos do intradiscurso concorrem igualmente para a constituição do tom sagrado do referente:

- "e rezar a Deus, com a ajuda de frei Damião"
- "que venha em seguida uma água que dê para regar, frutificar"
- "nós termos uma colheita esse ano com a graça de Deus"

Pertencendo ao mesmo mecanismo de exófora anafórica se situam os exemplos abaixo, já apresentados no primeiro capítulo, nos quais o sintagma determinado pelo demonstrativo, que anaforiza um antecedente pressuposto, interdiscursivo, não necessita de qualquer adjetivação adicional além da determinação efetuada pelo demonstrativo:

L1 então quando foram fazer a Paulista...já tinham gastado três bi sei lá... cacetada de dinheiro

[
L2 com aquela reba/ aquele
rebaixamento né? (D2 SP 343:379)

para eu poder... pegar as conduções é muito dificultoso é aquele corre-corre (D2 SP 62:14)

está com um roupão lá um calor tremendo aí você tira a gravata tira isso...chega a tarde...aquela chuva aquele frio (D2 SP 62:37-38)

Também nesses casos o artigo e o demonstrativo não são intercambiáveis, porque, pelas mesmas razões apresentadas no caso anterior, as pressuposições não resultam as mesmas:

L1 *então quando foram fazer a Paulista...já tinham gastado três bi sei lá... cacetada de dinheiro*

[
L2 *com a reba/ o rebaixamento né? (D2 SP 343:379)*

para eu poder...pegar as conduções é muito dificultoso é o corre-corre

está com um roupão lá um calor tremendo aí você tira a gravata tira isso...chega a tarde...a chuva o frio

Os exemplos com demonstrativos, em que não há nenhuma informação mais específica sobre o referente através de outros determinantes, revelam igualmente o domínio heterogêneo de um interdiscurso. As vozes dos enunciadores, provindas do interior de um interdiscurso, se articulam, através do demonstrativos, com a voz do locutor, que se responsabiliza pela enunciação, embora não tenha que se

responsabilizar necessariamente pelas pressuposições veiculadas.

O valor referencial de **aquele rebaixamento, aquele frio, aquela chuva, aquele corre-corre** não é o mesmo de o rebaixamento, o frio, a chuva, o corre-corre. Com os demonstrativos não se trata de "aquilo que é rebaixamento", assim como não se trata de "aquilo que é chuva", ou "aquilo que é frio", ou "que é corre-corre". Também não se trata de uma simples pressuposição de conhecimento: "o rebaixamento da Paulista". Com os demonstrativos, **qualifica-se, aprecia-se**. Em outras palavras: a função do demonstrativo não é a de **identificar** um referente, ou melhor, um antecedente, como "chuva", "frio", "corre-corre" etc. Sua função é a trazer para o acontecimento discursivo, para ser (re)apreciado, um antecedente socialmente já apreciado: "o rebaixamento da Paulista que, como todo mundo sabe, demorou muito, consumiu muito dinheiro e não trouxe muito benefício à população"; "o corre-corre do povo paulistano, que, como todo mundo sabe, faz o paulistano não ter tempo para isso ou aquilo"; "um frio muito forte, que só faz mesmo em São Paulo", "São Paulo terra boa, São Paulo da garoa" etc.

Um exemplo do discurso do Presidente:

"Minha gente amiga do Juazeiro, vocês podem estar certos de que eu estou em Brasília, naquele Palácio do Governo, mas o meu coração e o meu pensamento estão voltados aqui para a minha terra..." (linha 131)

Poder-se-ia perguntar por que razão o Presidente não empregou o em vez de *aquele*. Uma resposta provável é que com o artigo perder-se-ia o valor apreciativo conferido pelo demonstrativo. O e *aquele* são diferentes quanto à pressuposições que veiculam. Com o emprego do artigo pressupõe-se que os interlocutores conheçam o palácio de que se fala como "o Palácio do Governo", situado em Brasília; com o demonstrativo, qualifica-se o palácio conhecido como "palácio longínquo", "estrangeiro", "longe de vocês, meu povo", "longe de minha gente". Esse valor referencial é confirmado pelo intradiscurso: "*mas o meu coração e o meu pensamento estão voltados aqui para a minha terra, para o resto do Nordeste*". O enunciado introduzido por *mas* rejeita o valor referencial de *aquele*, isto é, rejeita "longínquo", "distante de vocês, meu povo": "estou naquele Palácio do Governo, longe de meu povo, mas meu coração está perto". Em outras palavras: o escopo de *mas*, aquilo que ele rejeita, não é uma pressuposição de existência: "Palácio do Governo, que vocês conhecem (pelo menos de ouvir dizer)"; o que *mas* rejeita é a qualificação não dita, apenas pressuposta: "distante do meu povo".

3.6. A APRECIÇÃO

O demonstrativo pode, como qualquer outro elemento do discurso, ser marcado por traços de superfície,

suprasegmentais, dos quais o mais evidente é a entonação enfática:

a comida tem que ser **aQUEla** que
aparecer na mesa e todo mundo achar uma **BELE::za**
uma **deLÍCIA** (DID 235:532)

ele vai desenhar **aQUIlo...** que ele sabe que
o objeto **TEM** e não **aquilo** que ele pode ver do
objeto (EF SP 405:334-335)

A entonação enfática (reproduzida nos exemplos dados através de letras maiúsculas) é um elemento constitutivo da referência. Não se trata de um elemento marginal, adicional, a ser acoplado à significação, ou uma informação suplementar, relacionada ao sentimento íntimo do locutor, que se adiciona à informação puramente intelectual (referencial). Em outras palavras: a entonação enfática não acarreta um excesso residual de informação para o sentido, o que muitos chamam de conotação.

Através da entonação enfática se intensifica uma predicação. Essa intensificação na predicação está a serviço do processo de construção da referência pelo discurso.

Um outro processo usado para intensificar a predicação é o alongamento da vogal. No entanto, o alongamento da vogal parece não ser um fato independente da entonação enfática. Como notou Marcuschi (1994), o alongamento da vogal e o aumento do tom de voz são fatos muito próximos, parecendo formar um conjunto em geral correlacionado. Em geral, quando enfatizamos, aumentando o tom, alongamos também

a vogal, ou damos essa impressão. Talvez isso explique porque muitos transcritores do NURC (como Marcuschi observou, fato que também pude observar ouvindo as fitas), ao usarem as letras maiúsculas para sinalizar aumento de altura da voz, marcam, também, ao lado da vogal, os característicos dois pontos do alongamento. Outros transcritores, por outro lado, só marcam o alongamento.

No caso específico dos inquéritos analisados neste trabalho, o que mais chamou minha atenção, quando entrei em contato com as transcrições, foi a baixa incidência de demonstrativos marcados. Uma incidência, na verdade, baixíssima, considerando-se a existência de apenas dois casos. Isso me levava a desconfiar de que os transcritores tinham deixado de marcar em muitos casos. A minha desconfiança maior era com relação àqueles casos que eu vinha chamando de "exofóricos pressuposicionais", pois pressupunha que esses demonstrativos devessem receber marcas especiais. Ouvi, então, as fitas, observando a idiossincrasia de cada falante, a velocidade e altura média na sua fala, pois, como observa Marcuschi (1994), não existe um padrão de tempo e de altura definido *a priori*. Foi grande minha surpresa, ao constatar que os transcritores não haviam errado tanto quanto eu supunha anteriormente, antes de ouvir as fitas. Encontrei apenas um erro, ou seja, uma ocorrência de alongamento de vogal, que o transcritor deveria ter marcado, mas não o fez:

então a::a iluminação era feita
com::lâmpião...lâmpião daquele::les tipo Aladim (DID
SP 18:25)

O mais curioso, no entanto, foi ter constatado que certos falantes do NURC, que costumam marcar muito o seu discurso, com entonação especial, não marcam os demonstrativos, nem mesmo os "exofóricos pressuposicionais". A entonação especial é reservada mais comumente aos verbos e aos nomes. Um exemplo é o inquérito D2 62, em que L1 e L2 usam um grande número de demonstrativos "exofóricos pressuposicionais", não lhes dando, contudo, uma entonação especial, embora façam isso, com muita freqüência, com relação aos verbos e aos nomes:

L1 certo... exato... bom colega você::
...sabe que dentro da profissão...principalmente::no
caso de minha que o clima::influencia bastante...que
evidentemente é...eu faço um serviço de RUA...e um
mau tempo:: um tempo chuVoso::ou mesmo um tempo
frio...atrapalha o::no meu serviço...e me dificULta
de uma certa forma::...para eu poder...pegar as
conduções é mais dificultoso é aquele corre-
corre...então isso realmente atrapalha um pouco
(...) chega a tarde...aquela chuva aquele frio (...)
que existe nesse clima aqui de São Paulo... até
pouco pouco tempo:...pouco tempo não uns tempos
atrás eu me lembro que::...Isso contAdo certo? por
meus pais...contado por meus pais eh:: havia assim
uma área de vegetação muito grande aqui nas
redondezas de São Paulo...então isso:: realmente::
São Paulo:: cooperava assim para aquele:: famoso
sereno né?...São Paulo da garoa São Paulo é terra
boa (D2 SP 62:14, 37, 38, 64)

L2 então você fica o tempo todo até vir
a noite para uma escola qualquer curso ou qualquer
coisa...com aquela mesma roupa aquela gravata suANdo
(D2 SP 62:165)

Uma hipótese para explicar esse fato é que o demonstrativo, nesse emprego, não remete simplesmente a antecedentes supostamente conhecidos pelos interlocutores; remete, outrossim, a antecedentes socialmente já avaliados, o que equivale a dizer que ele remete principalmente a essas avaliações, sem que se necessite intensificá-las.

A ausência de uma marca específica na superfície não quer dizer, contudo, que esses antecedentes socialmente já avaliados não serão submetidos a uma reavaliação no discurso que se constitui na interlocução.

A apreciação independe de marcas específicas. A entonação enfática, conforme a lição de Bakhtin, é o nível mais óbvio e o mais superficial, da categoria apreciação, que, "no discurso concreto" é uma categoria constitutiva de toda significação.

Segundo Bakhtin (1929), toda palavra usada na fala real possui um acento de valor ou apreciativo, sem o qual "não há palavra". Somente não têm apreciação os elementos abstratos considerados enquanto integrantes do sistema de uma língua. Torna-se impossível construir um discurso sem apreciar.

Há, contudo, níveis de apreciação: níveis mais profundos, não marcados na superfície do texto, níveis superficiais, marcados.

O papel da apreciação, segundo Bakhtin, não é só o de constituir as significações. Bakhtin vai ainda mais longe. É à apreciação que se deve o papel criativo nas mudanças de significação. A mudança de significação é sempre, para

Bakhtin, uma reavaliação: o deslocamento de uma palavra ou expressão de um contexto avaliativo para outro.

Não necessariamente marcada na superfície do discurso, a apreciação é, pois, uma categoria que não pode ser ignorada no processo discursivo de constituição de referência.

É muito comum, na língua oral, o emprego do demonstrativo neutro com um valor apreciativo pejorativo ou depreciativo, sem que esteja marcado na superfície por entonação especial:

antigamente você ia no Cine Ipiranga eram umas poltronas ótimas tinha lá em cima você ficava bem acomodada hoje em dia se você depois passou uma época que você ia ao cinema tinha que ficar em pé numa fila eNORme...não é? então não era divertimento aquilo (DID 234:582)

A depreciação, no exemplo acima, é dada por elementos do intradiscurso "não era divertimento", "ficar em pé numa fila eNORme" : "aquilo, aquela coisa horrível de ficar em pé num fila eNORme, não era divertimento".

No exemplo abaixo, a depreciação é conferida pela predicação (intradiscursiva) "é cheio de gordura", "prontinhos de supermercado", além do processo de duplicação da dêixis: "aquilo lá".

agora quantos aos pertENCes da feijoada você...se você preferir:...fazer a feijoada em casa você não vai comprar aqueles prontinhos de supermercado não que aquilo lá é cheio de gordura (DID SP 235:190)

Levando-se em conta as considerações acima, a dêixis demonstrativa, não tem a função de mostrar ou de apontar neutramente para referentes situados na situação comunicativa mais imediata, ou para referentes pressupostos na interlocução, ou ainda para referentes superficializados no contexto lingüístico anterior ou posterior. A função da dêixis, segundo a hipótese aqui apresentada, é a de apontar para avaliar, ou a de apontar já avaliando, através de um processo em que se articula o interdiscurso e o intradiscurso. É graças à avaliação que se pode falar em **referentes** do discurso e conceber o discurso independente de uma máquina de repetição em que quase tudo já está dado *a priori*.

Foi com base nessa hipótese que pude afirmar que o **referente de aquela data** (linha 09 do discurso do Presidente) parece ser: "o dia em que um santo entregou a imagem de um outro santo a um presidente predestinado a ser o salvador dos oprimidos"; pude afirmar ainda que um possível referente para **este governo** (linha 36 do discurso do Presidente) não é "o governo atual, iniciado em 1990 e previsto de terminar em 1994, isto é, período definido apenas legalmente), mas "governo de um igual a vocês, governo bom, melhor que os anteriores".

Conforme disse acima, a entonação enfática, que está a serviço do processo de construção de referência pelo discurso, intensifica uma predicação.

Vejamos o caso do seguinte exemplo do NURC:

a comida tem que ser **aQUEla** que
aparecer na mesa e todo mundo achar uma **BELE::za**
uma **deLÍCIA** (DID 235:532)

O que está sendo intensificado? Segundo a análise que proponho, é a predicação catafórica, intradiscursiva, expressa pela cláusula relativa subsequente: "aquela que aparecer na mesa e todo mundo achar uma **beLEeza**³¹, uma **deLÍcia**", o que equivale a dizer que não adianta se pensar em outra comida mais especial ou melhor do que aquela que aparecer na mesa.

Numa abordagem polifônia, poder-se-ia dizer que **aQUEla** rejeita um pressuposto discursivo do tipo: "a comida tem que ser muito especial", "uma comida boa depende de uma cozinheira bastante dedicada" , "lugar de mulher é na cozinha".

Para finalizar o que aqui se entende por valor referencial da apreciação no caso da dêixis demonstrativa, retomo um exemplo já apresentado no primeiro capítulo:

Telejornal: "O que significa para a sua carreira ter um texto filmado para o mercado norte-americano?"

Falabella: "Acho legal, mas não tenho esse deslumbramento. A carreira da peça que me deslumbrou mais foram duas temporadas de sucesso no Rio e em São Paulo".

(O Estado de São Paulo - 24/07/94)

31. Aqui também parece ter havido falha na transcrição. a sílaba enfatizada é apenas LE em **beleza**, e LI em **delícia**.

"Esse deslumbramento" tem um valor depreciativo na resposta do artista Falabella ao repórter que o entrevista. A depreciação incide sobre um pressuposto: "Ter um texto filmado para o mercado norte-americano é o sonho de todo autor brasileiro". "Esse deslumbramento" é o novo predicado que o interlocutor atribui ao tema do pressuposto discursivo em questão: "Ter um texto filmado para o mercado norte-americano é um deslumbramento". Trata-se de uma predicação provavelmente não prevista pelo locutor (repórter) na resposta de seu interlocutor (Falabella).

Essa predicação, embora não prevista pelo entrevistador na resposta do entrevistado, pode estar já pressuposta na interlocução através da imagem que o artista acha que a imprensa faz dos artistas que logram alcançar sucesso no primeiro mundo: "Ter um texto filmado para o mercado norte-americano deslumbra qualquer artista brasileiro".

"Esse deslumbramento", depreciativo, se opõe a "outro deslumbramento", não depreciativo, parte de um outro pressuposto, que constitui talvez um recado para os artistas brasileiros deslumbrados com o sucesso no exterior: "melhor deslumbrar-se com o Brasil mesmo!" Esse "outro deslumbramento" é confirmado no intradiscorso: *"A carreira da peça que me deslumbrou mais foram duas temporadas de sucesso no Rio e em São Paulo"*

É na apreciação que o signo desempenha aquilo que chamei, no início desse capítulo, de "a segunda função da ideologia", ou a ideologia "diante de nós", a função questionadora, modificadora da ideologia, que faz de toda remissão uma reformulação.

CONCLUSÃO

No primeiro capítulo, suspeitava que as noções de antecedente e de referente não devem recobrir-se teoricamente na descrição do processo de referência dos demonstrativos, a não ser que ignoremos aquilo que é novo no discurso, construído através de cláusulas relativas e de outros procedimentos sintáticos. Suspeitava, também, da existência de uma base referencial comum, pressuposicional, regendo o funcionamento endofórico e exofórico, dado que o discurso utiliza os mesmos elementos lingüísticos, quer os antecedentes dos demonstrativos estejam no contexto lingüístico anterior ou posterior, quer estejam na situação mais imediata, quer sejam apenas pressupostos. Questionei, nesse capítulo, um pressuposto defendido pela tradição gramatical, segundo o qual os anafóricos, de terceira pessoa, remetem à "realidade", ou a posições objetivas no espaço e no tempo. Já suspeitava que a anáfora não é um fenômeno puramente sintático, mas sim um processo pragmático-discursivo bastante complexo, ou seja, que a terceira pessoa, na qual se inclui todo o sistema anafórico da língua, cumpre uma função enunciatória, discursiva.

No decorrer das investigações acerca dos demonstrativos, procurei dar um certo relevo à anáfora neutra, por ser ela bastante dependente de fatores pressuposicionais e interpretativos, assim como àqueles casos que chamei de "exofóricos pressuposicionais", através dos quais ficam mais

evidenciadas as perdas das fronteiras entre os domínios da endófora e exófora, ou entre os domínios da anáfora e da dêixis, em função de um mecanismo dêitico comum, mais geral. Acusei, assim, a existência de um funcionamento dêitico anafórico/exofórico, através do qual se anaforizam ao mesmo tempo elementos superficializados no discurso e elementos não ditos, apenas pressupostos na interlocução, inferidos. Procurei evidenciar ainda que essa anaforização nunca é uma verdadeira retomada, mas sempre uma reinterpretação.

Minha intenção, ao mostrar que a anáfora pronominal demonstrativa é uma forma de reavaliação discursiva de antecedentes, não importando a localização desses, e não simplesmente um processo de derivação morfo-sintática, é acusar o funcionamento da heterogeneidade enunciativa constitutiva do discurso. Esse funcionamento se revela de uma forma privilegiada através dos demonstrativos, o que equivale a dizer que a anáfora demonstrativa constitui um lugar privilegiado de contato que o discurso tem com seu "exterior" específico ou interdiscurso.

Esse exterior não constitui, contudo, o domínio de referência do discurso, mas apenas um dos elementos, entre outros, do processo de construção da referência pelo discurso. A referência dos demonstrativos é um processo muito mais complexo do que essa relação da anáfora demonstrativa com uma anterioridade. A referência dos demonstrativos é mediada pela orientação discursiva que se estabelece no momento em que se dá a produção do discurso, ou seja, na interlocução, e por

outros discursos. É na articulação da voz de um sujeito enunciador com um conjunto de vozes provindas de um interdiscurso necessário à interlocução que a referência se instaura.

A dêixis, o fenômeno através do qual se aponta para elementos pressupostos, quer localizados no interior de um interdiscurso, quer localizados no contexto situacional mais imediato, quer superficializados na seqüência intradiscursiva, não aponta simplesmente para localizar referentes. Ela aponta, sim, mas para avaliar, pois toda a mostração está a serviço da avaliação ideológica.

Os elementos destacados acima não nos dão, contudo, todo o processo de referência. É preciso considerar ainda os ajustes e os desajustes entre os interlocutores, ou seja, o acordo e o desacordo. Nesse sentido, a referência é alguma coisa inatingível. Para que a referência constituísse alguma coisa inteiramente atingível seria necessário que ela se estabelecesse sobre uma base inteiramente comum de interpretação, ou seja, no consenso entre os interlocutores, ou entre os intérpretes. Temos que considerar com Lyotard (1979) que o consenso, aquilo que poderia constituir a finalidade do diálogo ou do discurso, é inatingível, pois o consenso é apenas "um estado de discussão e não o seu fim". Assim deve ser considerada a referência, ideológica, construída no discurso e pelo discurso, "um estado" e não um fim. Um estado, contudo, que permite o prosseguimento da

discussão. Parafraseando o velho Nietzsche (1887), que dizia que para o nosso "ideal ascético" é melhor qualquer sentido do que nenhum, eu digo que é melhor uma referência assim, construída na instabilidade do discurso e nas malhas da ideologia, um estado transitório, e não um fim, do que nenhuma referência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Althusser, L. (1970), *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, Lisboa, Presença-Martins Fontes, 1974 (trad. de *Idéologie et appareils idéologiques d'État*).
- Arnauld e Lancelot (1612-1694), *Gramática de Port-Royal*, São Paulo, SP, Martins Fontes, 1992 (trad. de *Grammaire générale et raisonnée*).
- Austin, J.L. (1958), "Performative-constative", in Caton, C.E. (1963), *Philosophy and Ordinary Language*, Urbana, Un. of Illinois Press, pp. 13-22.
- Austin, J.L. (1962), *How to do things with words*, Oxford, Clarendon Press.
- Authier, J. (1981), "Paroles tenues à distance", in *Matérialités discursives*, Presses Universitaires de Lille.
- Authier-Revuz, J. (1982), "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours", in *DRLAV*, 26, Paris, pp. 91-151.
- (1984), "Hétérogénéité(s) énonciative(s)", in *Langages*, nº 73, pp.98-109.
- Bakhtin, M. (1929), *Marxismo e filosofia da linguagem*, São Paulo, SP, Hucitec, 1988, 4a. ed. (trad. bras.).
- Bar-Hillel, Y. (1954), "Expressões indiciais", in Dascal M. (org.) *Fundamentos metodológicos da lingüística IV*, Campinas, SP, Ed. do autor, 1982, pp. 23-49 (trad. de "Indexical expressions").
- Benveniste, E. (1966a), "A natureza dos pronomes", in *Problemas de lingüística geral I*, Campinas, SP, Pontes, 1988, 2a. ed., pp. 277-83 (trad. de *Problèmes de linguistique générale*).
- (1966b), "A Filosofia analítica e a linguagem", trad. bras., in *Problemas de lingüística geral I*, Campinas, SP, Pontes, 1988, 2a. ed., pp. 294-305) (trad. de *Problèmes de linguistique générale*).

- (1966c), "Natureza do signo lingüístico", in *Problemas de lingüística geral I*, Campinas, SP, Pontes, 1988, 2a. ed., pp. 53-67 (trad. de *Problèmes de linguistique générale*)
- (1974), "O Aparelho formal da enunciação", in *Problemas de lingüística geral II*, Campinas, SP, Pontes, 1989, pp. 81-90 (trad. de *Problèmes de linguistique générale II*).
- Berrendonner, A. (1981), *Éléments de pragmatique linguistique*, Paris, Les Editions de Minuit.
- (1983), "Connecteurs pragmatiques et anaphores", in *Cahier de linguistique française*, Genève, pp. 215-246.
- Borutti, S. (1984), "Pragmatics and its discontents", in *Journal of pragmatics* 8, North Holland, pág. 437-447.
- Bouquet, S. (1992), "La sémiologie linguistique de Saussure: une théorie paradoxale de la référence?", in *Langages* 107, pp. 84-95.
- Brown, G. & Yule, G. (1983), *Discourse analysis*, Cambridge, Cambridge University.
- Câmara Jr., J. M. (1970), *Estrutura da língua portuguesa*, Petrópolis, RJ, Editora Vozes Limitada, 3ª ed.
- Castilho, A.T.de (1989), *Português culto falado no Brasil*, Campinas, SP, UNICAMP.
- Courtine, J.J. (1981), "Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens)", in *Langages* 62.
- Cunha, C. F. da & Cintra, L.F.L. (1985), *Nova gramática do português contemporâneo*, Rio de Janeiro, RJ, Nova Fronteira.
- Donnellan, K. S. (1966), "Reference and definite descriptions", in *Philosophical review* 75, Cornell University, pág. 281-304.
- Ducrot, O. (1972), *Princípios de semântica lingüística*, São Paulo, SP, Cultrix, 1972 (trad. de *Dire et ne pas dire*).
- (1984), *O dizer e o dito*, Campinas, SP, Pontes, 1987, (trad. de *Le dire et le dit*).
- (1989), "Argumentação e "topoi" argumentativos", in *História e sentido na linguagem*, Campinas, SP, Pontes, pp. 13-38.

- & Todorov, T. (1972), *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris, Le Seuil.
- Durrer, S. (1988), "Autour de l'incipit des Lauriens sont coupés: réflexions sur la référence", in *La construction de la référence*, Lausanne, Université de Lausanne, Cahier n° 7, pp. 59-89.
- Faraco et alii (orgs.) (1988), *Uma introdução a Bakhtin*, Joinville, SC, Hatier.
- Felman, S. (1980), *Le scandale du corps parlant*, Paris, Éditions du Seuil.
- Finlay, M. (1988), "Desconstructing Austin's Pragmatics: 'An Ideal Teatable Amusement' (Russell) or an Epistemological Solution to Crisis of Representation?", in *Semiotica*, n° 68, Amsterdam, pp. 7-31.
- Fish, S. (1980), *Is there a text in this class? The authority of interpretative communities*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Foucault, M. (1966), *As palavras e as coisas*, São Paulo, SP, Martins Fontes, 1987, 4ª ed. (trad. de *Les mots et les choses*).
- (1969), *A Arqueologia do saber*, Rio de Janeiro, R.J. Foense-Universitária, 1987, 3a. ed. (trad. de *L'archéologie du Savoir*).
- (1971), *L'Ordre du discours*, Paris, Gallimard.
- Franchi, C. (1977), "Linguagem: atividade constitutiva", in *Almanaque 5*, São Paulo, SP, Brasiliense, pp. 9-27.
- Frege, G. (1892a), "Sobre o sentido e a referência", in *Lógica e filosofia da linguagem*, São Paulo, SP, Cultrix, 1978, pp. 61-103 (trad. de *Über Sinn und Bedeutung*).
- (1892b), "Sobre o Conceito e o Objeto", in *Lógica e filosofia da linguagem*, São Paulo, SP, Cultrix, 1978, pp. 89-103 (trad. de *Über Begriff und Gegenstand*).
- (1918), "The thought", in *Mind*, vol. 65, 1956 (trad. inglesa de "Der Gedanke. Eine logische Untersuchung").
- Fuchs, C. (1982), "La paraphrase entre la langue et le discours", in *Langue française*, n° 53, pp. 23-33.
- Geraldi, J.W. (1991), *Portos de passagem*, São Paulo, SP, Martins Fontes.

- Godzich, W. (1989), "O Tigre no tapete de papel", prefácio a *Resistência à teoria*, Lisboa, Edições 70 Ltda, 1989, pp. 9-19 (trad. de *The Resistance to Theory*).
- Greimas, A. J. et Courtes, J. (1979), *Sémiotique. dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris, Hachette.
- Halliday, M. A. K. & Hasan (1976), *Cohesion in English*, London, Longman.
- Jakobson, R. (1963), "Linguistique et poétique", in *Essais de linguistique générale*, Paris, Ed. Minuit, pp. 209-48.
- Kripke, S. A. (1970), *Naming and necessity*, reproduzido em in *Semantics of natural language*, New York, Department of Philosophy, The Rockefeller University, 1972, pp. 253-355.
- Koch, I.G.V. (1989), *A Coesão textual*, São Paulo, SP, Contexto.
- Lahud, M. (1979), *A Propósito da noção da dêixis*, São Paulo, SP, Ática.
- Lima, C.H. da R. (1983), *Gramática normativa da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, RJ, Livraria José Olympio Editora, 23ª ed.
- Loparic, z. (1988), "A filosofia analítica da linguagem", in *Folha de São Paulo*, 27/08/1988.
- Lyotard, J. F. (1979), *O pós-moderno*, trad. bras., Rio de Janeiro, RJ, 1988 (trad. de *La condition postmoderne*).
- Maineneau, D. (1976), *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*, Paris, Hachette.
- (1987), *Novas tendências em análise do discurso*, Campinas, SP, Pontes, 1989 (trad. de *Nouvelles tendances en analyse du discours*).
- (1990), "L'unité de la linguistique", in *D.E.L.T.A*, VOL. 6, nº 2, pp. 127-137.
- Maldidier, D. (1990), *(Re)lire Michel Pécheux aujourd'hui*, in *L'inquiétude du discours*, Éditions de Cendres.
- Marcuschi, L.A. (1994), "O alongamento de vogal na produção textual falada", FPE (mimeogr.).
- Moraes, E.S.de (1989), "História e modernidade", in *O que nos faz pensar*, *Cadernos do departamento de filosofia da PUC-RJ*, nº 1, pp. 53-9.

- Nietzsche, F. (1887), *Para a genealogia da moral*, in *Obras incompletas*, seleção de textos de Gérald Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho, São Paulo, SP, Nova Cultura, 1987 (*Os Pensadores*).
- Norris, C. (1984), "Desconstruction, naming and necessity: some logical options", in *Journal of literary semantics* XIII/2, University of Wales, pág. 159-180.
- Norris, C. (1985), "Sense, reference and logic: a critic of post-structuralist reason", in *Journal of literary semantics*, XIV/2, University of Wales, pág. 98-120.
- Parret, H. (1988), "A dêixis e os "embrayeurs" desde Jakobson", in *Enunciação e pragmática*, Campinas, SP, UNICAMP, 1988 (trad. bras.).
- Pêcheux, M. (1969), *Analyse Automatique du discours*, Paris, Dunod.
- (1975), *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do Óbvio*, Campinas, SP, UNICAMP, 1988 (trad. de *Les Vérités de la Palice*).
- (1977), *Remontons de Foucault a Spinoza*, in *L'inquiétude du discours*, Éditions des Cendres, 1990.
- (1982), "Sur la (dé)construction des théories linguistiques", in *DRLAV* 27, Paris, pp. 1-23.
- (1983a), "A análise de discurso: três épocas", reproduzido in *Por uma análise automática do discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, Campinas, SP, UNICAMP, 1990 (trad. bras.).
- (1983b), *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Campinas, SP, Pontes, 1990 (trad. de *Discours: structure or event*).
- & Fuchs (1975), "Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours", in *Langage* 37, Paris, Didier-Larousse, pp. 7-80.
- Peirce, C.S. (1931-1935), *Semiótica*, São Paulo, S.P., Perspectiva, 1977 (trad. de *Collected Papers*).
- Perry, J. (1977), "Frege on demonstratives", in *The philosophical review*, LXXXVI, No. 4., pp. 474-498.
- Possenti, S. (1988), *Discurso, estilo e subjetividade*, São Paulo, SP, Martins Fontes.
- Rajagopalan, K. (1990), "Dos dizeres diversos em torno do dizer", in *D.E.L.T.A.*, vol. 6, nº 2, pp. 223-254.

- (1992), "Austin e seu contexto", in *Estudos lingüísticos XXI, Anais de seminários do GEL*, vol.1, pp. 105-111.
- (1993), "Discurso e História: Bakhtin Versus Austin Quanto às Possibilidades de uma Articulação", in *Estudos lingüísticos XXII, Anais de seminários do GEL*, vol.1, pp. 376-383.
- Récanati, F. (1979), *La Transparence et l'énonciation*, Paris, Éditions du Seuil.
- Ricoeur, P. (1977), *Interpretação e ideologias*, Rio de Janeiro, RJ, Francisco Alves.
- Robinson, D. (1986), "Metapragmatics and its discontents", in *Journal of pragmatics* 10, North Holland, pág. 651-671.
- Rodrigues, A. (1978), "Os demonstrativos do português: descrição morfológica sincrônica e superficial", in *Estudos lingüísticos I, Anais de seminários do GEL*, pp. 64-72.
- Rodrigues, A. (1983), "Especificação nos determinativos do português", in *Estudos lingüísticos VII, Anais de seminários do GEL*, pp. 26-33.
- Russell, B. (1905), "On Denoting", in *Mind* XIV, pp. 479-493.
- (1912), "Knowledge by acquaintance and knowledge by description", in *The Problems of philosophy*, London, Oxford University Press.
- (1940), *Significado e verdade*, Rio de Janeiro, RJ, Zahar Editores, 1978, (trad. de *An inquiry to the meaning and truth*).
- (1948), *Human Knowledge*, London, George Allen and Unwin Ltd.
- Salum, I.N. (1983), "As vicissitudes dos dêictico-anafóricos", in *In memoriam separata*, EFLCH/USP, pp. 311-342.
- Saussure, F. de (1916), *Curso de lingüística geral*, São Paulo, SP, Cultrix, 1971, 3a. ed. (trad. de *Cours de linguistique générale*).
- Searle, J.R. (1965), "What is a speech act", in *Philosophy in America*, M. Black (ed.), Allen & Unwin and Cornell University Press, pp. 221-39.
- (1969), *Speech Acts*, Cambridge, Cup.

- (1979), "Referencial and atributive", in *The Monist*, vol. 3, reproduzido em J.R. Searle (1979), *Expression and meaning*, Cambridge, Cup., pág. 137-161.
- Sériot, P. (1985), "L'anaphore et le fil du discours (Sur l'interpretation des nominalisations en français et en russe)", in *Opérateurs syntaxiques et cohésion descursive*, Henning Nölke ed., pp. 147-160.
- Souza Filho, D.M.de (1990), "A Filosofia da linguagem de J.L.Austin", in *Quando dizer é fazer: palavras e ações* (prefácio), Porto Alegre, RS, pp. 07-17.
- Strawson, P.F. (1950), "On referring", in *Logico-linguistic papers*, Londres, Methuen.
- Vogt, C. (1980), *Linguagem, Pragmática e Ideologia*, São Paulo, S.P., Hucitec/Funcamp.
- Zaiden Filho, M. (1989), *A crise da razão histórica*, Campinas, SP, Papirus.